

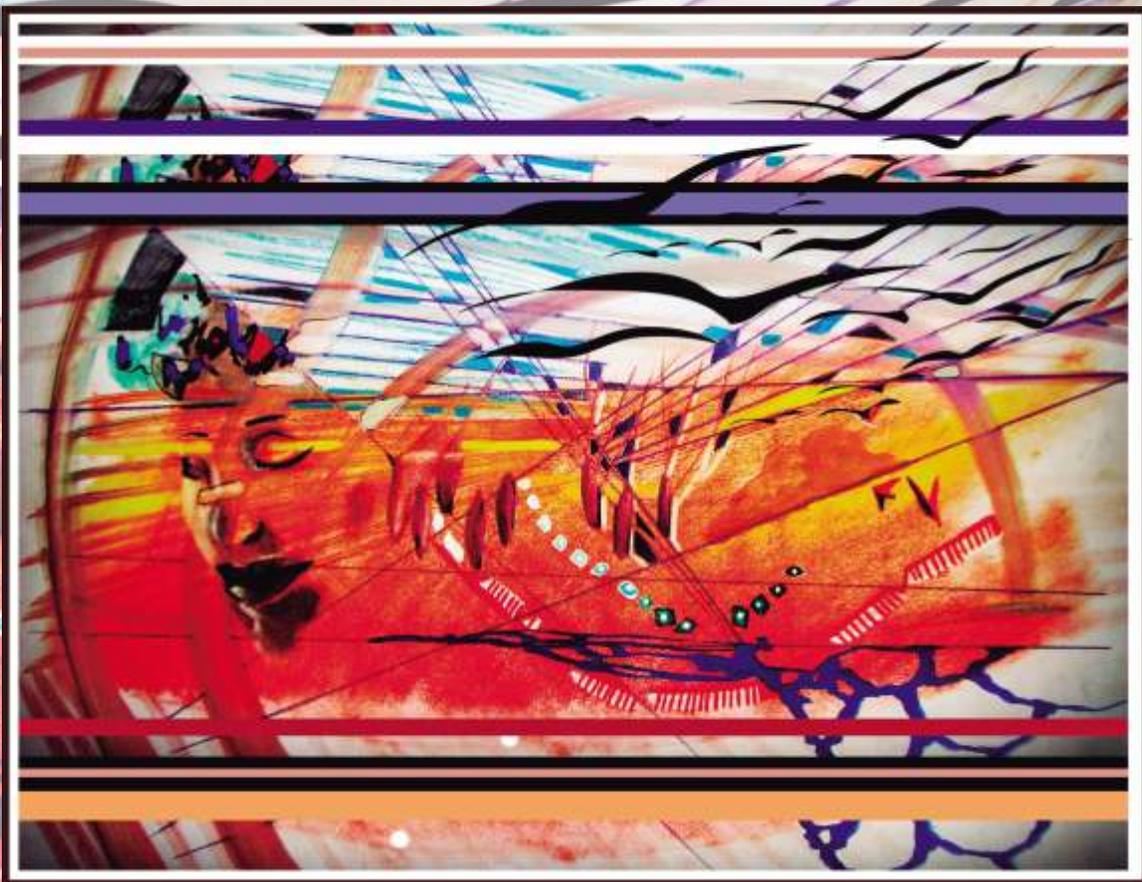
ISSN-0103-5576

TRAVESSIA

revista do migrante

73

Publicação do CEM - Ano XXVI, nº 73, Julho - Dezembro/2013



Cativos

Mídias

Refúgio

Renda

Periferia

Sul-Sul

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor

Dirceu Cuti

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia. Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrini anos)

Carlos Bernardo Vainor (IPPUR/UFRJ)

Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP)

Francisco Nunes (Casper Libero)

Giralda Seyferth (Museu. Nacional/PPGAS/UFRJ)

José Guilherme Cantor Magnani (USP)

José Jorge Gobara (UNESP)

Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)

Lorenzo Principe (CSEH/Roma)

Marcia Anita Sprandel (Ct. Migrações Internacionais da ABA e CEM/Unicamp)

Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)

Oswaldo Márcio Serra Truzzi (UFSCar)

Sidney Antonio da Silva (JFAM)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Arantes Nasser (USP)

Heinz Dieter Heidemann (USP)

Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)

José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)

Léa Francesconi (USP)

Margarida Maria de Andrade (USP)

Marilda Aparecida de Menezes (UFPB)

Odair da Cruz Paiva (UNIFESP)

Sidnei Marco Dornelas (Assessor CNBB)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225

Bairro Liberdade

01514-000 São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340.6952

travessia@missaospaz.org

cem@missaospaz.org

www.missaospaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

Impressão - Max Editora e Impressões Digitais Ltda - (11) 3379-7046

SUMÁRIO

Apresentação	05
<i>Dirceu Cutti</i>	
Cativos do Protocolo de Palermo	09
<i>José Carlos Sebe Bom Meihy</i>	
Imigrantes africanos solicitantes de refúgio na indústria avícola <i>halal</i> brasileira	21
<i>Allan Rodrigo de Campos Silva</i>	
Novas rotas na migração Sul-Sul: O caso dos peruanos no Brasil	31
<i>Camila Daniel</i>	
Entre a subalternidade e a indignação: Mídias produzidas por brasileiros nos Estados Unidos.....	41
<i>Marina Pereira de Almeida Mello</i>	
Duas histórias de migrantes sobre educação, trabalho e moradia na periferia paulistana (1960 e 1980)	57
<i>Adriana Santiago Rosa Dantas</i>	
Renda e migração na Região Metropolitana de Belo Horizonte	67
<i>Thiago Canettieri</i>	
Resenhas	79

Esta apresentação está sendo escrita no rescaldo da vinda, a partir de meados do mês de abril de 2014, de algumas centenas de haitianos (e em menor número de nacionalidades outras) de Brasileia/Acre à cidade de São Paulo, mais precisamente para as dependências da Missão Paz, onde atuam os scalabrinianos, e que também é sede da revista *Travessia*. Estivemos, portanto, envolvidos com toda a mobilização que este fato gerou, primeiramente da parte de toda a grande equipe dos que aqui atuamos diuturnamente, bem como da parte da mídia, do poder público e da sociedade civil em geral. Para além dos que chegam rotineiramente à Missão, outros do Acre virão.

Longe de nos determos sobre o acontecido; porém, neste momento em que a discussão que nós da Pastoral do Migrante junto a outras forças travamos há décadas sobre a necessidade de uma nova lei de migração e de políticas públicas para os (i)migrantes ganha envergadura, um “detalhe” merece ser trazido à tona: os colchões estendidos no salão paroquial nos quais deitaram os haitianos procedentes do Acre, rapidamente foram adormecendo vazios, contrariamente aos colchões da Casa do Migrante onde dormem, por exemplo, senegaleses, bengalis, entre outros, que a legislação brasileira não contempla.

Não nos foi ainda possível quantificar os que solicitaram mão de obra haitiana e o tanto de vagas ofertadas apenas neste curto espaço de tempo, mas a demanda por imigrantes foi largamente desproporcional em relação à oferta. Além da média de 60 encaminhamentos/dia para o trabalho, das muitas vagas não preenchidas pelos pedidos feitos pessoalmente aqui na Missão Paz, há centenas de e-mails aguardando resposta, sem contar as inúmeras chamadas não atendidas nos celulares da equipe de Mediação para o Trabalho e das que pipocaram nas linhas fixas.

Semelhante quadro deixa perplexos os que vivem em situação irregular, pois só podem ingressar no mercado de trabalho

pela porta dos fundos. “Eu não posso”, dizia-me, nos degraus da igreja, um dominicano mestre de obras. Para esses, o aparato jurídico os força a contratações à margem da legislação trabalhista, a única alternativa possível.

Mas, e a porta da frente, a legal, aquela cujo selo de entrada é a carteira de trabalho, emitida por máxima autoridade? “Carteira de trabalho é coisa séria aqui no Brasil”, disparou em alto e bom tom uma delas no pátio da Missão repleto de vitalidade e sonhos – não de confusão, como muitos imaginam –, tão séria, que segundo informou o IBGE no dia 1º de maio, 60 milhões de brasileiros simplesmente não correm atrás dela. Depreende-se, pois, que há um descompasso na praça.

Apontando para as contribuições deste número da *Travessia*, quem acompanha os imigrantes que adentram o mercado de trabalho pela porta da frente e provoca o leitor, percorrendo vereda dentre nós inexplorada, é *Allan Rodrigo de Campos Silva*. Seu foco não recai sobre os haitianos, mas sobre os imigrantes africanos solicitantes de refúgio (largamente confundidos como sendo refugiados) que trabalham no abate de frangos na condição de empregados permanentemente temporários. Do seu texto também podemos pinçar outro “detalhe”: os (i)migrantes – quer assentem tijolos, quer carreguem caixas, verguem ferro ou abatam um frango a cada dois segundos – constituem a galinha dos ovos de ouro do processo de reprodução sem sentido do valor.

Sob outro prisma, o artigo de *José Carlos Sebe Bom Meihy* também é provocador, ao analisar o Protocolo de Palermo. Sublinha o avanço representado por este documento no combate ao tráfico de pessoas, mas aponta, em especial, para seus limites, o principal deles, a distância entre os agentes emissores e as pessoas tratadas simplesmente como “vítimas” incapazes de gerenciar a própria vida.

Por sua vez, *Marina Pereira de Almeida Mello* parte da “voz” dos emigrantes brasileiros radicados nos Estados Unidos – seus veículos de comunicação intragrupal – e ressalta a imbricação existente entre a condição de subalternidade e a indignação. *Adriana Santiago Rosa*

Dantas discorre sobre o processo de integração social de migrantes internos na periferia paulistana em décadas distintas: 1960 e 1980. *Camila Daniel* nos oferece uma primeira aproximação acerca da presença de peruanos no Brasil e *Thiago Canetti*, tendo por base os censos demográficos de 2000 e 2010, ressalta a importância que o fator renda desempenha sobre as migrações no interior da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Três resenhas fecham o número. A de *Tuila Botega* socializa o estudo realizado pela pesquisadora Gláucia de Oliveira Assis, transformado em livro, sobre o fluxo de brasileiros de Criciúma/SC para a região de Boston nos Estados Unidos, no qual a autora articula as categorias de gênero, as redes sociais e as relações familiares. A de *Sidnei Marco Dornelas* mostra como as pesquisas em torno da mobilidade humana alargam cada vez mais seu leque e traz ao conhecimento, no campo dos estudos sociorreligiosos e teológicos, a obra organizada por Enoch Wan, a qual, reunindo autores de diversas etnias e nacionalidades, sinaliza para a criação de uma nova disciplina no campo da missiologia cristã – a da diáspora. A resenha de *Diane Portugais* apresenta, na forma de ensaio, reflexões da autora sobre o medo aos “pequenos números”, às minorias e aos imigrantes num mundo globalizado, com base na sua leitura crítica da obra de Arjun Appadurai.

Também registramos, através de uma nota, a partida para outras terras do grande lutador na defesa desta terra para os que dela precisam para viver – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, sem-terra – nosso querido D. Tomás Balduino.

Por fim, caro leitor/a, deixo aqui minha despedida da função de editor estendendo um agradecimento do fundo do coração aos pesquisadores/as que integram e/ou integraram o Conselho Editorial, pois seus nomes, ao longo dos 26 anos de história da revista, longe de desempenhar papel figurativo, sempre tiveram participação ativa e direta. Prolongo meu obrigado a todos/as que socializaram os resultados de suas pesquisas e estudos durante esse tempo, na certeza de que o continuarão fazendo, assim como os

novos pesquisadores/as, de olho nas exigências curriculares, sim, mas não tão só; e, de modo todo particular, deixo meu obrigado aos scalabrinianos que me jogaram nessa fogueira – prazerosa.

A *Travessia* continua, a partir de agora sob a coordenação do pesquisador Dr. José Carlos Pereira (Unicamp), integrante do Conselho Editorial e há anos parceiro de caminhada na Pastoral do Migrante (SPM) e junto ao movimento social. Carlinhos é seu nome de guerra.

Dirceu Cutti

Cativos do Protocolo de Palermo

*José Carlos Sebe Bom Meihy **

Retraços históricos

Tendencialmente há esforços em demonstrar a perenidade dos deslocamentos demográficos como fenômeno vital para o entendimento da dinâmica histórica. O sair dos espaços originais, a busca de outros lugares, pelos mais diferentes motivos, tem sido explicado como variante de tradições intrínsecas à condição humana, há milênios. E não faltam exemplos flagrados em tradições bíblicas como a expulsão de Adão e Eva do Paraíso, o Êxodo, a Fuga da Sagrada Família para o Egito. Na mesma toada, desde Homero, na *Ilíada*, são registradas situações que tipificam o deslocamento de pessoas de uma plaga à outra, como movimento incessante, próprio de atividades da vida social planetária. Migração e submissão humanas, procura de lócus ideal para viver ou se refugiar, pois, seriam práticas inseparáveis dos processos de transformação do mundo, situações que acompanham a ascendente curva de progressão populacional e as crescentes organizações de produção e consumo destinadas a atender as demandas das sociedades. Então, desde as chamadas antigas civilizações – da Mesopotâmia à Roma – e mais modernamente os Impérios Ultramarinos, todos os sistemas admitiram sempre regimes de sujeição humana, usando artimanhas que se explicam adaptadas aos espaços e tempos, aos plurais códigos de convivência e moralidade governamental. Hoje, consideradas as movimentações humanas e os avanços facilitadores das mobilidades, é difícil falar de fronteiras, sejam pessoais, nacionais ou de culturas. A própria democracia se redefine como convívio com a diferença, orientado pela multiplicidade de regras acordadas por diversos segmentos (BOBBIO, 2000, p. 13).

* Coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral da USP (NEHO-USP) e Prof. do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO.

Assumindo diferentes justificativas, de acordo com as transformações localizadas historicamente, têm sido formuladas razões aptas a explicar os deslocamentos e a exploração do “outro”, do mais fraco e vulnerável, compelido a trabalhos, serviços e práticas¹. Foi assim que, se valendo da violência exploratória, o chamado “regime escravocrata” se fez, desde tempos idos, em suas variantes, para sustentar dominações e montagem de comércio que justificava o lucro ou a exploração em escala progressiva ampla e globalizante (BONJOVANI, 2004). Segundo a determinação dessas práticas, diferentes frações expressaram fundamentos imprimindo em seus contextos culturais diversos enredos religiosos, filosóficos e éticos. E nem faltaram bases teológicas para redimir explorações dos próprios seres humanos (MARQUESE, 2004). O delineamento evolutivo da relação de poder e domínio de uns sobre outros, portanto, tem na continuidade o chão comum, ainda que sujeita às adaptações convenientes em ambientes e andamentos culturais distintos.

Grosso modo, a contrapelo do persistente fundamento dos negócios inerentes à movimentação, se reconhece que desde o século XVIII se deram empenhos capazes de regulamentar tais métodos com o fito de extingui-los, ou pelo menos cerceá-los, segundo as orientações dos tempos e governos. Os primeiros acordos entre Estados, sobre tal matéria, começaram na França e Inglaterra, quando, em 1814 foi celebrado o *Tratado de Paris* atento a limitar o tráfico negreiro. Esse esforço evoluiu lentamente, até que em 1926 fosse acordada uma *Convenção* firmada pela Sociedade das Nações, que colocava em litígio os preceitos sobre processos e tipos de escravidão que vigoravam até aquele momento. Tal tendência evoluiu e teve ponto alto em 1956, quando a *Convenção de Genebra* firmou propósitos destinados a conter práticas variadas, que perduram em versões contemporâneas, próximas do modo escravagista². Desde logo, a mulher tornou-se objeto de questão e sua vulnerabilidade deu ensejo, em 1904, ao *Acordo para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas*. Hoje criticado por se limitar a um gênero – *feminino* – e a um segmento único – *mulheres brancas* – esse artifício legal, contudo, alçou a condição de Convenção aderida por vários Estados signatários.

O Fundamento do Protocolo de Palermo

Em 2000, tal processo evoluiu em nível internacional, gerando dois atos atentos a combater o tráfico internacional de pessoas, a saber: 1- *o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças*, e, 2- *o Protocolo contra o Contrabando de Imigrantes por Terra, Mar ou Ar*. Este, mais conhecido como *Protocolo de Palermo*, lavrado sob os auspícios da Convenção da ONU Contra o Crime Organizado Transnacional, tornou-se o documento jurídico mestre sob o patrocínio da ONU, gerando vida a um Comitê Intergovernamental, destinado a elaborar princípios afeitos ao tratado do tráfico de pessoas, em geral, em particular de mulheres e crianças (CASTILHO, 2008). O Brasil, desde 2004 é signatário do *Protocolo de Palermo* legitimado pelo Decreto nº 5.017, promulgado no dia 12 de março daquele ano³. Segundo o texto

expresso pelo Ministério da Justiça do Brasil, “o tráfico de pessoas é um fenômeno complexo e multidimensional, englobando diversas práticas criminosas e de violação aos direitos humanos”.

Sem dúvida, o conhecido *Protocolo de Palermo* é um instrumento legal valioso, de alcance internacional, ferramenta de alta relevância em favor da defesa dos cidadãos em geral, em particular no que tange aos direitos humanos de pessoas traficadas, vítimas ou ofendidas em sua liberdade ou autonomia de ir e vir, de estar ou ficar⁴. Consagrando a validade desta ferramenta amplamente aceita, no entanto, cabe sobressair outros aspectos que podem dialogar com a eficácia desse recurso legal indo, inclusive, além de seus efeitos de controle e combate à formidável movimentação do Tráfico de Pessoas (TP) em escala planetária. Há valiosas contribuições atentas à crítica de alguns fundamentos do *Protocolo de Palermo* e cabe considerar tais assertivas como parte da melhoria do texto e da prática desse instrumento jurídico. Tudo, claro, em favor dos direitos humanos e da dignidade cidadã, contra a exploração de pessoas e em proteção à sociedade em geral. Assim, salientadas suas relevâncias, questionam-se seus efeitos indiretos e objetivos na vida de atingidos, pessoas que, tantas vezes, não se veem abrigadas nesta sombra legal. Dizendo de outra maneira, o *Protocolo*, na maioria dos casos, mais se parece com discurso de oficialidades policiais, mero libelo de Direito Internacional, do que propriamente um fator sensível em prol dos desprotegidos, ofendidos, vitimados e em defesa da sociedade como um todo.

Fermentos críticos

Na esfera exegética, vários autores abordam a pertinência do *Protocolo*, indicando inclusive uma via, contramão, na anuência fácil, imediata e generalizante dos supostos positivos, firmados na *Convenção*. A grande virtude do texto é legislativa, i.e., colocar em letra viva regras capazes de atuar como parâmetros contra abusos que resultam na exploração humana. Exatamente por isto é que, paradoxalmente, despontam reparos a serem feitos no documento matriz e que sugerem detalhamentos circunstanciais, atenuantes. A leitura do *Protocolo*, por exemplo, evidencia que sua preocupação precípua remete a uma tríade calcada no *recrutamento, transporte e exploração de pessoas*. Sob esses itens, no entanto, se escondem particularidades, nuances das vidas, dos segmentos subjugados. Acontece também o estabelecimento de um poder que se arvora tutelar e potente para exercer atividade, até mesmo, acima das vontades dos ofendidos e vitimados. Tudo decorre do documento da *Convenção* que enquadra procedimento segundo:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos

ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração⁵.

Ao tratar o *recrutamento* como ato inaugural, o *Protocolo* não se preocupa com especificidades e tipifica o crime a partir da submissão da pessoa traficada em qualquer situação, independentemente da própria anuência ou consentimento tácito ou implícito. Tudo é como se houvesse apenas luz e sombra, claro ou escuro, e isto equivale dizer que, sem graduações, a lei se torna perversa e, em certa medida, submete os atingidos anulando drasticamente suas vontades. Dessa maneira, o que se tutela é criminalização da conduta no que tange à liberdade dos cidadãos prejudicados. Então, pouco ou nada interessam os detalhes ou motivações enlaçados na relação entre ofendidos e vítimas, seus algozes e as instituições de amparo aos submetidos. Ao se limitar ao dizer conceitual *recrutamento*, tudo fica teórico e vago, abstrato e independente das realidades de cada caso. O efeito prático, pois, se mostra arbitrário e legalista, pouco humanizado ou sensível às razões subjetivas de cada caso, ainda que a proposta seja anunciada em nome dos direitos humanos. Tal postura se porta autoritária e com sérias consequências sobre a vontade da parte prejudicada que se torna, automaticamente, agente passivo da ação controladora exercida por órgãos muito distantes de suas realidades. Assim, pouco importa a motivação ou os motores socioculturais e econômicos que impulsionaram o movimento de adesão dos prejudicados. E, questiona-se, sem a efetiva atuação dos atingidos, como pensar em reintegração ou protagonismo no processo?

Outro aspecto tangível remete ao entendimento de *exploração*, implicada, segundo o texto do *Protocolo*, tanto em limitação da liberdade sexual, de trabalho como do direito legítimo de migrar ou de ir e vir. Da simplificação do uso do termo *exploração* depreende-se a aproximação equivocada do marco *escravidão*, como se fosse, na modernidade, a perpetuação de práticas cabíveis em outros contextos históricos e modos de produção. O uso desmedido do termo *escravidão* sugere um apelo dramático, mas pouco condizente com o mundo do trabalho que, no contexto do capitalismo, anima a exploração de pessoas. Daí, por exemplo, reclama-se da continuidade do artigo 3º, na alínea “a” onde se lê *in verbis*:

A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

Negligenciado o teor do termo *escravidão*, destituído de sua potência historicamente estabelecida, a palavra aniquila a atuação das vítimas ou ofendidos e os reduz à condição escrava como se não houvesse condição alguma de busca de autonomia. Tudo vira mercadoria, material manipulável. E neste cenário, a lei vira o condão capaz de libertar os sujeitados. Paternalismo à parte, cabe contestar a suposta passividade dos sujeitados. O tema do *consentimento*,

assim, passa a se situar na planura do termo e desta forma não se leva em conta situações de anuência, desejos, determinação, dos implicados e nem mesmo suas estratégias de mudanças de status social ou até de sobrevivência.

Em pesquisas de campo, é comum se notar que muitas das pessoas ofendidas ou vitimadas pelo tráfico não se reconhecem como tal, posto que em tantos casos elas mesmas concorrem para facilitações do ato condenado. Sem conhecimento das histórias de vida, contudo, apartados da singularidade de cada caso, torna-se impossível avaliar as circunstâncias das vulnerabilidades. Com certeza, o ato mais cruel do texto da *Convenção* remete à redução do prejudicado à sua “objetificação”, como se fosse ser inconsistente, incapaz de zelar por si em todas as dimensões. Pode-se dizer que há a consagração de um Darwinismo Social aplicado à relação moderna de trabalho. Recrudesce, pois, um dos eixos mais polêmicos do *Protocolo* que não toma em causa a pessoa ou sujeito que justifica a atitude internacionalista do preceito legal. Pior, torna-os iguais em qualquer situação ou quadrante da Terra. Como se fosse mero aposto, a vítima ou ofendido se volve paciente, e a lei, mais que ignorar a vontade da parte já prejudicada, anula-a. Isto explica a obsessão pelos números estatísticos e mais do que isto, a inexplicável falta de voz dos protagonistas principais. Na superfície o que brota sempre é o papel da Polícia que se mostra redentora e assim artífice da justiça. Fica nessa relação consagrada a ordem: bandidos x mocinhos x vítimas inocentes e indefesas. Superpoderes x migalhas humanas.

O fermento brasileiro

No Brasil, tal crítica também é exercida com ênfase e, além das reclamações generalizantes atentas ao *consentimento*, vários autores tecem comentários pertinentes, como faz Daniela Muscari Scacchetti, ao se referir à fusão, nos termos do *Protocolo*, de *tráfico*, *migração/imigração*, e *contrabando de pessoas*. Levando em monta a discussão sobre o *transporte*, fica evidente que as regras do *Protocolo* devem implicar principalmente distinções entre *tráfico* e o *contrabando de pessoas* (SCACCHETTI, 2011). No caso do *contrabando*, a participação efetiva do interessado o faz também cúmplice e isto é crime. Nos itens mencionados – *recrutamento*, *transporte* e *exploração* – deve ficar à luz que a relação implica o estabelecimento de uma repulsão, ato excludente, dos traficados que apenas figuram como motivo da formidável ação policial tida como heroica. Avesso disto, garante-se força aos poderes dos agentes instituídos que se tornam entidades magnânimas ou salvacionistas. Resultado: a “vitimização” dos ofendidos os converte em seres sem vozes, inativos, desgraçados e sem qualquer protagonismo que não sua ignorância, inocência ou deliberação consciente postos a público. Neste sentido, ressalva-se detalhe do texto de uma *Cartilha* de apoio e esclarecimento aos traficados, intitulada “Escravo, nem pensar!” da Repórter Brasil, feita com apoio do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso, que diz didaticamente, referindo-se em particular às vítimas:

Muitas organizações que lutam pelos direitos das mulheres não gostam da palavra vítima. É fácil entender o motivo: vítima pode passar a ideia de que a mulher é fraca, uma coitadinha. Essas organizações sugerem a expressão “pessoas afetadas pelo tráfico”.

E prossegue:

Usamos vítima, nesta cartilha, porque são mulheres (e homens) que tiveram seus direitos violados. Mas não queremos negar (pelo contrário!) a condição de cidadã e cidadão, de sujeito político.

Em palavras claras a Cartilha retrança o perfil dessas pessoas, da seguinte maneira:

As vítimas do tráfico de pessoas têm um perfil comum, apesar das formas de exploração serem diferentes. Em geral, são jovens, de baixa renda, com pouca escolaridade, que começaram a trabalhar cedo e migram porque não têm condições de sobrevivência digna em seus lugares de origem. Por isto, costuma-se dizer que acabaram traficadas porque estavam vulneráveis, ou seja, em uma situação social e econômica que as privou de alternativas concretas de trabalho⁶.

Nota-se, claramente, que a legislação brasileira e diversas instituições de apoio aos envolvidos no tráfico “complexibilizam” os termos do *Protocolo* e propõem leituras mais drásticas. Na lógica do protecionismo ilimitado, por exemplo, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Brasileira, amplia ainda mais a proteção aos afetados, desconsiderando sua participação em qualquer nível. Mesmo ferindo o livre arbítrio e transferindo para os poderes constituídos as ações tuteladoras, extrapola-se a intenção do *Protocolo*⁷. Com isto se conclui que a evolução dos preceitos legais contidos na *Convenção* consegue ir além do próprio *Protocolo*, reduzindo em nome de um artifício jurídico ainda mais a capacidade de atuação dos atingidos. Sob esta linha de raciocínio, o texto da Política Nacional de Enfrentamento consegue ser mais realista que o rei.

Ainda em termos da problemática conceitual, Adriana Piscitelli aprofunda o exame de algumas definições que se mostram universais ou sem grande precisão quando vistas sob a luz de nossa prática cultural. No exame das significações, a diferenciação ou a nuance entre o que é “ajuda”, “apoio”, individual ou de grupo, e a caracterização de uma “máfia” ou de articulações do tráfico internacional se torna eticamente fundamental. Os exames das histórias pessoais de pessoas que vão a outros países sob a conduta exploratória, não têm obrigatoriamente que se vincular ao tráfico. São suas as seguintes palavras ao concluir relevante texto sobre a matéria:

Mostrei, ainda, como a existência de diferentes definições de tráfico de pessoas e a falta de clareza conceitual dos termos que contribuem para delimitar a problemática, principalmente a noção de exploração, colocam sérios problemas para a produção de conhecimento também no Brasil.

E conclui

Nesse âmbito se produz a fusão entre crime e violação dos direitos humanos, às vezes utilizada instrumentalmente para reprimir a migração não documentada e também para combater a prostituição⁸.

De certa forma, ao assumir postura de regra internacional, o *Protocolo* consagra a caça aos traficantes como uma empresa, mas despreza a capacidade de entendimento dos traficados. Mais: cria uma sensação de justiça e eficiência que contrasta com os números sempre crescentes desse comércio de gente. Nesta linha, *Thaddeus Gregory Blanchette e Ana Paula da Silva ressaltam que é preciso mudanças, pois:*

Calcada em definições contraditórias do crime, a luta contra o tráfico de pessoas movimenta-se em nome da “abolição da escravidão moderna”. Neste ambiente francamente moralista, o movimento antitráfico no Brasil se sustenta na repetição de números inventados e declarações apocalípticas, sem base epistemológica alguma⁹.

Ao falar de números e de efeitos sensacionalistas, deve-se levar em conta a exiguidade dos resultados das ações decorrentes da aplicação do *Protocolo*. De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), uma média de 4 milhões de pessoas entram na rota do tráfico, anualmente, no mundo todo, sendo que desse total cerca de 700 mil são mulheres e crianças que se inscrevem no circuito do tráfico internacional destinado à exploração sexual. De maneira desastrosa, o Brasil se mostra como país líder no número de mulheres usadas para fins de exploração sexual e assim se fixa o número segundo dados da Fundação Internacional Helsinque de Direitos Humanos:

Do Brasil, o número de mulheres exploradas sexualmente na União Europeia, chega a aproximadamente 75 mil ou 15% deste total e segundo dados da Polícia Federal Portuguesa, a cada dez prostitutas em Portugal, nove são brasileiras¹⁰.

Seja pelos números de participantes das redes internacionais de exploração do trabalho e/ou da atividade sexual, ou pelos argumentos críticos já apresentados, o Brasil precisa ter papel protagonista no concerto da argumentação que toma o *Protocolo* como base de ação sobre a matéria.

O Brasil e o Protocolo

Mas por que os brasileiros, pergunta-se? A pluralidade das respostas demanda considerar fatores agravantes de uma tendência crescente. Como não basta constatar os números, qualquer análise crítica do teor do *Protocolo* exige contextualização. No caso específico do Brasil, dois fatores chamam atenção: o apagamento da participação das vítimas e ofendidos e a reputação sexual de nossos patrícios. Além de causas imediatas, é necessário considerar as motivações remotas, históricas que abrangem desde trajetos historicamente delineados até as propagandas turísticas governamentais. Mais do que isso, porém, se deve levar em conta as tensões acumuladas que incidem nas escolhas dos prejudicados. Tudo é de muito difícil avaliação e demanda inclusive elaboração que mexa com números. É nesta linha que se destaca o trabalho de Siddharth Kara, especialista em tráfico humano, por exemplo, ao mostrar que o motor da movimentação de pessoas que trabalham com sexo se dá pelo atrativo econômico que, aliás, se situa entre os negócios de maior lucratividade do mundo. Então, atento a esta orientação, o economista, banqueiro, professor de Harvard, tratou de proceder um modelo ou fórmula econômica capaz de estimar custos da surpreendente movimentação no valor total de mais de US\$ 35 bilhões de lucro anual permitido pela escravidão sexual. Neste panorama, depois de proceder a mais de 400 entrevistas feitas em 14 países, Kara concebeu um padrão para avaliar o total de explorados no mundo, montante este que chegaria a 29 milhões, sendo 1,3 milhão explorados sexualmente. O impressionante é que mesmo representando este número somente 4% do montante geral, tal negócio gera 40% dos lucros. E conclui que a cada ano, cerca de 500 mil pessoas são traficadas. Em entrevista sobre seu livro *Tráfico Sexual*, o autor, Kara, diz que:

Escravidão é obviamente uma violação dos direitos humanos, mas é também fundamentalmente um crime econômico, que procura maximizar os lucros ao diminuir os custos do trabalho. Para entender, analisar e combater a escravidão moderna, até agora não tinha sido feito um estudo econômico do problema, o que resulta em políticas falhas e desordenadas¹¹.

Sobremaneira, interessa o destaque dado ao desencontro de políticas públicas. É exatamente para ressaltar as “políticas falhas e desordenadas” que Kara demonstra o mecanismo usado para justificar o critério de preço das

pessoas traficadas e, assim, referindo-se ao Brasil, diz que, em comparação com outros 12 países, o Brasil lidera no preço de compra das prostitutas em mercados importantes como o italiano.

Segundo tabela, a mulher brasileira é vendida, em média, por 5.000 [euros] (cerca de R\$ 15 mil), e seu “ato sexual comercial” custa em torno de 40 [euros]. O país aparece à frente de Rússia (3.500 pela mulher, 30 pela relação sexual), Romênia (2.000 e 20, respectivamente) e de mais nove países, a maioria do Leste Europeu¹².

De acordo com este suposto, as brasileiras se tornam vítimas de um engenho mais sofisticado, posto que nossas mulheres e homens experimentam antes uma espécie de estágio que seleciona e prepara as pessoas. O fato de ser comum no Brasil os traficados passarem por experiências em grandes centros, facilita a acomodação em lócus internacionais, então explica o autor:

O processo em duas etapas – tráfico interno seguido de tráfico internacional – é um desenvolvimento novo, baseado num modelo de negócio mais sofisticado. As escravas ficam menos resistentes, então se avalia quais serão mais facilmente exploradas no exterior – com menos chances de escapar. [E complementa mostrando que] outras são traficadas internacionalmente desde o início¹³.

De certa maneira depreende-se que há uma reputação firmada sobre as brasileiras e que, ainda que sutilmente, formamos uma espécie de prática de preparo à prostituição internacional. Fato concreto, porém, é a reputação das mulheres e homens brasileiros que se destinam, por um ou outro motivo, à atividade sexual no exterior (PISCITELLI, 2013).

Em uma série de entrevistas com prostitutas e prostitutos brasileiros, em seis países europeus e nos Estados Unidos, numa relação de mais de setenta gravações longas, colhidas em três momentos diferentes, no espaço de quatro anos, duas situações chamam a atenção: o desconhecimento absoluto das vítimas sobre o significado e impacto do *Protocolo de Palermo*, e, o paternalismo inerente ao teor aplicativo do *Protocolo*. Ilustro o caso com passagem registrada em situação de tráfico de rapazes de um estado brasileiro, nordestino, onde a grande imprensa divulgou – inclusive em escala mundial – o escândalo de jovens recrutados para trabalho, mas empregados na prostituição na Espanha¹⁴. Detalhem as situações:

Miro, modesto jovem de 24 anos, de pouca escolaridade e muito pobre, casado, pai de dois filhos, soube por anúncios de jornais de ampla circulação, que uma empresa oferecia oportunidade de trabalho para moços “fortes e dispostos a ganhar algum dinheiro com rapidez, indo para serviços na Europa”.

Frente às necessidades familiares prementes, o rapaz deixou para trás tudo que tinha. Vendeu sua aliança, a bicicleta, roupas e o que mais pôde. Tudo para pagar a passagem e os documentos. Ao chegar na Espanha, se viu enganado, premido a entrar na prostituição e, para tanto, se viu viciado no uso de *popper*, droga fornecida pelos próprios agenciadores. Aliciado para trabalho em saunas, o jovem teve seus documentos confiscados e, sob constantes ameaças, se viu forçado a práticas estranhas à sua vontade. A complexa adaptação ao regime de exploração – sempre feita mediante grave ameaça e constrangimento de força física e psicológica – levou-o a vivências extremas e desesperadoras. Depois de meses de exploração, sem contatos fora do ambiente de prostituição, foi socorrido por alguém de uma ONG que o levou às reuniões dos Narcóticos Anônimos que, por sua ação positiva, o retirou das malhas do tráfico. Para surpresa geral, porém, o jovem não quer voltar, alegando vergonha e incapacidade de reinserção no próprio meio. Depois de ouvir detalhes dolorosos de suas peripécias, perguntei-lhe se conhecia o *Protocolo de Palermo* e, de maneira natural, ouvi: “*Protocolo do Palermo? Não! Não conheço ninguém com este nome ‘Protocolo’. Por que, ele é um palerma?*” O que parece ser uma piada, não deixa espaço para a lástima, pois a distância entre o drama do ofendido e a inoperância legal é lastimável. Em conversa com as pessoas que o socorreram e novamente questionando sobre o *Protocolo de Palermo* ouvi “isto é para aquela minoria que acaba servindo de exemplo para justificar a ação policial”. E de maneira contundente tive como resposta outra pergunta “quantas pessoas são beneficiadas por esta máquina”? Mais, “o *Protocolo* é importante quando salva, mas na maioria das vezes é mais um espetáculo pirotécnico do que uma lei que beneficia”.

Conclusão

É a hora de reconhecer, sim, os valores implícitos no *Protocolo de Palermo*. Lei digna esta, mas carente de reparos importantes. Como estão formulados os supostos daquele artifício jurídico internacional, temos a sagração do poder policial instituído e a ratificação do aniquilamento dos vitimados e ofendidos. Estes, parece, são seres inativos, sem condições de reação, dignos mesmo da concepção de vítimas. Assim mostrados, anulados em suas histórias pessoais, viram meras peças de um jogo complexo e feito pelos outros, delegados de autoridades insensíveis às miudezas do particular.

A proposta que se levanta convida supor a valorização dos seres penalizados com o tráfico e reconhecer neles atitudes capazes de fermentar reações que os levem em conta. Mesmo sendo enganados, humilhados até o limite máximo, aprendem, amadurecem, têm o que dizer. Não são seres aniquilados, incapacitados de reação. Na lógica da ajuda necessária, cabe estabelecer meios que qualifiquem tais pessoas e que não cassem sua dignidade e expressão participativa. Não há como negar maturações e aprendizados aos que padecem tais explorações. Anulá-los significaria reduzi-los duplamente à condição de vítimas sociais. No caso específico de Miro, pela eficácia das leis, dado que ele mesmo se esforçou para ser traficado, mesmo sem saber, sua condição de

cúmplice o levaria à criminalização. O conhecimento de detalhes de sua saga para sustentar a família e os sacrifícios feitos em favor da busca de melhores condições o coloca como uma espécie de herói de sua situação. E nem bastaria ser sombreado pelos favores do *Protocolo de Palermo* que ele sequer conhece, ou ouviu falar. Por fim, cabe sopesar a questão da reinscrição social em seu meio. No momento, sem assistência psicológica, sem acompanhamento, ele simplesmente não quer voltar. O que, neste caso, valeria o *Protocolo*?

Notas

- 1 – Sobre o tema leia-se A história da escravidão, de Oliver Patre-Grenouilleau (2009).
- 2 – Diz a Secção II, sobre “tráfico de escravos”, no artigo 3º, 1. “O acto de transportar ou de tentar transportar escravos de um país a outro, qualquer que seja o meio de transporte utilizado, ou a cumplicidade no referido acto, constituirá delito à face da lei dos Estados Partes na Convenção, e as pessoas consideradas culpadas de tal delito serão objecto de penas muito severas... 3. Os Estados Partes na Convenção procederão à permuta de informações, a fim de assegurar a coordenação prática das medidas por eles tomadas para combater o tráfico de escravos, e comunicar-se-ão todos os casos de tráfico de escravos, bem como toda e qualquer tentativa nesse sentido de que tenham conhecimento”.
- 3 – Cf. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em 28 nov. 2013.
- 4 – Convém distinguir os conceitos, pois “vítima” se refere aos delitos contra a pessoa, enquanto “ofensa” ou “ofendido” diz respeito aos crimes contra a honra e costumes. Sobre o assunto leia-se A autocolocação da vítima em risco, de Alessandra Orcesi Pedro Greco (2004, p. 17-18).
- 5 – Protocolo Complementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, promulgado pelo Decreto nº 5.017 de 12 de março de 2004.
- 6 – “Escravo, nem pensar!” Repórter Brasil, Ministério Público do Trabalho/MT. Disponível em: <http://www.escravonempensar.org.br/upfilesfolder/materiais/arquivos/cartilha_ trafico_ spread_WEB.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2014.
- 7 – Artigo 2º, § 7º da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovada pelo Decreto nº 5.948, de 26/10/2006.
- 8 – Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-83332008000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 fev. 2014.
- 9 – Sobre o assunto leia-se o artigo O mito de Maria, uma traficada exemplar: confrontando leituras mitológicas do tráfico com as experiências de migrantes brasileiros, trabalhadores do sexo, de Thaddeus Gregory Blanchette e Ana Paula da Silva. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/278>>. Acesso em: 13 maio 2013.
- 10 – Dados da Fundação Helsinque de Direitos Humanos. In: Danielle de Carvalho Vallim. Um estudo sobre o tráfico de mulheres para exploração sexual: o encontro entre Estado e ONG’s na construção de uma política pública. Disponível em: <<http://www.uff.br/dcp/wp content/uploads/2011/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-2010-Danielle-de-Carvalho-Vallim.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2014.
- 11 – Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2009/09.02.Obalancoda-prostituicao.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- 12 – Ibidem.
- 13 – Ibidem.
- 14 – Sobre o grupo de traficados leia-se <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,espanha-desarticula-rede-de-prostituicao-que-explorava-homens-brasileiros,603181,0.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

Referências

- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 13.
- BONJOVANI, Mariane Strake. *Tráfico Internacional de Seres Humanos*. São Paulo: Ed. Damásio de Jesus, Série Perspectivas Jurídicas, 2004.
- CASTILHO, Ela Wiecko V. Tráfico de pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. In: *Brasil. Secretaria Nacional de Justiça*. Política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Brasília-DF: SNJ, 2008.
- GRECO, Alessandra Orcesi Pedro. *A autocolocação da vítima em risco*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 17-18.
- KARA, Siddharth. *Sex Trafficking: Inside the Business of Modern Slavery*. Columbia University Press, 2009.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- PATRE-GRENOUILLEAU, Oliver. *A história da escravidão*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2009.
- PISCITELLI, Adriana. Trânsitos: Brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. In: *Coleção: Sexualidade, Gênero e Sociedade*, Rio de Janeiro: CLAM/EdUERJ, 2013.
- SCACCHETTI, Daniela Muscari. O tráfico de pessoas e o Protocolo de Palermo sob a ótica de Direitos Humanos. In: *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 11, p. 25-38, out. 2011.

RESUMO

O Protocolo de Palermo é um dos documentos mais importantes sobre o tráfico de pessoas, tema de grande importância no mundo globalizado. Com adesão de quase todos os países do mundo, o Protocolo, ainda que expresse avanços, guarda problemas que se refletem exatamente nos grupos que pretende proteger. A crítica maior a este documento decorre da distância entre os agentes emissores e as pessoas tratadas como “vítimas”. O tom oficial do enunciado do texto, além de submeter os implicados como “vítimas”, promove o aparato dos Estados como entidade salvadora única. A consequência mais evidente deste documento é a redução das “vítimas” como incapazes de gerenciar a própria vida. Desdobramento natural disto é a falta de sintonia entre as Polícias Federais e os envolvidos que padecem nas malhas do tráfico.

Palavras-chave: tráfico humano; Protocolo de Palermo; mundo globalizado.

ABSTRACT

The Palermo Protocol is one of the most important documents about human trafficking, a matter of great importance in a globalized world. Signed by almost all countries, the Protocol is a step forward even if it still has problems that reflect upon the groups it intends to protect. The strongest criticism against this document is the distance between the State and the persons, treated as “victims”. The official tone of the text, besides victimizing people, promotes the State as the only savior. The most evident consequence of this document is the reduction of people to the condition of “victims”, seen as incapable of managing their own lives. A natural development of this is the lack of connection between Federal Police units and the trafficked, that suffer even more in the hands of the traffic.

Keywords: human trafficking; Palermo Protocol; globalized world.

Imigrantes africanos solicitantes de refúgio na indústria avícola *halal* brasileira

*Allan Rodrigo de Campos Silva**

Diante da lei está um porteiro. Um homem do campo dirige-se a este porteiro e pede para entrar na lei. Mas o porteiro diz que agora não pode permitir-lhe a entrada. O homem do campo reflete e depois pergunta se então não pode entrar mais tarde. “É possível”, diz o porteiro, “mas agora não”. – O processo, Franz Kafka.

O processo de pesquisa

Em setembro de 2008, um grupo de estudantes de Geografia da Universidade de Innsbruck, da Áustria, realizou, com a ajuda do Professor Heinz Dieter Heidemann, da Universidade de São Paulo, um trabalho de campo temático sobre migrações em São Paulo do qual participei como monitor. O roteiro, que começava na Rua Maria Antonia, propunha uma caminhada em torno do centro da cidade, em direção à Baixada do Glicério – porção da cidade localizada a poucos metros da Praça da Sé – onde se localiza a Casa do Migrante e a sede desta mesma Revista *Travessia*. Durante a caminhada pelo Brás, entre uma Casa do Norte e uma *Cantina*, nos deparávamos com grupos de imigrantes africanos pelas esquinas. A própria Casa do Migrante encontrava-se em meio a uma inflexão de público, então majoritariamente composto por imigrantes africanos. Fiz dessa experiência o ponto de partida

* Geógrafo, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

para uma pesquisa que se desenrola desde então. Ao mesmo tempo, a participação em grupos de estudo no Laboratório de Geografia Urbana da USP ventilou ideias e sugeriu pistas para seguir a caminhada.

Logo, a Casa do Migrante se tornou uma referência de pesquisa importante. Nas primeiras visitas travei contato com um grupo de imigrantes, ainda que diversas dificuldades se apresentassem. Carla, assistente social e Dirceu, editor da revista, já haviam me apresentado um diagnóstico básico da situação e das trajetórias dos albergados, informações que ajudaram a criar um cenário inicial. Foi então que, numa caminhada pelo pátio interno da Casa, com uma prancheta embaixo do braço, comecei a fazer algumas perguntas sobre a origem de alguns jovens sentados no banco central. Mesmo com o ambiente acolhedor da Casa, a situação de desamparo geral dos imigrantes dificultava a conversa, mas logo que a conversa deslanchava, muitos se sentiam movidos a dividirem suas experiências e traumas, além de explicitar a ignorância do pesquisador em relação aos contextos que os haviam mobilizado na África.

Uma proximidade pessoal foi se desenvolvendo entre mim e um grupo de quatro jovens, entre 21 e 23 anos de idade, da Guiné (Conakri) e um nigeriano de 32 anos de idade. Essa proximidade possibilitou, por um lado, executar o trabalho de pesquisa que em parte apresentaremos aqui. Por outro lado, o convívio com esse grupo aos poucos explicitou a contradição da relação que um pesquisador estabelece com seu “objeto de estudo”: a reificação, posta na relação entre pesquisador e pesquisado, se amarra a determinações mais profundas – um momento da forma social moderna da mercadoria. Tais determinações fazem com que os termos da relação entre pesquisador e pesquisado, ainda que se tente *humanizar* a relação ou destacar sua subjetividade, sejam novamente momentos de reprodução da sociedade produtora de mercadorias.

Diante do trabalho: o sangrador de frangos *halal*

Ao longo de 2009, a relação continuada com este grupo de imigrantes, – Basil I., Abdul H., Fadi B, Hamal A., da Guiné e Mahdi M., da Nigéria, permitiu desdobrar o processo de pesquisa. Os cinco rapazes logo encontraram um bico na construção civil: trabalharam como serventes de pedreiro em um prédio residencial no município de Mauá, por 15 reais a diária. Sustentaram isso por duas semanas, até que B. consegui um contato na Mesquita do Brás que ofereceu ao grupo um trabalho como sangrador de frangos para o **Grupo de Abate Halal (GAH)**, uma empreiteira que certifica a produção de carnes exportadas para o mundo islâmico pelos maiores frigoríficos do Brasil, como Sadia, Perdigão e Seara. Para que a carne seja certificada como *halal*, ou seja, permitida ao consumo do muçulmano, o sangrador precisa ser homem e muçulmano. Logo I., H., B e A. viajaram para Francisco Beltrão, no oeste paranaense, com contratos temporários assinados em São Bernardo do Campo, na sede da GAH, para trabalharem como sangradores de frango na planta da Sadia, por um salário de 800 reais por mês.

Enquanto isso M. continuava a procurar um emprego em São Paulo. M. é um jogador de Futebol de 32 anos, que havia saído da Nigéria em 2003 em direção à Trinidad e Tobago, onde morou e jogou futebol por cinco anos. Quando o Brasil foi anunciado como sede dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo, M. vislumbrou a possibilidade de se envolver profissionalmente em tais eventos. Entretanto, a difícil estada de quatro meses e meio em São Paulo, sem encontrar nem o eco de uma oportunidade de trabalho no setor de esportes, logo o expulsou da cidade. Com uma passagem para Manaus garantida, M. escapou para a Venezuela de carona e voltou a trabalhar em Trinidad e Tobago.

Meu contato com os jovens da Guiné se reduziu a poucas trocas de e-mails até maio de 2011, quando realizei um trabalho de campo em Francisco Beltrão, na vigência de uma bolsa de pesquisa de mestrado da FAPESP. Nesta época I. já havia se mudado para Uberlândia, realocado na rede de sangradores do GAH. I. é negro e pertence a etnia *Fulani* e em diversas conversas já havia relatado como o racismo havia sido definitivo na sua decisão de migrar para o Brasil. A Guiné vivia então o momento auge de um conflito social amplo que se apresentava mais imediatamente como conflito étnico. Desde que um presidente de outra etnia assumiu o poder, as pessoas da etnia *Fulani* passaram a ser declaradamente perseguidas nas ruas e dentro de suas casas. Sua família inteira havia sido executada na sua frente. Depois disso, com a ajuda de um primo, que acessou um dinheiro do partido *Fulani*, comprou uma passagem de avião para Guarulhos. Os quatro guineenses se conheceram na salinha da polícia federal do aeroporto de Cumbica e então se tornaram companheiros e viveram por quase dois anos juntos em Francisco Beltrão. I. reclamava constantemente do tratamento que recebia no Paraná. Costuma dizer que o Paraná é mais racista que a África. Foi então que recebeu uma proposta do seu supervisor para ser realocado em Uberlândia, que aceitou, ainda que B., A., e H. decidissem ficar em Francisco Beltrão.

O trabalho de sangrador que estes imigrantes executam através dos contratos com o GAH é basicamente o mesmo, no Paraná ou em Minas Gerais. O sangrador recebe um salário de por volta de 800 reais, como já dito, para abater dentro de uma norma religiosa segundo a qual, em linha de abate orientada para oeste, a ave deve ser abatida com um só golpe de faca. Uma oração a Alá deve ser proferida ao início de cada turno. Os abates são organizados em ágeis linhas de produção, de modo que cada sangrador execute 2 mil frangos por hora – ou um frango a cada dois segundos – realizando um número de movimentos que deixa qualquer técnico de Medicina do Trabalho de cabelos em pé. Os turnos são organizados em blocos de duas horas, com intervalo de descanso de trinta minutos. Uma diária de trabalho é composta por três turnos de duas horas, com dois intervalos de trinta minutos, de forma que o sangrador deve passar sete horas por dia na linha de abate, seis dias por semana.

A situação dos trabalhadores de frigorífico no Brasil foi relatada recentemente pelo vídeo-documentário *Carne Osso*, produzido pelo Repórter Brasil.

No que se refere às informações que pude obter no trabalho de campo, alguns aspectos saltam aos olhos. Em entrevista realizada no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação (Sintrial), do município de Dois Vizinhos, o diretor do sindicato destaca que o pior aspecto das relações de trabalho nos frigoríficos é de ordem sanitária.

O trabalho nas linhas de abate, no desossamento de frangos, embalagem, entre outros, acarreta graves danos à saúde do trabalhador. As lesões por esforço, ao mesmo tempo em que passaram a ser uma regra geral, inclusive contabilizada nas planilhas de gestão de Recursos Humanos, não encontram nenhum anteparo no plano da saúde pública. Os municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, por exemplo, não contam com nenhuma clínica de fisioterapia que possa iniciar algum tipo de tratamento médico das doenças causadas pelo trabalho, ainda que seja de conhecimento geral que lesões dessa natureza são de caráter crônico, ou seja, os braços desses trabalhadores ficarão lesados para o resto de suas vidas. Assim, quando um sangrador de frangos apresenta uma lesão, seu supervisor concede-lhe uma licença não remunerada de um mês, às vezes dois meses. Tudo o que o sangrador pode fazer é descansar um pouco os braços, com a promessa de que possa voltar a sacrificá-los de novo assim que a dor da lesão voltar a ser suportável ou que a sua reprodução social esteja posta em cheque de tal maneira que ele se sujeite mesmo com a lesão inflamada.

Tal conjunto geral de relações, já plenamente inaceitável, é composto ainda pelo sórdido detalhe de que os sangradores são submetidos a regimes de trabalho temporário, de forma que os períodos de trabalho coincidam com o prazo de três meses – período em que seu documento de residência provisório no país tem validade. Quando esse período se encerra, o trabalhador tem que renovar o contrato de trabalho e assim se submeter a um novo exame médico de admissão. Um trabalhador que tenha sido destroçado pelo trabalho de sangrador na última temporada, provavelmente será descartado e declarado inapto pelo médico do trabalho do frigorífico.

A relação do GAH com os frigoríficos também flerta com uma reprodução que trilha a penumbra social. O trabalho de sangrador é uma atividade-fim de um frigorífico e, portanto, de acordo com a legislação trabalhista não pode sofrer terceirização. Ao longo de 2010 vários frigoríficos da Sadia foram lacrados pela Justiça, em função de processos do Ministério Público, a partir de denúncias sobre a terceirização de atividades-fim. A pressão dos industriais sobre o Ministério Público foi tal que logo as linhas voltaram a correr e o processo arquivado.

De acordo com dados oferecidos pelo Sintrial-PR, alguns processos foram movidos por sangradores de frangos da seção *halal* contra a Sadia. As denúncias contra a Sadia afirmam que os sangradores são obrigados a cumprir segundo e terceiro turnos não remunerados, o que caracterizaria trabalho análogo ao escravo. Em um dos casos que tivemos acesso no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (9ª Região), um processo movido por um sangrador de frangos do

Congo obrigou a Sadia a pagar uma indenização coletiva aos trabalhadores da planta de Francisco Beltrão. Tal indenização não garantiu, entretanto, que essa prática tenha sido imediatamente coibida, uma vez que o próprio H. tenha relatado que os sangradores são obrigados a prolongar seus turnos de acordo com a necessidade de produção da fábrica, sem receberem por isso.

Como o GAH monopoliza o fornecimento de trabalhadores para a sangria de frangos para todos os frigoríficos do Brasil, os cerca de quinhentos sangradores *halal* são submetidos a esse mesmo regime de trabalho.

Já os moradores de Francisco Beltrão pouco sabem a respeito “dos africanos que começaram a aparecer por aqui”. Em entrevistas realizadas com funcionários da Sadia, eles demonstram preocupação com a compra da Sadia pela Perdigão, que trouxe a demissão, realocação e diminuição de salários de centenas de funcionários, para adequar o sistema produtivo aos programas de flexibilidade da atual BR Foods.

De toda forma, esse conjunto de relações constatadas na pesquisa demonstra a contradição da própria mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977) uma vez que tais sujeitos encontrar-se-iam em uma encruzilhada: postos em sociabilidade, pela expropriação de seus meios de produção, no mundo monetarizado da moderna mercadoria, ao mesmo tempo em que o próprio liberalismo do mercado passa a ser acessado positivamente por eles, enquanto possibilidade de escolha da relação à qual poderão se sujeitar. Como não poderia deixar de ser, as escolhas feitas pelo sujeito, em uma sociedade que universaliza o totalitarismo da mercadoria, são determinadas pelas ofertas postas pelo próprio mercado.

I., H., B. e A. fugiram da Guiné a partir de um conjunto de estratégias, como o financiamento de passagens aéreas com dinheiro de um partido político ou com grana emprestada de alguém na família, ou ainda às escondidas em porões de navios. Esse fato é importante para pensarmos adiante sobre a falta de autonomia da explicação cultural e o caráter político e instrumental que o Estatuto de Refugiado cumpre, ao separar os imigrantes políticos dos econômicos. Não seria o refugiado um imigrante da crise capitalista? Vamos lidar com essas questões a seguir.

Diante da Lei: o solicitante de refúgio

O outro lado do problema que apresentamos pode ser referido como a dimensão jurídica do imigrante. Partindo-se das estratégias que os próprios imigrantes africanos têm acionado, encontramos um conjunto majoritário de indivíduos em busca do *status* de refugiado.

Apesar da informação ser amplamente divulgada e conhecida do público leitor de *Travessia*, reapresentaremos a definição do *Estatuto do Refugiado* com a intenção de problematizá-la a partir da nossa pesquisa.

I., H., B., e A, durante a curta estada que tiveram na Casa do Migrante, travaram contato com outros rapazes que estavam em processo de solicitação de refúgio. Aos poucos foram tomando conhecimento dos meandros institucionais e decidiram solicitar o *status* de refugiado. Para colocar esse processo em andamento, a primeira providência que tomaram foi realizar uma visita ao centro de acolhida para refugiados da Cáritas Arquidiocesana em São Paulo em parceria com o ACNUR–ONU (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados da Organização das Nações Unidas), a poucos metros da Praça da Sé. Lá foram alvo de uma entrevista razoavelmente detalhada sobre suas trajetórias. Os funcionários do centro dão início a um processo de solicitação de refúgio junto ao CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça, que integra, além de representantes de uma série de ministérios, a Polícia Federal, ONGs do setor, Cáritas Arquidiocesana e o próprio ACNUR.

Cada um do grupo sai do posto com um documento provisório, referente ao processo de solicitação de refúgio que será analisado nos próximos três meses. Com o *protocolo* em mãos, podem solicitar uma carteira de trabalho – o documento requisitado pelo GAH para darem início ao trabalho como sangradores de frango.

Mas, enfim: o que é um refugiado? De acordo com o Estatuto do Refugiado, produzido na Convenção da ONU de 1951, são refugiados os indivíduos que se encontram fora do seu país por causa de *fundado temor de perseguição* por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa. Posteriormente, foram também declarados como refugiados indivíduos que travaram contato com conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.

No Brasil, o Estatuto da ONU foi ratificado em 1960. Em 1997, o país aprova também a Lei 9.474 que define os mecanismos que implementam o Estatuto de 1951, entre outras coisas, como a criação do CONARE e os meandros institucionais que normatizam o *status* de refugiado.

Como se pode depreender de uma leitura dos critérios norteadores da condição de refugiado, tal *status* baseia-se em uma cisão entre os critérios econômicos e os critérios políticos que mobilizam os imigrantes – mas somente se compreendemos o refugiado também como um imigrante.

A separação habitual entre imigrantes forçados e imigrantes livres existe justamente para garantir essa separação aparente entre os fenômenos que, como já demonstramos, não tem operacionalidade nenhuma, uma vez que também os imigrantes forçados traçam estratégias de mobilidade do trabalho – da compra de passagens aéreas às viagens às escuras nos porões dos navios da África atlântica, estratégias que só são possíveis porque sabem que poderão tentar vender sua força de trabalho em outro lugar.

Entretanto, a definição de um refugiado como alguém que sofreu graves violações também não é falsa, falsa antes é a sua apresentação autonomizada para ativar um aparato de controle. Vamos ao problema.

Desde 2008, H., B., e A., vivem sob a condição de *solicitante de refúgio*: seus processos de solicitação para acessar o estatuto de refugiado nunca chegaram a um termo. A cada vez que seu processo é indeferido eles voltam a São Paulo para refazer o pedido de refúgio. Esse processo sem fim os coloca em uma situação de provisoriamente-permanente que serve muito bem à preservação de todo aquele jogo de relações às quais os sangradores de frango estão atados.

Caso queira-se argumentar que esse é um fato isolado à H., B., ou A., a apresentação dos dados sobre solicitantes de refúgio do ACNUR Brasil poderá provar que, antes disso, eles são justamente a explicitação de uma lógica geral da execução do Estatuto do Refugiado no país – ou da manutenção de imigrantes indesejados a uma condição forçada de provisoriamente.

Em 2012, o número de concessões de refúgio foi de 199, em 2013 o número cresceu para 649 (sendo que desses 283 são sírios), a soma de todos os outros (haitianos, colombianos e todos os africanos) não passa de 366. A cada semana a Casa do Migrante recebe dezenas de novos imigrantes africanos (mas não somente africanos) que iniciam o processo de solicitação de refúgio.

Entretanto, o número de solicitações de refúgio em 2012 foi de 2,1 mil e em 2013 foi de 5,2 mil. Ou seja, em 2013 apenas 9,5% dos pedidos foram aceitos. Em 2012 apenas 12% dos pedidos foram aceitos.

O que se pode depreender desses dados? De duas opções, uma: Ou os solicitantes de refúgio são parte de um inexplicável fenômeno de mitomania em massa ou o Estatuto do Refugiado é um aparato de controle do Estado sobre o imigrante indesejado – mulheres, pobres, negros, latino-americanos – que encerra suas possibilidades de trabalho ao mais baixo escalão da sociedade através da manutenção desta condição jurídica nebulosa – o solicitante de refúgio.

A recepção do Estatuto do Refugiado no Brasil surgiu como uma solução de caráter estratégico para adequar os imigrantes indesejados a postos de trabalho subalternos, ao mesmo tempo em que suas trajetórias são controladas de perto, uma vez que o solicitante tem que se reapresentar ao Estado em um período trimestral para receber a notícia do novo indeferimento.

Essa dinâmica nos faz desconfiar que o discurso humanitário – contra as graves violações à pessoa humana – não conseguiu deixar de ser uma embalagem de um aparato coercitivo de execução da mobilidade do trabalho em crise.

Entretanto, cuidado e controle formaram um par indissociável de modo que qualquer crítica ao Estatuto do Refugiado aparece como uma recusa do cuidado em nome da crítica à submissão a tais dinâmicas sociais em crise. Antes disso, a crítica aos aparatos de controle do Estado deviam servir a uma crítica mais

profunda das sociedades produtoras de mercadoria que do alto de sua arrogância histórica, pretendem criar um campo autônomo de resolução dos conflitos sociais na política ou na jurisprudência, como se tais campos não fossem parte intrínseca da crise da sociabilidade capitalista. Os refugiados são uma profunda expressão do trabalhador na crise.

O diretor do GAH, em uma entrevista, relatou a seguinte história: Nas mesas de alta negociação do mercado de frangos, com um ministro de comércio de Mubarak, no Egito, um produtor de frangos da Indonésia oferecia frangos quase ao mesmo preço que os brasileiros. O diretor brasileiro então argumentou: Nossos frangos são sangrados por irmãos muçulmanos refugiados das maiores e mais inimagináveis violações, dignamente acolhidos em nosso país. O ministro não pensou duas vezes e ficou com os frangos brasileiros abatidos por refugiados muçulmanos.

Diante da conclusão: dois pontos para pensar

Trabalham na Sadia de Francisco Beltrão, sob as condições aqui apresentadas, imigrantes africanos oriundos da África atlântica, principalmente Congo, Guiné, Costa do Marfim, mas também asiáticos, como nepalenses, afegãos, paquistaneses e iraquianos. Podem ser encontrados ainda paranaenses que se autodeclararam muçulmanos para conseguir um trabalho nas linhas de sangria. De forma geral, tal relação entre religião e trabalho demonstra que a religiosidade é acessada de acordo com o contexto social e a oportunidade de emprego. Para desespero de uma perspectiva dita cultural que apresenta o campo da cultura como autônomo em relação ao dito economicismo estruturalista, o que a experiência demonstra é que a religião é um atributo da *mobilidade do trabalho* (GAUDEMAR, 1977), acionada pelo sujeito de acordo com a circunstância de sujeição ao trabalho.

O fato de que I., H., B. e A. fugiram da Guiné – ainda que apresentado como desencadeado por conflitos de ordem étnica e cultural – não pode ser pensado fora da crise do Estado nacional guineense, esta movida pela crise de reprodução social geral da própria modernização deste território, no interior da derrocada das sociedades produtoras de mercadorias.

Por outro lado, o conhecimento empírico das relações de trabalho dos solicitantes de refúgio no Brasil explicita o outro lado das formulações cândidas acerca do dito *reassentamento solidário* de refugiados no país. Costumeiramente isoladas no campo jurídico, as reflexões sobre a recepção do Estatuto do Refugiado no país passam ao largo de explicitar como os aparatos jurídicos servem muito bem às relações de trabalho sobre as quais se assentam os solicitantes de refúgio. Infinitamente distante estão então da possibilidade de pensar criticamente inclusive o próprio Estatuto do Refugiado como um aparato coercitivo de controle das migrações internacionais e de adequação jurídica das

relações de trabalho próprias do colapso do processo de modernização – ou ainda de pensar criticamente os Direitos Humanos como elemento reprodutor da moderna sociedade produtora de mercadoria em derrocada (KURZ, 2003).

Enfim, B., H. e A. continuam trabalhando como sangradores de frango em Francisco Beltrão, aguardando o próximo indeferimento no processo de refúgio para renovarem o contrato na Sadia. I. encontrou uma companheira, se casou, teve uma filha e conseguiu um documento de residência permanente no Brasil. Agora está desempregado.

Em seu livro *O processo*, Kafka apresenta uma parábola, contada pelo capelão do presídio ao personagem Joseph K., publicada em separado, com o título de *Diante da Lei*. Nessa estória, um camponês se apresenta diante da porta da Lei. Protegendo a porta reside um guarda, a quem o camponês pergunta se pode entrar, já que a porta está aberta. O guarda diz que não. O camponês pensa e pergunta se algum dia poderá entrar. O guarda diz que é possível, mas agora não. O camponês passa toda a sua vida sentado em frente à porta da Lei. O guarda aceita até um suborno, para provar que não estaria fazendo tudo que estava a seu alcance. O camponês começa a conversar com as pulgas em seu pescoço, pedindo que o guarda lhe deixe passar. Já agonizando, pergunta finalmente ao guarda: Eu só não entendo uma coisa. Todo esse tempo eu permaneci aqui na porta da Lei e ninguém tentou entrar? Então o guarda responde: Esta porta foi feita para você – e somente para você. Agora que você vai morrer eu vou fechá-la.

A ameaça é clara: o solicitante de refúgio terá direito a uma pasta somente sua em uma gaveta, em alguma estante, em algum andar de algum prédio em alguma cidade. A cada três meses o guarda responde: Agora não!

Referências

- GAUDEMAR, Jean Paul de. *A mobilidade do trabalho e a acumulação capitalista*. Lisboa: Estampa, 1977.
- KAFKA, Franz. *O processo*. Tradução Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- KURZ, Robert. Os paradoxos dos direitos humanos. Inclusão e exclusão na modernidade. In: *Folha de São Paulo*, 16 de março de 2003. Tradução de Luis Repa.
- SILVA, Allan Rodrigo de Campos. *Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana, São Paulo, FFLCH-USP, 2013.

RESUMO

O artigo enfoca o caso de imigrantes africanos que são solicitantes de refúgio e trabalham como sangradores de frangos em uma rede de frigoríficos no Brasil. Suas trajetórias apresentam graves violações de direitos, com envolvimento em relações de trabalho degradantes, ligadas a uma condição jurídica que os mantém presos a uma situação de provisoriamente permanente, como eternos solicitantes de refúgio.

Palavras-Chave: imigração africana; solicitantes de refúgio; mobilidade do trabalho.

ABSTRACT

The article focuses on the case of African immigrants who are asylum seekers and work as chicken slaughterers in Brazilian meat processing units. Their trajectories point to serious rights violations, related to their labor relations, linked to a legal status that keeps them trapped in a situation of permanent temporariness, as eternal asylum seekers.

Keywords: african immigration; asylum seekers; labor mobility.

Novas rotas na migração Sul-Sul O caso dos peruanos no Brasil

*Camila Daniel **

Em novembro de 2011, a BBC-Brasil publicou uma reportagem com um título que me chamou a atenção: “O sonho americano é agora brasileiro”. Ela contava a história de um peruano que saiu de Lima em 2008 tendo como destino São Paulo. Ao rapaz foi oferecida uma oportunidade de emprego na cidade paulista no ramo da costura, com a promessa de que conseguiria receber o suficiente para melhorar sua condição econômica e ainda enviar recursos para sua família no Peru. As esperanças do rapaz foram abaladas pelas duras condições de vida com as quais se deparou no Brasil: uma jornada de trabalho de cerca de 15 horas diárias, um salário muito inferior do que havia sido prometido, instalações de moradia insalubres. A matéria segue contando que o peruano conseguiu regularizar sua situação, encontrou um novo emprego e trouxe sua esposa para morar com ele. Juntos, os dois planejam trabalhar, economizar e voltar para o Peru.

A reportagem continua explicando que, desde os últimos anos da década de 2000, o Brasil tem recebido um crescente número de estrangeiros. Desanimados com a crise na Europa e nos Estados Unidos, eles tomam um novo caminho em direção ao Brasil, o “gigante sul-americano”. Traçando um pequeno panorama da imigração recente, a matéria explica que os estrangeiros no Brasil apresentam predominantemente dois perfis: os que encontram trabalho como profissionais qualificados e altamente especializados, sobretudo nas áreas de tecnologia, ciência e saúde; e os que ingressam em atividades laborais de pouca qualificação e remuneração baixa. No novo fluxo de estrangeiros para o Brasil, sobretudo após a crise de 2008, estão os sul-americanos e entre eles, os peruanos.

* *Doutora em Ciências Sociais (PUC-RJ) e Professora (UFRRJ-ITR).*

Para os peruanos, a imigração é um fenômeno que faz parte do imaginário social e da vida cotidiana, como forma de obter melhores rendimentos, ascensão social, prestígio, autonomia da família e se sentir parte do mundo globalizado (DANIEL, 2013). Os EUA são o principal destino para os peruanos que decidem sair do país, recebendo mais de 50% do fluxo daqueles que vão para o exterior (INEI et al, 2012). O Brasil está longe de figurar nas primeiras posições de países que recebem peruanos. No entanto, casos como o mostrado na reportagem revelam a capacidade dos emigrantes de ampliar seu mapa de possibilidades e realizar seu projeto de migração, processo que não se restringe ao contexto de crise de 2008. A imigração peruana para o Brasil tem uma dinâmica particular, que se inicia em meados do século XX, e, portanto, não deve ser entendida apenas como uma resposta à crise vivida nos países centrais.

Este artigo realizará uma análise exploratória do perfil dos peruanos que escolhem o Brasil como destino, entendendo este como um processo com características singulares. Qual é o perfil dos peruanos que decidem vir para o Brasil? Com quais objetivos chegam? Por que escolhem o Brasil? Estas são as principais perguntas que guiarão este trabalho. As respostas para tais perguntas serão construídas através do trabalho de campo etnográfico que realizei no período de julho de 2011 a dezembro de 2012 com peruanos que vivem no Rio de Janeiro e de pesquisa bibliográfica em trabalhos sobre a imigração peruana em outras partes do país. Estas perguntas poderão nos mostrar as novas conexões intrarregionais que permitem a construção de rotas alternativas para aqueles que desejam sair do país, e que, por motivos econômicos, políticos, sociais ou culturais, optam por um destino que está mais próximo geograficamente do Peru e onde a presença peruana ainda não é tão numerosa.

O Peru e a construção de uma “cultura de migração”

Enrique chegou ao Rio de Janeiro em 1996, para começar os estudos universitários. Hoje, com 32 anos, ele continua morando na cidade. Nasceu em Cusco, na serra sul do país, mas se mudou com a família para Tacna, na Costa Sul¹, onde seu pai conseguiu um emprego como professor. Assim como ele, muitas outras famílias peruanas têm um histórico de migração interna. Desde os anos 1940, o Peru passou por um processo de transição quanto à distribuição da população entre cidade e campo, perdendo um crescente número de populações rurais que migravam para cidades, principalmente as localizadas na Costa, região mais próspera do país, em busca de melhores oportunidades de vida.

A tendência à urbanização foi se confirmando ao longo das décadas posteriores, até que em 1993, a população urbana já correspondia a 70,1% do total da população do Peru. No censo populacional de 2007, esta porcentagem continuou a crescer, com a população urbana chegando a 75,9% do total nacional (INEI, 2012). A principal rota percorrida pelos migrantes internos é da Serra rumo às maiores cidades da Costa, como a capital, Lima. A migração se difundiu tão amplamente pelo país que se tornou parte da sociedade peruana como um todo, influenciando toda sociedade. Muitos peruanos que nunca

migraram convivem cotidianamente com a experiência migratória de seus pais e avós, que conservam na cidade hábitos e práticas de seus locais de origem, como a culinária, as festas, o modo de falar.

Enquanto nos anos 1940 as migrações internas provocaram significativas mudanças na organização social do Peru, a partir da década de 1980, foi a emigração que marcou o país. Até a década de 1970, ir para o exterior era um hábito compartilhado pelas elites peruanas, que viam na experiência internacional uma forma de renovar seu prestígio (ALTAMIRANO, 2000; 2006). Entre as décadas de 1910 e 1940, viajar para o exterior representava um rito de passagem para os membros da oligarquia peruana (ALTAMIRANO, 2000, p. 23). Foi este também o período em que se iniciou a emigração dos primeiros trabalhadores peruanos para os EUA que se inseriram no setor industrial (ALTAMIRANO, 2000, p. 24). Nas décadas de 1950 e 1960, aos fluxos anteriores das elites e trabalhadores rumo aos EUA se somou o das classes médias – profissionais liberais, empresários médios e estudantes. Na década de 1960, alguns peruanos também emigram para a Venezuela, se inserindo na atividade petrolífera (ALTAMIRANO, 2006, p. 116), e para a Argentina, para realizar estudos de nível superior, e muitos deles continuaram lá depois de formados (PAERREGAARD, 2008).

Nos anos 1970, diante da política de nacionalização da economia implementada pelos governos de Velasco e Bermúdez, um crescente número de técnicos, profissionais e empresários das classes médias peruanas começaram a identificar na emigração uma alternativa para manter sua posição social e econômica. Apesar do aumento do número de peruanos que saíram do país na década de 1970, foi nas duas décadas posteriores que a emigração se consolidou como um fenômeno de massa, abrangendo desde as classes altas até as baixas, as populações urbanas e também rurais, com diferentes níveis de escolaridade. Nos anos 1980, o Peru enfrentou uma profunda crise econômica e política (LUQUE, 2009), que levou a um contínuo recrudescimento das condições de vida. Este quadro de crise econômica, desemprego e violência política, somado a uma já existente experiência de migração interna, criaram as condições que impulsionaram tantos peruanos a deixar o país. Enrique analisa que, se por um lado, a emigração em massa está relacionada à conjuntura política e econômica do Peru, ela também se estrutura na experiência prévia de migração que muitos peruanos já tinham vivido dentro do próprio país décadas antes. A este fenômeno, Enrique chama de “cultura de migração”:

...houve uma cultura da migração no Peru. Isso já vem desde a época, na verdade, da migração interna. Você vê como se esvaziou a população rural, andina, a partir dos anos 1950, 1960... Lima é um caso: 1/3 do país é Lima! Já há um histórico de migração na família... Você sabe, né... Lima, Arequipa, Tacna têm muito punenhos, cusquenhos... então, [migrar] não é uma coisa estranha. Faz parte! Todo mundo migrou. Pra quem já tinha vindo de Cusco e Puno, [emigrar] é mais um lugar na escala (Enrique).

Como Enrique esclarece, muitos dos peruanos que saíram do país a partir dos anos 1980 já haviam vivido um processo de migração interna do campo para a cidade, da Serra para a Costa. Para eles, a emigração se tornou mais uma etapa na sua trajetória em busca de melhores condições de vida. Em vários casos, ela se estruturou com base nos mesmos tipos de estratégias de sobrevivência desenvolvidas na migração interna, como o apoio oferecido pelas redes e pelo capital social. Um dado importante a ser considerado é que a emigração não substitui a migração interna, como se fosse um processo evolutivo e etapista na mobilidade populacional no Peru. Na fase de expansão da emigração, a migração interna continuou sendo um importante fenômeno para a realidade peruana, abrindo novos horizontes de possibilidades para os atores envolvidos (PAERREGAARD, 2010), através, por exemplo, da manutenção de relações de reciprocidade entre membros de comunidades rurais, os migrantes internos e os emigrantes (ALTAMIRANO, 2006; ÁVILA, 2003).

A emigração é atualmente reconhecida como fundamental para o Peru, não apenas pelo número de peruanos que vivem no exterior, mas também pelas conexões que eles mantêm com o país mesmo quando estão longe fisicamente. Segundo estimativas (INEI et al, 2012), no período de 1990 a 2011, mais de 2 milhões de peruanos emigraram. Mesmo no exterior, muitos deles continuam a participar de esferas da vida peruana, através, por exemplo, do envio de remessas. No período de 1990 a 2009, estimou-se que o Peru recebeu mais de \$18 bilhões de dólares em remessas do exterior (INEI, 2010), contribuindo com a renda de famílias peruanas, muitas delas em situação de pobreza (ALTAMIRANO, 2010) e aquecendo o debate sobre o impacto dos emigrantes para a vida social e econômica do Peru.

A imigração peruana no Brasil

Embora, nas raras vezes que é noticiada, seja retratada como um fenômeno novo associado à visibilidade que o Brasil alcançou nos últimos anos e à atual imigração de americanos e europeus, que buscam o país para escapar da crise nos países desenvolvidos – como retratou a reportagem da BBC – a imigração peruana no Brasil segue uma dinâmica particular. No Brasil, os peruanos chamaram a atenção quando, na anistia de 2009, ocuparam o terceiro lugar entre as nacionalidades que mais obtiveram a legalização, atrás dos bolivianos e chineses. Além disso, a imigração peruana tem apresentado um significativo aumento nas últimas décadas. Segundo dados do censo do IBGE, os peruanos residentes no Brasil eram 2.500 em 1960; 5.831 em 1990, alcançando o número de 10.814 no ano de 2000.

Apesar dos limites que os dados do Censo apresentam – como, por exemplo, apenas incluir os estrangeiros alcançados pela amostra da pesquisa domiciliar –, eles revelam um crescente aumento da população peruana no Brasil. Segundo os mesmos dados, os peruanos estão em sexto lugar entre os latino-americanos residentes no Brasil, atrás dos paraguaios (28.822), argentinos (27.531), uruguaios (24.740), bolivianos (20.388) e chilenos (17.131) (CELADE, 2012). Apesar disso, a

imigração peruana continua recebendo pouca atenção pública. Um esforço para preencher esta lacuna vem sendo realizado por pesquisadores tais como Silva (2008; 2011a; 2011b), Rufino (2011; 2013) e Oliveira (2006; 2008a; 2008b), os quais reconhecem a vitalidade da dinâmica migratória internacional na região amazônica e a participação de peruanos nesse processo.

Silva (2011b), por exemplo, nota que a presença peruana tem sido crescente no contexto urbano brasileiro desde 1950, se inserindo no mercado de trabalho em múltiplos ramos como o comércio, a educação, a saúde, a gastronomia, entre outros. Em cidades amazônicas como Manaus (AM) e Boa Vista (RR), a presença peruana é mais recente, remontando às décadas de 1980 e 1990, intensificando-se nos anos 2000. Os peruanos que migram para a região amazônica têm como predominante as seguintes características: são homens, entram no país pela Amazônia peruana, já migraram internamente, transitam por diferentes cidades do norte do Brasil, muitas vezes com destino a outros países, como a Venezuela (RUFINO, 2013). São oriundos de Iquitos, Yurimaguas e Pucallpa (OLIVEIRA apud SILVA, 2011a), cidades da selva peruana, mas também de outras partes do país, como Lima e Cusco. A tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia é a sua principal entrada (SILVA, 2011a) e o comércio informal a principal atividade econômica, pois não exige qualificação ou documentação (RUFINO, 2013; SILVA 2011a; 2011b; OLIVEIRA, 2006).

As cidades brasileiras próximas à fronteira com o Peru e a Colômbia também recebem um significativo número de peruanos qualificados que trabalham no ramo da saúde. Apesar de encontrar emprego no Brasil, eles trabalham em condições precárias, recebendo salários mais baixos que os médicos brasileiros. Para os peruanos, revalidar seus diplomas no Brasil e obter registro no Conselho Regional de Medicina é uma tarefa árdua, mesmo quando estão com sua condição regularizada (SILVA, 2011a). Por isso, os médicos peruanos encontram grandes dificuldades de exercer a profissão nos mesmos termos que os médicos brasileiros.

Em Manaus, os peruanos encontram um mercado de trabalho mais diversificado do que nas cidades próximas à fronteira. Além do comércio informal, em Manaus eles também se envolvem em atividades como a gastronomia, a música, profissões liberais, no ensino do idioma ou ainda chegam como estudantes em nível de pós-graduação. Em Boa Vista e Pacaraima, cidades do estado de Roraima, os imigrantes peruanos se inserem no mercado de trabalho local nos mesmos ramos de atividades que em Manaus, predominando entre eles o perfil de homens e mulheres com idade entre 20 e 35 anos, com ensino médio completo (RUFINO, 2011; SILVA, 2011b).

Em São Paulo, há peruanos que se juntam aos bolivianos no ramo da costura (SILVA, 1997). Outros atuam na venda ambulante de artigos variados como brincos, pulseiras, lenços, chapéus. No centro da cidade, a Praça da República se constitui um local estratégico para muitos peruanos que por ali trabalham e vivem. Aí residem muitos daqueles que trabalham no entorno, conferindo à região uma dinâmica particular, com, por exemplo, restaurantes especializados em

comida peruana. São Paulo também é o destino escolhido por peruanos ligados à produção artística e também estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais liberais. Silva (2003) observou que os peruanos compunham o grupo mais numeroso de hispano-americanos em cursos de pós-graduação da USP, somando 193 estudantes. Os estudantes peruanos na USP, inclusive, formaram uma associação, que mantém uma lista de debate pela internet e através da qual alguns peruanos se reúnem semanalmente para jogar futebol. Muitos deles continuam no Brasil depois de concluírem seus cursos. Piedad, por exemplo, é engenheira química e há 13 anos veio para a USP cursar a pós-graduação. Ela decidiu continuar em São Paulo, pois conseguiu mais reconhecimento profissional no campo da pesquisa acadêmica do que teria no Peru.

As mulheres peruanas encontram ainda oportunidades de trabalho como empregadas domésticas em diferentes partes do Brasil, como noticiado por um telejornal em 14 de setembro de 2011. A abertura de um mercado de trabalho no serviço doméstico, que emprega prioritariamente mulheres, possibilitou a expansão da participação de peruanas na imigração em países como EUA, Espanha, Argentina e Chile (ALMAN, 2009; COURTIS e PACECCA, 2010; ESCRIVÁ, 2000; HOLPER e NUÑEZ, 2005). Na análise de um grupo de empregadas domésticas peruanas em Brasília, Dutra (2012) observou que parte significativa delas já tinha vivido uma migração interna, da Serra para Costa, e emigraram para aumentar os rendimentos econômicos. Muitas delas enviam parte de seus salários para sustentar a família que ficou no Peru e sonham que, com as remessas, poderão custear a educação de seus filhos. Sua esperança é que com o ensino superior seus filhos terão um emprego mais qualificado e bem remunerado do que o delas.

A imigração peruana no Rio de Janeiro

A presença peruana ocupa um lugar no imaginário da cidade, principalmente através de duas figuras: os vendedores ambulantes e os músicos de instrumentos andinos. Os músicos, principalmente, ocupam um lugar folclórico no imaginário carioca: muitos deles costumavam usar trajes que remetiam a uma idealização do indígena, o que às vezes incluía vestimentas decoradas e adornos com penas coloridas. O repertório geralmente inclui canções de grande sucesso no Brasil, como, por exemplo, a música trilha do filme Titanic, tocadas com instrumentos tradicionais andinos, como as flautas zapoña e quena.

Apesar da imagem reduzida que muitos brasileiros têm sobre os peruanos, eles não conformam um grupo homogêneo. Ao contrário, eles apresentam um perfil profundamente diversificado e heterogêneo. A vinda de peruanos para o Rio de Janeiro tem assumido duas tendências principais: de um lado, a cidade recebe peruanos cujo principal objetivo é o trabalho – qualificado ou não – e, de outro, ela recebe peruanos atraídos pelas oportunidades de estudo e pesquisa. Como em outras partes do Brasil, já na década de 1960, alguns peruanos vieram para a região metropolitana do Rio de Janeiro estudar ou trabalhar. Um exemplo desse primeiro movimento é Antonio. Em meados da década de 1960, ele saiu do Peru para terminar sua graduação em Agronomia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Quando se formou, ele optou por continuar no Brasil, onde se casou com uma brasileira e teve filhos.

Os estudantes universitários e profissionais qualificados formam uma parte significativa da população peruana no Rio de Janeiro. Os estudantes que chegam à cidade para fazer a graduação ou a pós-graduação apresentam como perfil predominante o fato de serem jovens, com idade entre 16 e 32 anos, solteiros, homens, oriundos das áreas urbanas peruanas. Originários das classes médias e baixas, alimentam a expectativa de que a mobilidade estudantil abra mais e melhores oportunidades de emprego no Peru, no Brasil ou em outros países do mundo (DANIEL, 2013). Depois de formados, muitos continuam a morar no Rio de Janeiro, se inserindo em campos de trabalho como: ensino em universidades públicas e privadas; pesquisa em centros de excelência; ensino da língua espanhola. Os peruanos que já chegam ao Rio de Janeiro como profissionais estão inseridos, principalmente, nas áreas de tecnologia e de saúde. Recentemente, o ingresso de peruanos na área de produção de petróleo tem chamado a atenção, porém, muitos deles não chegam a estabelecer residência no Rio de Janeiro.

Numa recente conversa informal com o cônsul adjunto do Peru no Rio de Janeiro, ele comentou que a população peruana na região em que o consulado atua – estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo – é altamente qualificada e está no país em condição regular. Atualmente, o consulado tem cerca de 5 mil peruanos devidamente registrados, em sua maioria profissionais qualificados e estudantes universitários. O cônsul comentou ainda que a população peruana atendida pelo consulado da região da Bahia tem um perfil muito parecido com a do Rio de Janeiro, predominando lá também estudantes e profissionais qualificados.

Os peruanos residentes no Rio de Janeiro há dez ou mais anos, na sua maioria são imigrantes documentados, independente da sua condição social. Durante sua permanência no Rio de Janeiro, eles buscaram diferentes estratégias para regularizar seu status legal, conseguindo a permanência ou optando pela naturalização. As três principais maneiras encontradas para obter a regularização foram: através de um visto de trabalho, do casamento com cônjuge brasileiro ou do nascimento de um filho no Brasil. O engenheiro Rodrigo e o ex-jogador de futebol Ronaldo são dois irmãos que vieram para o Rio de Janeiro nos anos 1990 trabalhar na confecção e venda ambulante de roupas esportivas. Ambos decidiram ter um filho no Brasil para regularizar sua condição legal. Outro caso é o do casal Aldo e Ana. Eles também trabalham no Rio de Janeiro como vendedores ambulantes, chegaram à cidade no final dos anos 1990 e obtiveram a regularização através da filha. Eles vieram para o Brasil com o objetivo de juntar dinheiro para terminar os estudos e seguir uma carreira profissional. Ele cursava a graduação em Antropologia e ela curso técnico de Enfermagem. Os planos iniciais não deram certo, por isso, eles decidiram continuar no Rio de Janeiro.

Os casos de Ronaldo, Rodrigo, Aldo e Ana mostram que, muitos peruanos que no Rio de Janeiro trabalham em atividades informais têm escolaridade elevada e estão na cidade de maneira regular. Por outro lado, não são apenas os peruanos que vão para o Rio de Janeiro em busca de trabalho que encontram como principal forma de obter o visto permanente no Brasil casar-se com um/a brasileiro/a ou ter um filho no Brasil. Muitos peruanos que chegaram ao Rio

de Janeiro como estudantes universitários quiseram prolongar sua estadia no Brasil depois de formados e também obtiveram o visto permanente através do casamento ou do nascimento de filho em solo brasileiro. Grande parte dos peruanos, seja os que chegaram ao Brasil como estudantes, seja os que chegaram como trabalhadores, não conseguiram o visto permanente por outras vias, como, por exemplo, através do trabalho. Esta realidade se deve à lei de estrangeiros em vigor no Brasil, que elaborada em 1980 no contexto da ditadura militar segundo o princípio da segurança nacional, privilegia a regularização de estrangeiros que comprovem seu potencial de investir economicamente no Brasil e pretere a perspectiva dos direitos humanos, que reconhece a mobilidade internacional como um direito.

Em 2009, os peruanos que ainda estavam em situação irregular no Brasil puderam solicitar o visto permanente pela anistia realizada pelo governo brasileiro. Desde 2012, os peruanos que desejam permanecer no Brasil podem solicitar o visto através do acordo sobre residência do Mercosul. Segundo o Consulado Geral do Peru no Rio de Janeiro, cerca de 700 peruanos haviam solicitado o visto de residente nesta seção consular. A metade dos pedidos foram de peruanos já residentes no Rio de Janeiro, alguns dos quais possuíam visto temporário – como o de estudante – e outros que estavam sem visto.

Considerações Finais

A imigração peruana em todas as partes do Brasil é caracterizada pela sua heterogeneidade. Os que vivem no Brasil são oriundos de diferentes regiões do Peru e se inserem no mercado de trabalho principalmente de duas formas: como comerciantes informais ou como profissionais qualificados, principalmente nas áreas de Engenharia e Medicina. Outros ramos no mercado de trabalho brasileiro em que os peruanos se inserem são o da costura, do ensino de idiomas e, no caso das mulheres, do trabalho doméstico.

Uma característica marcante da imigração peruana é sua escolaridade elevada, sobretudo em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, em que, mesmo quando inseridos em atividades de baixa qualificação, apresentam o ensino médio completo ou algum nível de ensino pós-médio. A educação é também um dos principais motivos que impulsionam muitos peruanos a sair do país. Alguns deles vêm para o Brasil como estudantes – de graduação e pós-graduação –, alimentando a expectativa de que um diploma estrangeiro abra mais possibilidades que um diploma nacional. Outros têm a expectativa de que, com o salário que ganham no Brasil, poderão investir na educação de seus filhos, que ficaram no Peru. Todos têm na educação a esperança de ascender socialmente.

Nota

1 - Tradicionalmente, o Peru é representado como dividido por três grandes regiões geográficas: Serra, Costa e Selva. Na costa está localizada a capital Lima e as maiores cidades do país. Na Serra está localizada Cusco, famosa por ter sido a capital do Império Inca e por abrigar Machu Picchu.

Referências

- ALMAN, L. Dreams and reality of Peruvian Domésticas in Santiago, Chile. In: LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION CONGRESS, 27, 2009. *Anais*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2009.
- ALTAMIRANO, T. *Liderezgo y organizaciones de peruanos en el exterior: cultura transnacionales e imaginários sobre el desarrollo*. v. 1. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2000.
- ALTAMIRANO, T. *Remesas y nueva "fuga de cérebros": impactos transnacionais*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2006.
- ÁVILA, J. Lo que el viento (de los Andes) se llevó: diásporas campesinas en Lima y los Estados Unidos. In: DEGREGORI, C. I. (ed.). *Comunidades locales y transnacionales: cinco estudios de caso en el Perú*. Lima: IEP, 2003, p. 167-262.
- CELADE. Consulta eletrônica. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/celade/migracion/imila/>>. Acesso em: 13 jun. 2012.
- COURTIS, C.; PACECCA, M. I. Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el Área Metropolitana de Buenos Aires. *Papeles de Población*, v. 16, n. 63, p. 155-185, 2010.
- DANIEL, C. *P'a crece en la vida: a experiência migratória de jovens peruanos no Rio de Janeiro* (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2013.
- DUTRA, D. S. M. *Mulheres migrantes peruanas em Brasília*. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, UnB, Brasília, 2012.
- ESCRIVÁ, Á.. ¿Empleadas de por vida? Peruanas en el servicio doméstico de Barcelona. *Revista de Sociología*. n. 60, p. 327-342, 2000.
- HOLPER, D.; NUÑEZ, L. "En el Peru, nadie se muere de hambre": pérdida de peso y prácticas de alimitación entre trabajadoras domésticas en Chile. In: PAERREGAARD, K.; BERG, U. (ed.). *El Quinto Suyo: transnacionalidad y formaciones diaspóricas en la migración peruana*. Lima: IEP, 2005. p 291- 314.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y INFORMÁTICA (INEI). *Notas de prensa*. n. 167, Dezembro de 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y INFORMÁTICA (INEI) et al. *Perú: estadísticas de la emigración internacional de peruanos e inmigración de extranjeros, 1990-2011*, OIM: Lima, 2012.
- LUQUE, J. C. Los refugiados peruanos y sus asociaciones políticas en Santiago de Chile (1990-2006). *E.I.A.L.* v. 20, n. 1, p. 93-116, 2009.
- OLIVEIRA, M. M. de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 183-196, 2006.
- OLIVEIRA, M. M. de. Feminização e vulnerabilidades da migração internacional na Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia. In: Simpósio Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. 8, 2008a. *Anais eletrônicos*. UFSC: Florianópolis, 2008a. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST19/Marcia_Maria_de_Oliveira_19.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.
- OLIVEIRA, M. M. de. Migrações Fronteiriças: uma reflexão necessária no Amazonas. In: Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 5, 2008. *Anais eletrônicos*. Salvador, 2008b. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_mig_fro_ref.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

- PAERREGAARD, K. *Peruvians dispersed: a global ethnography of migration*. Plymouth: Lexington books, 2008.
- PAERREGAARD, K. The show must go on: the role of Fiestas in Andean transnational migration. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 5, p. 50-66, 2010.
- RUFINO, A. Narrativas de peruanos vendedores ambulantes que vivem em Boa Vista-RR. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011. *Anais*. São Paulo, 2011.
- RUFINO, A. A migração de peruanos para a Amazônia Brasileira: uma discussão sobre redes migratórias, fronteiras e identidades. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*, v. 12, n. 2, p. 63-84, 2013.
- SILVA, S. *Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- SILVA, S. Imigrantes hispano-americanos em São Paulo: perfil e problemática. In: Boucault, C. E. de A. e Malatian, T. (orgs.). *Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro e São Paulo: Renovar, 2003.
- SILVA, S. Nacionalidade e etnicidade na Tríplice Fronteira Norte. *Cadernos CERU*, v. 19, n. 1, p. 33-48, 2008.
- SILVA, S. Migração Internacional Recente no Amazonas: O caso dos Hispano-americanos. *Contexto Internacional*, v. 33, n. 1, p. 155-177, 2011a.
- SILVA, S. Peruanos em Manaus, Boa Vista e Pacaraima: trajetórias e processos identitários. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. *Anais eletrônicos*. Salvador: UFBA, 2011b.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a dinâmica de mobilidade dos peruanos para o Brasil. Analisando seu perfil e as principais motivações que os impulsionam a ir para o exterior, indica-se que, ao contrário do que o senso comum imagina, a população peruana no Brasil é diversa e heterogênea, incluindo desde trabalhadores em atividades informais, até profissionais altamente qualificados, oriundos das mais diferentes partes do país, com múltiplos níveis de escolaridade, que (re)produzem uma «cultura de migração». O artigo se baseia em pesquisa bibliográfica e no trabalho de campo realizado com peruanos no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: peruanos; Brasil; mobilidade internacional.

ABSTRACT

This article aims to be a reflection on the mobility dynamic of Peruvians to Brazil. Analyzing their profile and the main reasons that propel them to go abroad, the paper indicates that, very different from what the common sense usually imagine, Peruvian population in Brazil is diverse and heterogeneous, including workers in informal activities and also high-qualified professionals. Coming from different parts of their country and holding multiple levels of educations, Peruvians (re)produce a “culture of migration”. This paper is based on bibliographic research and fieldwork conducted among Peruvians in Rio de Janeiro.

Keywords: Peruvians; Brazil; international mobility.

Keywords: peruvians; Brazil; international mobility.

Entre a subalternidade e a indignação

Mídias produzidas por brasileiros nos Estados Unidos

*Marina Pereira de Almeida Mello **

Eu, que hoje entendo muito pouco de quase nada, naquele tempo já não entendia muito de muita coisa.

Usava calças curtas e cantava o hino nacional na escola, todos os dias, antes do começo das aulas.

Era um menino católico – como todos os outros – e às vezes emprestava minha voz a um Padre Nosso meio desafinado, capenga, naquele país pré-Romildo Soares, pré-Robério de Ogum.

Eu não sabia melhor.

Todo sete de setembro eu desfilava na avenida – como um mestre-sala mirim [...]

Eu era um passarinho engaiolado e não sabia.

Somos a chamada geração perdida, a que descobriu o caminho da emigração e despachou brasileirozinhos e brasileirozinhas para os quatro cantos do mundo.

Nós nos instalamos entre os aborígenes da Austrália, entre os malditos chicanos do Texas e os brasiguaios de algum lugar mais dentro do que fora do Brasil, ali pelas cercanias de Assunção.

Somos os subalternos, os estafetas, os contínuos.

**Pós-doutoranda junto ao CES/UC-PT – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra-PT, Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE), com financiamento da CAPES. Doutora em Antropologia pelo PPGAS-FFLCH/USP, Mestre em História (FFLCH-USP) e Professora da FacFITO-Fundação Instituto Tecnológico de Osasco.*

*Somos os decasséguis, os brasucas, os expatriados.
Somos aqueles que batem continência, os que abrem as portas dos carros e dos hotéis; e os que guardam o veículo e a casa alheia, os que se conformam com a sorte menor.
Somos os que lavam os pratos. Os que limpam o chão.
Somos os que lavam os cadáveres nos necrotérios.
Os que passeiam os cães das madames.
Os que servem à mesa.
Os que cozinham para os bem-nascidos, e muitos destes vieram tão depois de nós.
Exceções?
É claro que as há, como em toda regra criada pelo homem-lobo-do-homem.
[...]
Somos os zés e marias-ninguém deste gigante fincado na América do Sul.
No grande esquema das coisas, somos uns desinfluentes quase sempre cheirando a suor e picotando o cartão de ponto em algum lugar.
A minha geração nasceu condenada a ser menor.
E isto, até outro dia, eu ainda não sabia.*

(Roberto Lima, para o jornal *Brazilian Voice*, ed. 1417).

De acordo com estudos recentes sobre os impactos da imigração nos índices de desenvolvimento dos EUA, nos últimos anos o número de imigrantes regulares e em situação irregular no país atingiu um novo recorde de 40 milhões em 2010, com um aumento de 28% sobre o total aferido em 2000. Baseando-se, sobretudo, em dados fornecidos pelos recenseamentos de 2010 e 2011 concluiu-se que a imigração aumentou drasticamente o tamanho da população de baixa renda no país¹.

No entanto, há uma grande variação entre os imigrantes de acordo com a região de origem, sendo que embora se possa assinalar progressos significativos para alguns, aqueles imigrantes que foram para os Estados Unidos nos últimos vinte anos são muito mais propensos a viver em situação de pobreza, falta de seguro de saúde e acesso a sistema de previdência do que os nativos americanos (CAMAROTA, 2012).

Em 2010, 23% dos imigrantes e seus filhos nascidos nos EUA (menores de 18) viveu na pobreza, em comparação com 13,5% dos nativos e seus filhos. Imigrantes e seus filhos foram responsáveis por um quarto de todas as pessoas em situação de pobreza (CAMAROTA, 2012, p. 18).

O estudo de Camarota dá conta de que os imigrantes e seus filhos menores já representam um sexto da população dos EUA, sendo que grande parte deles que chega ao país como adultos tem baixo nível de escolaridade, o que é

indicado como a principal razão para a pobreza verificada e o conseqüente uso dos programas de bem-estar, seguro de saúde, etc. Emblematicamente, o estudo também atribui essa situação a uma falta de vontade de trabalhar, embora, paradoxalmente, afirme que a maioria dos imigrantes trabalhem².

Em que pese o país ainda se afigurar aos imigrantes como o eldorado redentor, particularmente entre os brasileiros, o principal motor que os leva a se submeterem a rituais extenuantes e muitas vezes arriscados e humilhantes, é a expectativa de melhores condições materiais e existenciais de vida: melhores salários mesmo que atuem fora de sua área de formação, bem como aquisição de maior prestígio pelo acesso à língua e à cultura de uma nação prestigiada nacional e internacionalmente (MARGOLIS, 2008, p. 4-6).

O número de brasileiros residentes nos EUA não é tão expressivo quando comparado ao de indivíduos e grupos de outras nacionalidades; mesmo dentre os latino-americanos, cognominados hispânicos, destacam-se os mexicanos e hondurenhos. Autores e estudiosos da questão (MARGOLIS, 2008; SALES, 2002; FUSCO, 2001; BESERRA, 2005) apontam como traço distintivo dos brasileiros residentes nos EUA, a necessidade quase imperiosa de se destacar e de se diferenciar dos hispânicos, por considerá-los culturalmente inferiores e também por não estarem familiarizados com a categorização étnica.

Deste modo, os brasileiros, genericamente classificados como latinos ou hispânicos, à revelia da maneira como se veem ou se apresentam, enfrentam a necessidade de se identificar etnicamente, o que se constitui num problema, visto terem pouca ou nenhuma experiência prévia com essas categorias, conforme assegura Margolis (2008).

A identidade depende da situação, e ser brasileiro no Brasil é diferente de ser brasileiro nos Estados Unidos, na Europa ou no Japão. Para o imigrante, o significado de “ser brasileiro” varia entre pertencer a uma nacionalidade e pertencer a um grupo étnico, e de ser maioria para fazer parte de uma minoria. Além disso, essa é uma identidade imposta pela sociedade norte-americana, já que é bem provável que os brasileiros, como também os outros grupos de imigrantes, se identifiquem mais por nacionalidade, pelo menos no princípio, do que por alguma classificação étnica ou racial americana (JONES-CORREA & LEAL, 1998 apud MARGOLIS, 2008).

Em relatório produzido em 2010, Camarota nos dá a dimensão do que tem representado, em termos numéricos e proporcionais, a imigração brasileira nos EUA. Indica, dentre outros fatores, que em números absolutos os brasileiros ocupavam o modesto 24º lugar dentre os emigrados nos EUA, sendo que a maioria (53,3%) chegou após o ano 2000.

Em termos de destino, a maior parte dos brasileiros emigrados concentra-se nas áreas metropolitanas da grande Nova Iorque, Miami e Boston. Outras

áreas escolhidas são Washington, Filadélfia, Chicago, Houston, Los Angeles e San Francisco (MARGOLIS, 2008).

Em 2004, Meihy relatava que somente em Nova York havia entre 320 e 350 mil brasileiros (MEIHY, 2004), o que é reiterado pelo número de periódicos produzidos por e para brasileiros nos Estados Unidos naquela região.

Quanto às atividades desempenhadas pelos brasileiros e brasileiras, embora atualmente se verifique uma alteração do perfil dos emigrantes, cada vez mais formado por estudantes, comerciantes, empresários, o que predominou tradicionalmente foi a ocupação em atividades subalternizadas, prevalecendo como primeira ocupação aquelas relacionadas à execução de serviços em restaurantes, construção civil, oficinas mecânicas, residências (sendo que às mulheres coube quase que majoritariamente a destinação das funções de faxineiras, cozinheiras e babás).

Nosso objetivo, neste artigo, é o de tentar demonstrar como esses brasileiros que vivenciam a condição de subalternidade revelam – através das franjas e interstícios do processo de produção de jornais – pontos de resistência, revolta e indignação diante das injustiças. Para tal, concentramo-nos na análise de quatro periódicos, publicados em versão impressa e virtual, voltados especificamente para a comunidade brasileira, como mostra o quadro a seguir:

TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	SUBTÍTULO	SUPORTE	PERIODICIDADE	Preço de edição impressa	CONTACTOS
BRAZILIAN TIMES		Impresso e on-line	Diária	US\$2,09	http://braziliantimes.com P.O.Box 447 - Somerville (MA) 02143 Telefone: (617) 666-0864 Brazilian Voice Impresso e on-line
BRAZILIAN VOICE	A voz brasileira nos Estados Unidos	Versão on line e impressa	Semanal	Grátis	Redação e Administração: 412 Chestnut Street Newark, NJ 07105 Phone: (973) 491-6200 Fax: (973) 491-6287 http://www.brazilianvoice.com/
COMUNIDADE NEWS	O jornal da comunidade brasileira	Versão on line e impressa	semanal		Diretores de Fundação: Lúcio Souza e Breno da Mata Redação: 155 Main St. Suite 202 Danbury, CT 06810 Fone/Fax: (203) 748-0123 Contacte o Comunidade News: www.comunidadeenews.com info@comunidadeenews.com
SOUL BRAZIL MAGAZINE	Uma ponte entre os Estados Unidos e o Brasil	Versão impressa e on line	Não há regularidade	Por assinatura ou por distribuição gratuita em vários pontos do território norte-americano	info@soulbrasil.com ou se preferir nos ligue no (818)508-8753 – Los Angeles.

Curiosamente três dos jornais/revistas escolhidos têm seus escritórios sediados na costa leste norte-americana, região de maior concentração dos brasileiros residentes nos EUA. E isso se deve ao fato de que, ao longo das últimas décadas, mais notadamente a partir dos anos 1980, os fluxos migratórios

de brasileiros em direção aos Estados Unidos favoreceram a criação e o desenvolvimento de redes migratórias cujas conexões estiveram baseadas em laços de parentesco, trabalho, amizade, estudo etc. (FUSCO, 2001).

Destaque-se que o que vimos e constatamos nos discursos que analisamos foi a permanência de um Brasil caipira, patriarcal, religioso e festivo que subjaz às expectativas de progresso e civilização.

Constatar que os ideais de progresso, disciplina, sanidade e limpeza ainda fazem parte do substrato mental e ideológico do brasileiro emigrante é inquietante, sobretudo quando tais ideais identificam relações em que homens e mulheres em trânsito corroboram alteridades subalternizadas e, assim, vulneráveis à sujeição e à exploração por parte dos identificados como superiores.

Nesse contexto, os jornais, blogs e demais recursos midiáticos são utilizados por tais grupos (heterogêneos e diversos em seus interesses e condições) como instrumento de mobilização, de conscientização – no sentido de conferir visibilidade, rechaçar (embora às vezes os reforcem) preconceitos e estigmas e, também, como um espaço de discussão e reflexão sobre os problemas relacionados aos grupos; em suma, canais de expressão, manifestação e comunicação.

O sonho de se credenciar a um patamar mais digno e elevado de existência ainda é pautado pelos anseios de acesso à educação de qualidade e à consequente higienização, mas, sobretudo, ao trabalho como lócus de redenção.

Persiste, assim, como baliza dos discursos desses brasileiros radicados nos EUA, a subjetividade do deslocamento e, em alguns casos, a necessidade de assimilação. Porém, quando mudamos o foco e a lente de análise, é possível descortinar e identificar outras vozes e, consequentemente, outras perspectivas de ação e reação: vozes dissonantes sob a máscara da assimilação e da cordialidade.

Os estigmas (da indolência, do ócio, da preguiça) são, assim, reivindicados, tornando-se emblema – manipulado para a mobilização – através dos símbolos que vão fundamentar a luta; é a assunção da diferença que é afirmada para depois ter seu sentido revertido.

Numa outra leitura possível, a despeito do fato de que tais atributos adquiram conotação negativa diante da ética puritana (que estimula os valores da ordem, da disciplina, da diligência, da parcimônia e do trabalho, dentre outros), nas margens vicejam outras formas e maneiras de compreensão da realidade.

Revolta, indignação, inconformismo

À primeira vista, os jornais analisados apresentam similaridades no que diz respeito à apresentação: visualmente adequados e comportados, com estruturas que se assemelham quanto às seções que os compõem.

Seções voltadas à economia, entretenimento e imigração misturam-se a crônicas sociais, de comportamento, conselhos, anúncios, depoimentos e murais.

Justamente nas seções em que o leitor pode se manifestar de maneira menos formal e mais coloquial, em que a linguagem se aproxima da oralidade, é possível perceber a raiva, a indignação e a revolta.

Em seu artigo intitulado *A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal*, Boaventura de Sousa Santos (2008) argumenta que vivemos em um tempo de transição paradigmática e, portanto, em um tempo de *perguntas fortes e respostas fracas*.

Acrescentaria que o incômodo e a insatisfação generalizados, causados pela perda das referências e da concretude outrora asseguradas pela modernidade que ora agoniza, dá lugar a um sentimento de vertiginoso e constante descompasso, de imprecisão e fluidez.

Boaventura e sua *sociologia das ausências e das emergências* sugere que se atente para a especificidade e complexidade das experiências, no sentido de que se transgrida a interpretação meramente disciplinar dos fenômenos.

Neste sentido, ainda que o fenômeno das mídias produzidas por brasileiros fora do Brasil seja e esteja fartamente analisado, registrado e discutido por inúmeros estudos, teses e artigos acadêmicos, tal perspectiva de análise ainda não foi aventada.

A preocupação da luta contra a discriminação pode conduzir a uma ecologia entre saberes produzidos por diferentes movimentos sociais: feministas, anti-racistas, de orientação sexual, de direitos humanos, indígenas, afrodescendentes, etc., etc. A preocupação com a dimensão espiritual da transformação social pode levar a ecologias entre saberes religiosos e seculares, entre ciência e misticismo, entre teologias da libertação (feministas, pós-coloniais) e filosofias ocidentais, orientais, indígenas, africanas, etc. A preocupação com a dimensão ética e artística da transformação social pode incluir todos esses saberes e ainda as humanidades, no seu conjunto, a literatura e as artes (SANTOS, 2008).

Brasileiros radicados nos EUA atuam sobre dois polos: o da *brasilidade como orgulho*, como fundamento e elemento de coesão comunitária e o da *brasilidade como vergonha*, que gera sentimentos de autodepreciação, desprezo e menosprezo.

Admitindo-se que essa ambiguidade engendre subjetividades, sentidos da existência pautados por ideias, sensações e sentimentos do que seja ser brasileiro, tal característica – dual, ambígua, oscilante – aparece no que esses brasileiros escrevem e repercutem.

Mário de Andrade, à época de nosso modernismo artístico cunhou *Macunaíma*, herói de nossa gente, que após ser convenientemente lavado no caldo envenenado do aipim

[...] fastou sarapantado, mas só conseguiu livrar a cabeça, todo o resto do corpo se molhou. O herói deu um espirro e botou corpo. Foi desempenando crescendo fortificando e ficou do tamanho dum homem taludo. Porém a cabeça não molhada ficou pra sempre rombuda e com carinha enjoativa de piá (ANDRADE, 1978, p. 45).

Como bem assinalou Souza (2003), persiste em nós uma sensação de pequenez e infantilidade, mesmo após todo e qualquer banho de civilização que, mal tomado, não nos banhou por inteiro, daí nossa incompletude e nossa racionalidade proscrita, representada na epopeia narrada por Mário de Andrade.

Padecemos, e isso fica bastante evidente em alguns dos textos analisados, de uma subalternidade verbalizada nas recorrentes oposições entre um Brasil infantil, criança, penalizado por não superar a fase do atraso, representado na obsessão pelo jogo, no ócio, na brincadeira diante da civilização estadunidense ordenada, organizada, disciplinada, e que teria, por este motivo, as recompensas do sucesso, da prosperidade e do progresso, oriundos do trabalho organizado e da índole parcimoniosa.

Estaríamos, então, ratificando a ética cristã católica (em oposição à protestante) de castigos decorrentes do fato de, por nossas raízes e origens pagãs (africanas) e gentias (ameríndias) não conseguirmos superar a identificação do trabalho ao mal – e à expulsão do Éden pela punição de Deus sobre a arrogância e ousadia humanas.

Para Santos (2004) consumo e entretenimento corroem e dispersam a raiva e a angústia de se sentir deslocado e, por este viés, é emblemática a quantidade de anúncios – tanto de brasileiros que moram nos EUA, quanto de brasileiros que moram no Brasil e anseiam morar lá, quanto de brasileiros que residem em outros países, e até mesmo de estrangeiros, geralmente de origem hispânica, que usam o jornal e a seção intitulada “Mural” para oferecer seus préstimos, que vão de facilidade na obtenção de vistos, moradia, cursos de inglês, a namoradas e recomendações, etc.

Exemplos de anúncios encontrados nos jornais pesquisados³

16.12.2011 - 02:13

ACONSELHO MEUS AMIGOS E AMIGOS DE AMIGOS, TEM Q COMPRAR CARRO NAO VAO A FRAMINGHAM AUTOMALLO, O POVINHO ENROLADO E INRRRESPONSAVEL GENTEAO TEM COMPROMISSO NAO RESPEITAM SEUS DIREITOS, E QUANDO VC CONSEGUI PEGAR O Q VC COMPROU JA VEM C DEFEITO MESMO Q SEJA 1 POUCO MAIS CARO COMPRE EM OUTRO LUGAR, ORQ LA O DITADO E CERTO O BARATO SAI CARO E C MUITA DOR DE CABECA, JA SE PASSARAM MAIS 5 DIAS (ALEM DOS 7 ANTERIORES), VAMOS VER HOJE Q Q DA, TO PERDENDO AS ESPERANÇAS 😊 😊
LUCIANO OLIVEIRA

14.12.2011 - 21:00

preciso muito de trabalho ,si alguem estive precisando moro em woburn ,e mexo com limpeza de casa preciso muito de trabalha sou muito prestativa e organizada mim liga857 251 5953.....
glauca

12.12.2011 - 09:17

Eu moro em stoughton tenho carro e dirijo preciso demais trabalhar nao importa a hora ou do que seja tenho um filho de 5 anos e estamos com muitos problema por favor se alguem souber de um trabalho entre em contato comigo dou help e faco limpeza 7743606347 muito obrigado quem pode me ajuda q deus proteja a todos nos aqui
elisangela pessoa - elis__tenorio@hotmail.com

09.12.2011 - 19:11

Vendo schedule de casas e escritorios.(Orlando Fl).

Nubia -

08.12.2011 - 14:36

PROCURASE VIVO OU MORTO.

VIDOMAR DA HORA CERTA MOVING

LADRAO,SAFADO,FILHO DE UMA BOA MAE

PAGA-SE RECOMPENSA.....

Rondon -

07.12.2011 - 19:25

Estou procurando por Albi Peixoto. Ele eh Chefe de Cozinha Profissional. Se alguem souber como posso en contra-lo por favor envie um email para eng_rita@hotmail.com ☺

Rita Sales Barry

Fonte: <http://braziliantimes.com/mural/7> . Acesso em: 28 nov. 2012.

 Rose (41)	07 Feb 2012 22:38 PM	mensagem #460
Localização : Dallas, TX 	Olá! Procuo por vagas/quarto para alugar no período de 19 de abril a 22 de maio (este período poderá ser estendido). Entrar em contato via voz ou texto (
 Editor Roberto Lima (41)	17 Jan 2012 9:49 AM	mensagem #459
Localização : Newar, NJ, USA  	REPORTER- NEWARK- NJ. Report & write articles & news stories for publication. Fax resume to: Edição Brasileira at:.	
 André Rocha (42)	15 Jan 2012 18:05 PM	mensagem #457
Localização : Brasil, Bahia, Camaçari 	Olá pessoal, vendo uma casa em Salvador-Bahia na Av. Centenário na Barra. São 11 cômodos com 2 suites. 2 andares, 4 quartos. Bom para comércio na parte de baixo e moradia na parte superior. Apenas \$ 250.000,00 reais. Abraços pra Beto, Fabi, Leo e todos do BV.	
 Patrícia Prata (28)	16 Dec 2011 4:15 AM	mensagem #455
Localização : Los Angeles  	THANK YOU to all my friends for watching and supporting our new show !!! Brazil Summer Beauty Pageant: http://www.brazilsoultv.com/	
 NILTON DE SOUZA MORAES (28)	07 Dec 2011 11:09 AM	mensagem #454
	SOU PRIMO DE SERGIO SAMPAIO NILTON MORAES	
 Ana (28)	28 Nov 2011 14:03 PM	mensagem #452
Localização : Brasil 	Esse escritorio da Ivania e super serio...ja usei seus servicos e eles sao impecaveis!	

Fonte: www.brazilianvoice.com. Acesso em: 20 nov. 2012.

Constata-se que por meio de anúncios é possível construir uma vasta e irrestrita rede de comunicação que se instala não apenas entre os brasileiros, como também entre pessoas que, de alguma maneira, têm algum interesse em se conectar com o público brasileiro. Numa breve análise, observa-se que a diversidade de intenções e linguagens fornece indícios da complexidade que caracteriza relações e interações dos brasileiros residentes nos Estados Unidos.

Dentre os colunistas do jornal *Brazilian Times*, por exemplo, há também de tudo: jornalistas brasileiros, com pouco ou nenhum renome, que se dedicam a escrever crônicas de costumes, causos populares, crítica musical, sobre artes e espetáculos, vida cotidiana, mas há também cronistas mais célebres, como a *Presidente Dilma Rousseff*, que escreve regularmente desde que foi eleita; *Kleyton Ramill* (músico popular gaúcho, de expressiva e reconhecida produção no cenário fonográfico brasileiro); *Lair Ribeiro*, que se notabilizou no Brasil por seus livros de autoajuda cuja incumbência não é lá tão diferente, visto que seus artigos discorrem sobre temas como: honra, dignidade, ética profissional, escolhas conscientes. Vejamos alguns dos títulos de sua coluna semanal: *Fazer acontecer*; *Honra e integridade*; *Ética e etiqueta profissional*; *Nem antes nem depois*; *Influência versus manipulação*; *Negociação*; *Problemas de comunicação*, etc.

Evidencia-se claramente o propósito de treinamento, de construção de referenciais para o comportamento dos leitores, cuja maioria é composta de brasileiros radicados nos EUA.

Pela especificidade das mensagens veiculadas nesses artigos, fica clara a intenção de tradução entre os dois mundos: *o brasileiro* e *o estadunidense* e a decorrente necessidade de preparar, instrumentalizar o brasileiro para a vida em um mundo mental, cultural e psicossocial supostamente bastante diferente do seu universo de origem.



satisfatórias para acolher a Copa do Mundo, no indissolúvel machismo do casal maltrapilho em que, a despeito da penúria e da prole numerosa, a mulher ousa passar a noite fora para assistir novela em frente à vitrine

Mesmo na seção de *Humor* do jornal *Brazilian Voice*, a representação de situações em que a brasilidade é evocada de maneira pouco meritória é patente em várias situações: na incredulidade de que o país tenha condições necessárias e





Fonte: <http://www.brazilianvoice.com/humor/43536-Sovaco-Cobra--novembro-2012.html>

de uma loja, apesar da evidente falta de condições materiais do casal.

Presentes ali também estão nosso inconfessável machismo, racismo e preconceitos ligados à classe social. Nos quadrinhos de humor do *Brazilian Voice* somos feios, pobres e subalternos.

Oportunismo e corrupção crônicos e endêmicos sob o olhar do emigrado são representados no intuito de lembrar que o país anfitrião é melhor. Assim, as oportunidades devem ser aproveitadas com desvelo.

Ideologia do consumo e indústria do entretenimento: a cura para as angústias do não-lugar

A situação de país que sediará a próxima Copa do Mundo de Futebol aparece ainda como motivo de vergonha e receio, ao lado de imagens que ratificam nossa condição marginal – em função da cor, da educação e da disposição de nosso povo visto como fraco e frágil, física e moralmente, e, além de tudo, obcecado por novelas...

Ora, eugenia e higienismo se articulam, na medida em que subjazem às mensagens do ideal de branqueamento físico e cultural.

Estaríamos à altura de sediar o campeonato mundial de futebol ou mesmo



A ordi agora é aprendê inglês pra fazê bonito nas Olimpíadas de 2016 na hora de assaltá os gringos!

Fonte: <http://www.brazilianvoice.com/humor/43536-Sovaco-Cobra---setembro-2012.html>



Fonte: <http://www.brazilianvoice.com/humor/43536-Sovaco-Cobra--novembro-2012.html>

as Olimpíadas? É a questão implícita nas anedotas e no Brasil caricaturizado que é apresentado por meio destas representações.

Nesse sentido, o incômodo representado pela assunção de uma condição “indigente” perante os “outros” torna recorrente esta mensagem tanto nos textos escritos quanto nos quadrinhos das seções de *Humor*.

A manifestação inequívoca de senso comum não descaracteriza a associação naturalizada entre *cor*, *pobreza* e

criminalidade. Mas o que chama a atenção é que nesta mesma mensagem, o protagonismo – delinquente sim, masculino sim – sinaliza uma proposta de apropriação coletiva de um determinado “conhecimento” (a língua inglesa) para um uso particular e não autorizado (“*assaltá os gringos*”) quando a expectativa seria a de que no país do carnaval se fizesse festa ou se aprendesse “inglês” para “*melhor atender os estrangeiros visitantes*”.

Soma-se a isso o fato da cena estar ambientada em uma sala de aula convencional: estão representados as carteiras escolares, a lousa e os alunos – delinquentes – devidamente caracterizados com seus bonés, chinelos e camisetas regata. Há também “alunos” na janela, sentados e encostados na porta. O saber é comunicado de modo a se fazer entender, ou seja, ali pouco importa a ortografia e a gramática sacramentada pelos manuais e pela tradição escolar e acadêmica.



Fonte:<http://www.brazilianvoice.com/humor/43536-Sovaco-Cobra---julho-2012.html>

Embora a suposição dominante seja a de que mulheres se ocupem de determinadas funções em determinados espaços, aquilo que ainda aparece como anedótico na representação ao lado, sugere ao mesmo tempo um comportamento dissonante em termos de expectativas associadas ao gênero. Lá estão



Fonte:<http://www.brazilianvoice.com/humor/43536-Sovaco-Cobra---julho-2012.html>

o avental, a cozinha e a panela no fogo, mas a posição e o papel desempenhado pela mulher representada indica, no mínimo, a rejeição à expectativa da mulher diligente e responsável quanto aos afazeres domésticos.

O mesmo acontece com a mulher miserável e maltrapilha retratada anteriormente, que lança mão de suas funções de mãe dedicada, honrada, trabalhadora para, por um ato de escolha que mesmo discutível, a fez sucumbir à vitrine sedutora: representativa do sonho de consumo e de transposição da realidade oferecido pelo último capítulo da novela.



Fonte: <http://www.brazilianvoice.com/humor/43536-Sovaco-Cobra---junho-2011.html>

Recusando o fogão e o trabalho ordenado e organizado, as mulheres representadas nos quadrinhos de humor do Brazilian Voice sinalizam reação e atitudes, senão revolucionárias, transgressoras.

Enquanto isso, em Brasília, nossos políticos são retratados deitados eternamente, não em berço esplêndido, mas para fazer jus à nossa brasilidade, na rede que indica o ócio improdutivo e sem pressa.

A necessidade de mudança do paradigma civilizacional assentado no colonialismo, patriarcalismo e racismo coloca-se de forma subjacente nestes jornais e revela possibilidades por trás de “saberes indomados”.

Conclusão: Exportando o samba do crioulo doido

Foi em Diamantina/Onde nasceu JK/Que a Princesa Leopoldina/Arresolveu se casá/Mas Chica da Silva/Tinha outros pretendentes/E obrigou a princesa
A se casar com Tiradentes/Lá iá lá iá lá iá/O bode que deu vou te contar
Lá iá lá iá lá iá/O bode que deu vou te contar

Joaquim José/Que também é/Da Silva Xavier/Queria ser dono do mundo
E se elegeu Pedro II/Das estradas de Minas/Seguiu pra São Paulo
E falou com Anchieta/O vigário dos índios/Aliou-se a Dom Pedro
E acabou com a falseta

Da união deles dois/Ficou resolvida a questão/E foi proclamada a escravidão
E foi proclamada a escravidão/Assim se conta essa história/Que é dos dois a maior glória/Da. Leopoldina virou trem/E D. Pedro é uma estação também

O, ô, ô, ô, ô, ô
O trem tá atrasado ou já passou

Sérgio Porto in “Samba do Crioulo Doido”

Para finalizar, atentaremos para o jornal *Soul Brasil*, ao pé da letra: alma do Brasil (com “s” e não com “z”), misturando, portanto, as grafias do inglês com o português.

Pois bem: em sua edição de nº 58, de janeiro de 2013, que se apresenta em duas versões, a página *home* possibilita o acesso em inglês ou em português, que se supõe serem apenas uma a versão da outra. Mas não: *em meio a mulatas, amuletos, bandeiras do Brasil, bonecões de Olinda, a catedral de*

Brasília (projetada por Niemeyer), *representações do orixá Iemanjá e brasileiros convenientemente estilizados*, há uma coluna central que é eloquente por si. Vejamos:

VERSÃO EM INGLÊS

The Brazilian Way – O Jeitinho Brasileiro
It's charming, its' cultural, its' all about being a Brazilian. The "O Jeitinho" can be described as the way Brazilians live their life, the way they make decisions, the way they love and so forth...



VERSÃO EM PORTUGUÊS

Promessas do Futuro "O Jovem Gringo com Ginga Brasileira"
O "Angelino" Raffik Lopes, filho de um brasileiro com uma americana, nasceu em junho de 1997, e com apenas dois anos já demonstrava sua paixão pelo futebol chutando qualquer bola que estivesse pela sua frente...



Uncle Sam-Ba!

Brazil is becoming more popular each year due to our economic growth, which is now among the 6th strongest economies in the world, surpassing even England...



A Cara do Brasil em Las Vegas

A cidade de Las Vegas, no Estado de Nevada, pode ser considerada mais do que um local turístico: uma lenda. O espírito de festa constante, o luxo dos hotéis/cassinos...



Salve 2013! Um Ano Entre Brumas & Ondas

Estimados irmãos, que Alá seja louvado! Que as forças da natureza possam trazer-lhes paz de espírito e saúde para o corpo...



Menina do Tapete Vermelho

Qual o melhor caminho para uma adolescente se tornar uma grande mulher? Se a gente parar e pensar bem, concluiremos que existem vários caminhos a percorrer onde o resultado poderá ser o mesmo...



Should I Stay or Should I Go?

When did Brazilians become so afraid of adapting? We constantly hear our fellow Brazilians living abroad talking about how much they miss home, but they also say it is impossible for them to go back and readapt to their old lives...



Sexo à Brasileira é mais Lúdico do que Erótico

"Estrangeiros vêm o carnaval e pensam em algo essencialmente erótico, quando ele é, na verdade, lúdico em primeiro lugar"



Brazil, the New Destination of Immigrants

Brazil is, once again, a country of immigrants. According to official data released by the Brazilian Department of Justice, the number of documented foreigners living in Brazil climbed 50% in only six months...



Destaques do Miss Brazil-USA Las Vegas

Em um evento que aconteceu na noite de sábado do dia 3 de Novembro no Yolis Restaurant, uma comissão julgadora formada por personalidades brasileiras...



Brazil Meets Jamaica: It's Reggae Motion

About ten years ago Fabio Assis, left his hometown Salvador in the State of Bahia, Brazil, to come to Los Angeles in search of a new musical adventure...



Mais e Mais Brasileiros desistem do sonho Americano...

Segundo o jornal Americano NY Times mais e mais brasileiros vêm deixando os Estados Unidos e desistindo de viver no país, para voltar aos seus lugares de origem...



"Rent a Friend" in Brazil

Sightseeing in a strange city is always easier in the company of someone familiar with the local area, but also with someone who knows the alternatives and the secret places that only the "locals" know about...



O Processo de Ir a Uma Universidade nos EUA

O processo de entrar em uma Universidade nos EUA é bastante diferente do processo no Brasil, principalmente se o estudante tiver que optar por financiar os seus estudos...



Fonte: <http://www.soulbrasil.com/index.php?lang=br>



No artigo intitulado “Salve 2013! Um Ano Entre Brumas & Ondas” é no mínimo curiosa a referência e a louvação a Alá. Mais intrigante é o teor do texto propriamente dito em que Umbanda vira “Ubanda”, pois quem assina o artigo faz parte do Centro de Ubanda Cabana de Oxossi”, e a “Ubanda” está lá talvez por um erro de digitação, mas que além de Alá, invoca as energias cósmicas, misturando a coragem, garra e fé para obtenção de sucesso.

Estejam certos que a coragem, a garra e a fé serão as posturas mais acertadas para que possam lograr sucesso em suas vidas. *A obstinação dos guerreiros valentes* propiciará grande vantagem àqueles que não desanimarem diante dos obstáculos e desafios, pois em 2013, *a vida virá entre brumas e ondas*. O dinamismo do ano será de idas e vindas, fartura e penúria, riqueza e pobreza, guerra e paz, tudo dependendo do grau de atenção que cada um dispensar à sua vida, *pois cada um colhe o que semeia*. Enfim, será um ano de extremos tal como o movimento das marés influenciadas pela lua. Nada mais será como antes após 2013. O início de uma nova consciência humana traçará a rota das grandes mudanças que advirão para a humanidade. *Será necessário controle emocional para enfrentar os movimentos das “marés”*. Cautela, prudência e atitudes sensatas serão as defesas para os desastinos, violência exacerbada, desencantos amorosos, perda de controle emocional, assassinatos em grandes proporções e suicídios.

Ou seja, um verdadeiro “samba do crioulo doido” para finalizar com uma expressão que se tornou popular a despeito de seu autor, Sérgio Porto (vulgo Stanislaw Ponte Preta) ter se celebrizado por sua produção jornalística, que dentre outros elementos, se caracterizava pela tentativa de perscrutar em nossa suposta insensatez, algo do caráter nacional brasileiro.

Aventamos que, talvez por detrás dessa aparente ilogicidade e insensatez, possamos localizar novas e interessantes maneiras de traduzir e estar no mundo. Um mundo em que as fronteiras não sejam sinais da arbitrariedade que alimenta anseios por pureza e autenticidade, mas que, ao sabor das circunstâncias e da ecologia dos saberes, possa realmente transformar o mundo.

Quem sabe, por esta lógica, o crioulo não seja tão doido assim.

Notas

1 - Este artigo constitui uma versão alterada de trabalho apresentado junto à disciplina *Diálogos Interculturais* oferecida no segundo semestre de 2012 junto ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do DIVERSITAS- Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da Universidade de São Paulo (USP). Além das discussões e reflexões promovidas por alunos e professores desta disciplina, o presente trabalho é também legatário de indicações e sugestões de leitura dos professores da disciplina *Conhecimento, Compreensão e outras Legitimidades, ministrada no âmbito do mesmo programa*.

2 - Além dos recenseamentos de 2010 e 2011, o trabalho de Camarota baseou-se em dados dos arquivos públicos do Community Survey 2010 American (ACS) e de março de 2011, Survey População Atual (CPS).

3 - Embora nos anúncios originais apareçam nomes, e-mails, telefones e endereços, optamos por suprimi-los para preservar, na medida do possível, a identidade dos autores. Mantivemos pontuação e ortografia originais.

Referências

ANDRADE, Mário. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Edição crítica de Telê Porto Ancona Lopez. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BESERRA, Bernadete. *From Brazilians to Latinos? Racialization and Latinidad in the Making of Brazilian Carnival in Los Angeles*. *Latino Studies* 3(1), 2005, p. 53-57.

BESERRA, Bernadete. Sob a sombra de Carmen Miranda e do carnaval: brasileiras em Los Angeles. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 313-344, jan./jun. 2007.

CAMAROTA, Steven A. *Immigrants in the United States, 2010: A Profile of America's Foreign-Born Population*. Agosto de 2012. Disponível em: <<http://cis.org/2012-profile-of-americas-foreign-born-population>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

FUSCO, Wilson. *Redes sociais na migração internacional: O caso de Governador Valadares*. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População (NEPO), 2001.

GUATTARI, Felix. Da produção de subjetividade. In: PARENTE, André (org). *Imagem Máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

MARGOLIS, Maxine L. Brasileiros no estrangeiro: a etnicidade, a auto-identidade e o "outro". *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 51, nº 1, p. 283-302, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Brasil Fora de Si*. São Paulo: Parábola, 2004.

SALES, Teresa e SALLES, Maria do Rosário R. (Orgs.). *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Paulo: Sumaré: IDESP, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, março, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Fórum Social Mundial: manual de uso. Madison, dez./2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SOUZA, Gilda de Mello. *O tupi e o alaúde*: uma interpretação de Macunaíma. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.

RESUMO

O propósito deste artigo é mostrar que as experiências de emigrantes brasileiros radicados nos EUA, por meio de seus veículos de comunicação intragrupal, engendram maneiras peculiares de ser, ver e sentir o mundo. Tais cosmovisões caracterizadas por subjetividades em trânsito podem constituir aquilo que Boaventura de Sousa Santos define como ecologia de saberes, desde que interpretadas à luz de metodologias e teorias contra-hegemônicas de análise.

Palavras-chave: brasileiros nos EUA; mídias; identidades; etnicidades.

ABSTRACT

The purpose of this article is to show that experiences of Brazilian immigrants settled in the U.S. engender peculiar ways of being, seeing and feeling the world by what is written, spoken, represented and disseminated primarily through its media, be it physical or virtual. Such worldviews, marked by subjectivities in transit may be what Boaventura de Sousa Santos defines by ecology of knowledge, interpreted as counter-hegemonic methodologies and theories of analysis.

Keywords: brazilians in the U.S.; media; identities; ethnicities.

Duas histórias de migrantes sobre educação, trabalho e moradia na periferia paulistana (1960 e 1980)

*Adriana Santiago Rosa Dantas **

A cidade de São Paulo recebeu um grande fluxo de migrantes oriundos do Nordeste a partir da primeira metade do século XX. As condições materiais com que tais migrantes chegaram ao Sudeste ainda refletem a dificuldade de inserção na cidade, no que diz respeito ao mundo do trabalho e à educação (ARAÚJO & CODES, 2012). Tais condições podem ser apreendidas como a baixa escolarização, pouca ou nenhuma qualificação profissional, a localização de origem, isto é, provenientes de regiões rurais, bem como o conjunto de recursos culturais e materiais. Alguns estudos apontam que este afluxo foi acompanhado de preconceito em relação aos nordestinos por causa deste capital cultural. Alguns exemplos dizem respeito às representações sociais, como a “invenção do Nordeste” por parte do Sudeste como um lugar atrasado e de pobreza (ALBUQUERQUE, 2009). Também foi associado o aumento da criminalidade em São Paulo à chegada dos migrantes em alguns bairros da cidade (CALDEIRA, 2003). A chegada de uma mulher nordestina na prefeitura da maior cidade do país foi acompanhada de preconceito, tendo o “escândalo” de sua administração associada à condição de naturalidade da prefeita (PENNA, 1992). Nesta linha, alguns autores também apontam como se propaga esta visão pejorativa através da mídia e de representações cristalizadas de nordestinos como pessoas pobres e sem instrução (PENNA, 1998; SILVA, 2010; 2012).

Por outro lado, autores buscaram desconstruir o entendimento da migração calcado na ideia da grande pobreza da região como sendo o principal fator que desencadeou a vinda dos migrantes para a região Sudeste. Estudos mostram que tal mobilidade foi primeiramente incentivada por interesses econômicos do Estado

**Linguista pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Mestre em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).*

brasileiro e dos cafeicultores do Sudeste em trazer mão de obra mais barata para as fazendas de café que receberam anteriormente imigrantes para o trabalho. O procedimento era semelhante ao recebimento dos estrangeiros, inclusive na utilização da Hospedaria dos Imigrantes no bairro do Brás na cidade de São Paulo (PAIVA, 2004). Decorrente deste processo, o agenciamento dos nordestinos alocados em São Paulo permitiu a chegada de muitos outros, vindos não mais pela intervenção de interesses do governo e dos agricultores, mas para trabalhar nas indústrias da capital. Os próprios migrantes criavam redes familiares e fraternais de recebimento de novos nordestinos (FONTES, 2008; GOMES, 2006). Muitos destes migrantes se instalaram na periferia da cidade. Por exemplo, na Zona Leste, uma das periferias de São Paulo, depois da instalação da indústria Nitro Química na década de 1930, o bairro de São Miguel Paulista ficou conhecido como a “Nova Bahia” pela grande quantidade de nordestinos que lá chegaram (FONTES, 1997).

Este artigo visa apresentar resultados parciais de uma pesquisa realizada em um bairro da Zona Leste, Ermelino Matarazzo, vizinho de São Miguel Paulista, que recebeu migrantes nordestinos a partir da década de 1940¹. Por se tratar da análise de um microcosmo, foi possível verificar de forma mais precisa as diferenças de inserção desses migrantes na cidade pela moradia, pelo trabalho e educação, no tempo e no espaço. Para tanto, foi possível relacionar algumas diferenças que passaram tais migrantes no que diz respeito à periferização², a qual é caracterizada pelos loteamentos, autoconstrução, formação de favelas, processo de espoliação urbana na qual os moradores e moradoras da periferia foram submetidos (KOWARICK, 1993; 1997; 2009).

O objetivo do meu estudo foi o de reconstruir a configuração social de Ermelino Matarazzo, que passou por uma grande densidade demográfica a partir de 1940, quando a primeira indústria foi instalada na região, a Celosul, da família Matarazzo. No seu entorno foram vendidos terrenos loteados que muitos trabalhadores adquiriram, principalmente até a década de 1970. No final desta década, começam a surgir as primeiras favelas, visto que os terrenos já estavam muito caros para tais trabalhadores, que começaram a se organizar para ocupar terrenos públicos. Estas duas formas distintas de acesso à moradia foram denominadas de “região dos loteamentos” e “região das ocupações”. Foram realizadas dezoito entrevistas com antigos moradores de Ermelino Matarazzo, os quais se instalaram na região de loteamentos e na região de favelas/ocupações. O critério de escolha foi entrevistar os mais antigos que testemunharam o processo de crescimento do distrito a partir da década de 1940. Entrevistá-los permitiu concordar com os dados atuais de como eles chegavam a São Paulo, com pouca escolaridade, em postos de trabalho menos remunerados. Todavia, pela data de chegada foi possível perceber a inserção diferente dos que chegaram mais recentemente, sugerindo que as condições materiais com que chegaram à cidade não foram tão determinantes quanto os fatores sociais externos, como o mercado de trabalho e a especulação imobiliária na periferia, que foram se modificando ao longo do tempo, levando tais migrantes cada vez mais para a precarização (CABANES, 2011) e até o possível motivo de retorno apontado pelos demógrafos no século XXI (OLIVEIRA & JANNUZZI, 2005).

Neste trabalho, serão comparadas as histórias de duas nordestinas que chegaram em condições educacionais e sociais parecidas em São Paulo, mas em dois tempos distintos, uma na década de 1960 e a outra na década de 1980³.

Educação, trabalho e moradia

A primeira chama-se Dalila⁴. Ela é natural de Inhambupe, no sertão da Bahia. É a caçula de oito irmãos. Em sua infância trabalhava na roça. Não pôde estudar, pois seu pai não permitia. Seus irmãos mais velhos começaram a migrar para São Paulo, até que um deles se acidentou, fazendo com que ela acompanhasse a mãe, já separada de seu pai, para cuidar deste irmão no ano de 1963. Acabou se instalando na cidade e trabalhando como doméstica aos 16 anos. Com o retorno de sua mãe, ficou morando na casa da família em que trabalhava. Conheceu seu marido, também baiano, mas de Salvador, em São Paulo. Seu esposo já conhecia Ermelino Matarazzo, por isso compraram um lote para pagar em oito anos. Durante o namoro foram construindo a casa aos poucos. Em 1972, casaram-se e foram morar em Ermelino Matarazzo. Na época, Dalila trabalhava como doméstica no “bairro nobre” do Ibirapuera. Estudou pouco, o básico para se alfabetizar. Depois foi trabalhar em bufês na Zona Leste. Teve três filhos que estudaram nas escolas públicas no entorno de sua casa. Atualmente, todos são casados e moram em Ermelino. Os dois rapazes completaram o Ensino Médio, o mais velho é gerente geral em uma drogaria e o outro é recepcionista contratado pela Prefeitura de São Paulo. A filha caçula é psicóloga e passou em concurso público para trabalhar na Fundação Casa. Dalila tem três netos e um bisneto recém-nascido por parte do filho mais velho e um neto recém-nascido da filha caçula.

A segunda é Zilda, natural de Pernambuco. Trabalhava na roça juntamente com seus outros dez irmãos. Seus pais morreram cedo. À medida que seus irmãos foram casando, ficou apenas ela de solteira. Um dos irmãos que morava em São Paulo, em Ermelino Matarazzo, trouxe Zilda para a capital em 1980 quando ela tinha 28 anos. Teve muita dificuldade para conseguir emprego de doméstica naquela época. Chegou analfabeta e estudou na capital até a terceira série do antigo primário, mas teve de parar por conta do trabalho. Conheceu seu esposo, também migrante, morador de Ermelino, logo depois de conseguir um emprego em casa de família no “bairro nobre” do Morumbi. Em pouco tempo se casaram. Primeiramente, moraram em um barraco na antiga favela Santa Inês, até construir sua casa de alvenaria, conforme a favela se regulamentava. Quando o segundo filho chegou, continuou trabalhando como dona de casa. Todos os seus filhos estudaram na escola pública da região. Eles já estão casados. Agora Zilda vive apenas com o esposo. Um filho é segurança em uma escola privada na Zona Sul e a filha é auxiliar de serviços gerais em escola da Zona Leste. Os dois moram na comunidade e têm filhos pequenos.

As duas chegaram a São Paulo pela influência de irmãos que já haviam se estabelecido. Mesmo assim, pode-se notar que a permanência se deu pela intenção de mobilidade social. Dalila rememora o seguinte:

Eu não tive estudo. Meu pai era separado e falava que quem estudava naquela época era vagabunda, os piores nomes, imagina! Aqui em São Paulo, eu fazia bico à noite, de dia eu trabalhava na casa de família, e à noite eu ia servir outras casas pra mim ganhar um dinheiro e mandar pra minha mãe que não tinha quem sustentasse. Eu falava: eu não quero isso pra mim, eu vou lutar, eu vou melhorar, eu vou correr atrás, eu não posso ter pena de mim.

Apesar da interdição do seu pai no passado, Dalila em São Paulo estudou o básico para se alfabetizar. Ela via no trabalho a oportunidade de conseguir o bem material que lhe era mais caro, uma casa própria, e o bem simbólico para seus filhos, a educação:

Meu objetivo era ter alguma coisa a mais: eu queria ter uma casa, uma sala, o quarto dos meus filhos, bem arrumadinho, direitinho, como pobre. Queria que minha filha estudasse. Eu não queria o que eu passei, na casa dos outros, eu não queria que nenhum dos meus três filhos passassem. Eu queria que todos estudassem.

Zilda também saiu por influência dos irmãos como no caso de Dalila. A diferença de tempo foi de aproximadamente vinte anos, pois chegou a São Paulo na década de 1980:

Meu irmão me trouxe porque eu fiquei sem pai, sem mãe. Éramos onze irmãos que ficamos sem pai, sem mãe. Foram casando, casando, ficou eu de solteira, aí meu irmão me trouxe pra aqui. Eu vim morar com meus irmãos casados. Cheguei aqui era barraco de tábua.

Dalila relata que não teve muitos problemas para conseguir serviços. Começou em casa de família, trabalhou em postos de serviços de limpeza ou ajudante geral em locais domésticos ou empresas privadas. Nas palavras de Kowarick e Marques: “No momento de mais intenso crescimento da metrópole, tiveram ocasião de trabalhar de forma contínua, com muitas horas extras, pois, até pelo menos 1980, empregos não faltavam nas indústrias ou vários ramos do setor terciário” (KOWARICK & MARQUES, 2011, p. 10). Dalila morou muitas vezes no seu trabalho. Já Zilda veio em um contexto diferente, tanto de trabalho, quanto de moradia:

Minha irmã morava aqui, uma amiga e um irmão, o meu cunhado e minha cunhada. Foi aí que eu vim morar com eles. Fiquei muito tempo morando com eles. Teve uma vez, foi uma coisa engraçada. Pra mim foi! Porque eu cheguei aqui, ninguém me queria pra trabalhar porque a gente por

honestas que for, paga pelos erros dos outros, ninguém me queria pra trabalhar. As minhas irmãs, as minhas cunhadas, que eu vim morar com elas, me levava pra casa das pessoas e dizia: eu conheço você, mas não conheço ela, não vou querer pra trabalhar. E quando eu vim do Norte, quando a gente vem do Norte, não traz nada. Traz apenas quatro pecinhas de roupa, foi o que eu trouxe. Chegou aqui, a mala pegou fogo, queimou minhas roupas tudinho. Aí minha irmã começou a chorar. Como era barraco de tábua, as crianças dela acenderam uma vela e um pedacinho da minha malinha que eu trouxe, desse tamanho, e foram no banheiro. Quando voltaram era fogo, tinha queimado minha mala todinha. A minha irmã começou a chorar, chorar: ah, porque você não tem nada e o que tinha o fogo queimou! Eu disse: eu viro logo índia, [risos] ninguém quer me dar trabalho lá fora, viro logo índia.

Pelo relato de Zilda, pelos pertences pessoais é possível verificar a precariedade material com que ela chegou a São Paulo. Ela nunca tinha estudado no ambiente rural em que vivia em Pernambuco. Seu destino foi a casa da irmã, em barraco de tábua sem luz elétrica, em que conviviam ela, o cunhado, as crianças, o irmão e uma amiga na favela. Nos anos de 1980, ela já não teve a mesma facilidade em conseguir um posto de trabalho como doméstica como as mulheres de sua convivência, muito menos a possibilidade de morar no emprego como Dalila havia feito vinte anos atrás. Mesmo assim, a experiência de migração para Zilda também foi de mobilidade, ao se apropriar de bens culturais:

Porque quando a gente chega do Norte, é aqui que a gente vem abrir o olho. Por sabido que você seja no Norte, se você não é de lá, por muito que você sabe no Norte, parece que aqui em São Paulo é um livro aberto. Aqui quem não sabe ler aprende. Porque meu esposo, quando chegou aqui, ele sempre fez jogo da lotérica, sempre gostou de fazer um joguinho, mas ele não conhecia número, quando ele chegou aqui, que já tá pegando 40 anos que ele tá aqui, ele pega ônibus melhor do que eu, metrô pra qualquer lugar, ônibus bem longe. Aí a gente aprende.

Logo depois conseguiu ocupar-se como doméstica em uma casa no bairro do Morumbi. Em menos de um ano, conheceu seu esposo em Ermelino Matarazzo. Assim como ela, o esposo era nordestino e analfabeto. Pelo seu relato, a compra de sua “casa própria” foi assim: “Meu esposo comprou um pedacinho de chão e fez um barraquinho e foi construindo, aí fez a casa. Mas comprou um pedacinho de chão, uma casinha de madeira”.

No período de compra do terreno, na década de 1980, já não era possível apenas “invadir” um espaço na antiga Favela Santa Inês, era preciso comprar um terreno ou barraco. Mais tarde, a favela foi se regularizando e recebendo

melhorias em infraestrutura. Hoje, a antiga favela é denominada Comunidade Santa Inês. A experiência de compra de Dalila já se deu diferentemente. De certa forma, foi possível fazer certo “planejamento”, pois os terrenos na periferia eram mais baratos, a ponto da classe trabalhadora poder comprá-los na década de 1960. Realidade improvável para Zilda em 1980.

Na época de Dalila, comprar lotes e construir era muito comum. Nas palavras de Kowarick, a autoconstrução era “uma alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física para oferecer a um sistema econômico” (KOWARICK, 1993, p. 65). Dito de outro modo, ela é um processo longo, que se utiliza das redes que a pessoa tem, empregando as forças do trabalhador no seu tempo ocioso para ser realizado, dependente também da capacidade de poupar do proprietário para injetar os recursos na construção. Um dos caminhos para conseguir os recursos para compra de terrenos era por meio de indenização. Antes de se decretar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, que aconteceu em 1966 (BRASIL, 1990), o funcionário ganhava estabilidade após dez anos trabalhados. Dalila comprou seu terreno com a ajuda do esposo, que era operário e se beneficiou deste tipo de indenização. Seu terreno foi comprado em 1965 e concluíram a obra em 1972:

Eu comprei o meu terreno, nós dois compramos. Tem quarenta anos que eu comprei aqui. Era tudo mato, mato, mato! Não tinha água, era água de poço, a rua tudo de terra. Ele morava aqui em Ermelino. Ele foi numa imobiliária e viu que estava vendendo. Aí juntou nós dois e compramos. E parcelamos em oito anos pra pagar. Aí a gente foi pagando. Quando estava perto do casamento, ainda levou um ano pagando. Mas quando já estava perto pra casar, como era tudo aberto, não tinha muro, era tudo matagal, os moleques derrubaram toda a casa. Aí nós construímos de novo. Sempre eu falava pra ele: vamos na luta, nós temos tudo. Eu sempre fui uma pessoa muito assim, nós temos tudo, nós temos braço, perna, tudo, então nós temos que ir à luta. Não vamos nos fazer de coitado. Meu marido é uma pessoa que desiste rápido e eu sou uma pessoa, assim, de luta. Ele trabalhou em firmas muito grandes, ele trabalhou na Mercedes⁵, ele trabalhou na Cummins⁶, ele trabalhou na Filizola⁷, tudo firmas muito grandes, mas ele sempre teve um objetivo sempre diferente de mim, ele sempre falava assim, pra mim, eu tendo um barraco, arroz, feijão e farinha, tá bom, só que a minha ambição não era, meu objetivo não era esse, era eu ter alguma coisa a mais, eu queria ter uma casa, uma sala, o quarto dos meus filhos, bem arrumadinho, direitinho, como pobre, queria que minha filha estudasse, eu não queria o que eu passei na casa dos outros, eu não queria que nenhum dos meus três filhos passassem.

Como Dalila relata, seu esposo havia trabalhado em boas indústrias, como as citadas, pois como já foi dito, antes da década de 1980, muitos migrantes conseguiam postos de trabalhos no setor industrial, principalmente. Isto já não foi possível para o esposo de Zilda, que já estava em uma situação mais precária no distrito.

O processo de autoconstrução foi árduo para Dalila. No entanto, depois de pronta sua casa, permitiu certa estabilidade familiar, se comparada com a história de Zilda. Para os primeiros, suas preocupações estavam relacionadas aos seus filhos, ao estudo e ao trabalho. Dalila, mesmo com pouca qualificação, pôde “investir”, ainda que de forma acidentada, na escolarização dos filhos. Ela apreendeu estratégias novas em educação a partir de diferentes socializações que a nova realidade lhe proporcionava:

Minha filha era muito inquieta, aí eu levei ela na médica. A médica falou assim, “procura colocar ela em vários cursos”. Como eu sempre fui andarina mesmo, comecei a perguntar onde tinha escola de dança. Aí eu coloquei ela. Eu levei ela numa dentista, a dentista falou: “ah! sua filha faz aula de dança, agora tá na hora de colocar ela no inglês, inglês é importante, porque quando ela fizer a faculdade, quando ela se formar, ela precisa falar bem inglês”. E foi bom, porque ela foi trabalhar em albergue. Por incrível que pareça, a gente tem uma noção que albergue é só pra morador de rua e não é. O albergue é para vários estrangeiros, vem africanos, coreanos.

No ambiente urbano, o contato com outros profissionais mais escolarizados permitiu que Dalila aprendesse novas estratégias que foram aplicadas na vida de sua filha. Ela constata que foi uma boa escolha dar oportunidade de aprender outro idioma que lhe foi útil profissionalmente. Sua filha formou-se em Psicologia e trabalha com menores em situação de rua, infratores. Seus outros filhos completaram o Ensino Médio.

Por outro lado, o relato de Zilda indica as dificuldades relacionadas em morar, primeiramente, em um barraco de madeira. A incerteza de ter o barraco derrubado, ou não, pela Prefeitura, era uma constante preocupação. A falta de creche também impediu a continuidade de seu trabalho, obrigando-a a ficar em casa para cuidar de seus filhos. O problema da violência da região em que morava foi muito mais presente em seu relato, o que não apareceu de forma significativa nas memórias de Dalila. Zilda disse o seguinte:

Graças a Deus melhorou muito agora. Agora tá uma benção. A gente que mora aqui dentro, hoje, tem que levantar as mãos pro céu porque aqui tá muito bom. A gente entra aqui a hora que quer. A hora que precisa

sair daqui ninguém anda correndo com medo aqui não! Graças a Deus, tá uma maravilha aqui em vista do que era antes. Agora a gente chega do serviço uma hora da manhã, duas horas, aqui a gente entra e sai, ninguém mexe com ninguém, graças a Deus!

A situação mais precária de chegada e de jornada de Zilda em relação a Dalila também pode ser vista no destino de seus filhos. Os filhos de Zilda completaram o Ensino Fundamental e trabalham como segurança e ajudante geral, morando ainda na comunidade. No caso de Dalila, a caçula chegou ao Ensino Superior e os outros ao Ensino Médio.

Considerações Finais

As duas experiências das entrevistadas são indicativos das condições de vida de moradores e moradoras de Ermelino Matarazzo que se instalaram em diferentes áreas do distrito ao longo do tempo. Dalila instalou-se em lotes que foram comprados para construção da casa própria, assim como seus vizinhos mais antigos. No caso de Zilda, ela é um exemplo dos muitos migrantes mais recentes que acabaram se instalando nas favelas, visto que as condições materiais para comprar um terreno tinham mudado nas décadas seguintes. Tanto uma quanto a outra chegaram com nenhuma escolaridade ou qualificação profissional para o ambiente urbano, chegaram solteiras. Dalila nem pôde contar com a ajuda dos irmãos, morando em casas de família. Já Zilda necessitou morar com eles, mesmo em um pequeno barraco, com uma população considerável. Já não era tão simples morar no trabalho. No entanto, a inserção no mundo do trabalho, a partir da década de 1960, permitiu para Dalila um pouco mais de estabilidade proporcionada pela moradia, enquanto Zilda viveu muito tempo na insegurança de estar em um lugar ilegal, fruto de ocupações de terra. O poder de compra de uma doméstica e um operário em 1960, de um modo geral, era bem diferente de seus pares nos anos de 1980, como foi visto no exemplo das duas moradoras de Ermelino Matarazzo. O prolongamento dos estudos dos filhos de cada uma também se diferenciou, pois a prole de Dalila conseguiu maior prolongamento dos estudos e, conseqüentemente, postos de trabalho diferentes dos de Zilda. Assim, este artigo sinaliza que, apesar de condições materiais e capitais simbólicos parecidos, as condições de inserção de grande parte dos migrantes no distrito de Ermelino Matarazzo foram distintas entre as décadas de 1960 e 1980.

Notas

1 - Este texto discute parte do capítulo 2 da dissertação de mestrado da autora (2013), orientada pela Profa. Dra. Graziela Perosa com financiamento da Capes. Este artigo é uma revisão do trabalho completo publicado nos anais do I Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura realizado em setembro de 2013 na EACH-USP.

2 - Processo de incentivar a classe trabalhadora, mesmo que não confessa como política de Estado, à compra de terrenos nas franjas da cidade, resultando em construções irregulares, pois a mesma não pôde se beneficiar de moradias sociais no período. Ver Bonduki, 1994; Mautner 1999; Rolnik, 2003.

3 - Foram escolhidas duas entrevistadas que melhor representavam a discussão levantada neste artigo. Este assunto está ampliado com a apresentação de todos os entrevistados no capítulo 2 da dissertação de Dantas (2013).

4 - Os nomes são fictícios.

5 - “A Mercedes-Benz do Brasil, presente há mais de 50 anos no País, é a maior fabricante de veículos comerciais da América Latina”. Fonte: sítio oficial. Disponível em: <<http://www.mercedes-benz.com.br/Homeinterna.aspx?categoria=140>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

6 - “No início da década de 70, seguindo a trajetória de alguns de seus grandes clientes mundiais, entre eles Komatsu e Ford, a norte-americana Cummins Engine Company se instalou no Brasil, atraída por novas oportunidades do mercado brasileiro. A subsidiária brasileira foi constituída legalmente em 1971, sob a razão social de ‘Cummins Brasil’”. Fonte: sítio oficial. Disponível em: <http://www.cummins.com.br/cla/quem_somos.php>. Acesso em: 28 fev. 2013.

7 - Filizola Beyond Technology. Indústria de Balanças automotivas, de saúde, de rodoviárias, dentre outras. Disponível em: <<http://www.filizola.com.br/home/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

Referências

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2009.

ARAÚJO, Herton Ellery & CODES, Ana Luiza Machado de. Como Vivem os Migrantes em São Paulo? Estratificação Social entre Migrantes de Diferentes Naturalidades na Região Metropolitana de São Paulo. In: Castro, Jorge Abrahão de e Araújo, Herton Ellery (orgs.) *Situação Social Brasileira: Monitoramento das Condições de Vida 2*. Brasília: IPEA, 2012.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da Habitação Social no Brasil. In: *Análise Social*, vol. XXIX (127), p. 711-732, 1994 (3ª).

BRASIL. Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990. Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8036consol.htm#art32>. Acesso em: 20 jul. 2012.

CABANES, Robert. Proletários em meio à tormenta neoliberal. Cabanes, R. [et al.] (orgs.) *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. [Tradução Fernando Ferrone, Cibele Saliba Rizek], São Paulo: Boitempo, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidades de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2ª ed. [Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro], São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2003.

DANTAS, Adriana Santiago Rosa. *Por dentro da quebrada: a heterogeneidade social de Ermelino Matarazzo e da periferia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-29082013-230632/pt-br.php>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

GOMES, Sueli de Castro. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. In: *Imaginário*. USP, vol. 12, n. 13, p.143-169, 2006.

- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- KOWARICK, Lúcio. Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente. *Espaços & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, Ano XVII, n. 40, 1997.
- KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KOWARICK, Lúcio & MARQUES, Eduardo (orgs.) *São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)* São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.
- MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: Deák, Csaba e Schiffer, Sueli Ramos (orgs.) *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- OLIVEIRA, Kleber Fernandes de & JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para Migração no Brasil e Retorno ao Nordeste: Padrões Etários, Por Sexo e Origem/Destino. In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.
- PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo"* Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.
- PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: Signorini, Inês (org.) *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. São Paulo: FAPESP Campinas, SP: Mercado de Letras: FAEP/Unicamp, 1998.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3ª. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2003.
- SILVA, Daniel do Nascimento. Dilma eleita pelos nordestinos? Sobre a circulação de atos de fala violentos. *Linguagem em foco*, v. 2, p. 29-37, 2010.
- SILVA, Daniel do Nascimento. *Pragmática da Violência: o nordeste na mídia brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras: Faperj, 2012.

RESUMO

Este artigo discute a inserção de migrantes internos na periferia de São Paulo, vindos em condições educacionais e sociais parecidas, mas em tempos distintos, nas décadas de 1960 e 1980. Os dados analisados fazem parte de uma pesquisa realizada em Ermelino Matarazzo, na periferia leste da cidade de São Paulo, que recebeu migrantes nordestinos a partir da década de 1940. No texto, são comparadas duas moradoras, dentre as dezoito entrevistas da pesquisa, analisando-se sua inserção na cidade de São Paulo em relação à educação, trabalho e moradia.

Palavras-chave: migração; São Paulo; inserção social.

ABSTRACT

This article discusses the integration of internal migrants in the outskirts of São Paulo, arrived in similar social and educational conditions, but at different times, in the 1960s and 1980s. The data analyzed is part of a research conducted in Ermelino Matarazzo, a peripheral district of the Eastern Zone of São Paulo, which received migrants from the 1940s. In the text, two residents are compared among the eighteen survey respondents, to examine the inclusion of them in São Paulo with relation to education, work and housing.

Keywords: migration; São Paulo; social inclusion.

Renda e Migração na Região Metropolitana de Belo Horizonte

*Thiago Canettieri **

As migrações intrametropolitanas representam importante elemento de análise para compreensão da expansão urbana das metrópoles brasileiras. Essas trocas demográficas, entre núcleo e periferia de uma mesma região metropolitana, contribuíram para consolidar o padrão de periferação da população metropolitana, bem como para consolidar essas regiões.

Existe vasta literatura sobre migrações e tópicos correlatos já que a necessidade de se conhecer os movimentos populacionais é de primeira ordem. Podendo se desenvolver nas mais variadas escalas, o processo migratório de mudança de domicílio representa uma área cara à demografia e outras ciências que tratam de compreendê-lo.

O artigo tem por objetivo apresentar a análise da função que a renda desempenha na decisão da migração intrametropolitana no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), abarcando os trinta e quatro municípios integrantes.

Neste artigo, postula-se como hipótese que os migrantes que se deslocam para a cidade principal têm maior renda que os emigrantes. Isso se deve não apenas à estrutura financeira do indivíduo, mas, principalmente, à organização socioeconômica espacial da região metropolitana. A cidade principal, Belo Horizonte, é conformada como importante área central, com preços de imóveis

* *Mestrando em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.*

(tanto da terra como das benfeitorias) elevados, bem como um custo de vida elevado (TONUCCI, MAGALHÃES, SILVA, 2012). Dessa forma, pessoas de baixa renda não possuem capacidade financeira para manter-se em Belo Horizonte, e acabam migrando. Em contrapartida, pessoas que residiam em outros municípios que obtiveram um aumento na renda conseguem realizar o movimento em direção à cidade de Belo Horizonte.

Estudos que buscaram relacionar a renda com os processos migratórios (em diferentes escalas) são recorrentes na literatura sobre o tema (VANDERKAMP, 1971; MICHAELIDES, 2009; KENNAN; WALKER, 2009; TODARO, 1969). Nesses estudos, a variável renda ora é considerada como uma generalização – como em Vanderkamp (1971) em que é considerada a renda média das regiões – ora é considerada como uma expectativa – como em Kennan e Walker (2009) em que consideram a renda esperada. No entanto, a presente pesquisa, ao analisar a variável renda, pretende relacioná-la não à condição do indivíduo, mas à estrutura socioespacial metropolitana que organiza a distribuição espacial da população. Dessa forma, a renda do indivíduo (renda domiciliar *per capita*) é analisada no estudo estando relacionada à direção do fluxo migratório intrametropolitano. Nesse sentido, um estudo semelhante foi desenvolvido por Peeters (2009) para a Bélgica, constatando que existia uma tendência de determinados locais atraírem ou repelirem determinadas pessoas pelo nível de renda.

Para isso, a metodologia desenvolvida simplifica esse processo de movimento. Agrupamos a direção dos fluxos migratórios em três categorias: 1) Da cidade principal (Belo Horizonte) para a periferia (outros municípios da RMBH); 2) Da periferia para a cidade principal; 3) Da periferia para a periferia. É, de fato, uma ampla generalização para tratar os dados, mas nesse primeiro momento de um estudo exploratório, a mesma servirá para fornecer subsídios para uma análise também geral dos padrões encontrados e, assim, espera-se desenvolver novas metodologias para novos estudos mais específicos, explorando características locais e agregando à análise outras dinâmicas.

Para esta análise foram utilizadas as informações de migração de data fixa, que se refere ao indivíduo que em uma data pré-determinada estava residindo em um município diferente do que residia na data do Censo. Esta escolha de variável se deve ao fato de que no Censo de 2000 o quesito sobre migração de última etapa não foi incluído. Assim, os dados trabalhados de 1991 e de 2010 são, para efeito de comparação, também referentes à migração de data fixa.

A informação referente à renda foi obtida através da variável que apresenta o rendimento total do domicílio per capita. Desta forma, é possível evitar, em grande medida, situações em que existem dependentes da renda de um ou mais indivíduos. Considera-se a renda de todo o domicílio, dividida pelo número de moradores.

Cabe destacar algumas limitações nos dados para o desenvolvimento da pesquisa que devem ser explicitadas e levadas em consideração na análise e

discussão dos resultados. As informações censitárias não oferecem a possibilidade de se conhecer as características dos migrantes no momento do movimento. José Marco Cunha (1993, p.166) já chamou a atenção para essa situação e, em suas palavras, “[...] qualquer análise sobre a condição do migrante do momento da migração feita a partir dos censos é, em maior ou menor grau, um exercício de aproximação e até mesmo inferência.” Também a metodologia adotada simplifica muito a realidade, e pode-se perder alguns movimentos migratórios entre os municípios de menor expressão.

Cunha (1993, p.163) afirma que durante muito tempo a demografia preocupou-se com movimentos migratórios interestaduais e produziu importante material analítico e teórico, enquanto que o tema da migração intrametropolitana “[...] praticamente não se produziu”. No entanto, segundo o autor, o tema ganhou força a partir do final dos anos de 1980. Ressalta ainda que a migração intrametropolitana continuará assumindo um papel fundamental na determinação da dinâmica demográfica.

A renda e o processo migratório

A migração acontece por vários motivos, mas a renda assume um papel central na determinação das direções dos fluxos, na seletividade e na retenção dos migrantes. A ideia aparece, segundo Lucas (1997), no trabalho de Sjaastad (1962) que postulou que a decisão de migração é influenciada pelo valor da diferença das fontes de renda entre os locais alternativos, menos qualquer renda inicial ou subsequente dos custos das mudanças. Dessa maneira, a migração é uma forma de investimento. Todaro (1969) desenvolveu e aprofundou a hipótese de Sjaastad. A hipótese para esses movimentos, segundo Todaro (1969), diz respeito aos ganhos esperados, que incluem o aumento dos ganhos no local de imigração e/ou a redução das perdas no local de emigração. Diversos estudos empíricos vieram em seguida e forneceram evidências que sustentam este modelo, como o de Lucas (1988), Todaro (1976) e Zhu (2002). Assim, dentro dos mais variados ganhos e perdas, a renda assume hoje papel primordial, em especial por determinar tantos outros fatores, como moradia, alimentação, consumo, transporte, etc.

Kennan e Walker (2009) trabalharam com um modelo estrutural dinâmico que avalia as decisões de migração em sequência nos Estados Unidos e constataram que a principal influência está na renda esperada, considerando os custos de movimentação e de fixação. Michaelides (2009) também adiciona, além de uma renda bruta esperada – por exemplo, o salário – que a decisão migratória está ligada ao custo de vida, muitas vezes ligado ao custo da habitação. Assim, o autor afirma que a probabilidade de um indivíduo migrar aumenta de acordo com a diferença de salários no destino e na origem, enquanto é reduzida de acordo com a diferença do custo de habitação no destino e na origem. A renda, segundo Vanderkamp (1971), assume dupla importância nos estudos migratórios. Ela

determina as possibilidades de um modo de vida, padrão de consumo – inclusive de habitação – e de um leque de escolhas no processo migratório. Sua outra função reside no custo do deslocamento. Migrar envolve um custo determinado e só é possível fazê-lo quando a renda é suficiente para financiar o movimento.

Toda esta literatura concentra-se numa abordagem demográfica descendente da economia neoclássica, que se foca nas estruturas individuais. No entanto, para se compreender a estrutura social das metrópoles contemporâneas, a distribuição espacial da população e como esta se organiza através dos fluxos, é necessário empreender uma análise que considere a estrutura socioespacial que organiza a metrópole.

Segundo Brito (2006), a perspectiva socioeconômica do processo decisório das migrações intraurbanas está baseada na hipótese de que os deslocamentos são respostas às estratégias de grandes agentes estruturais do sistema capitalista (proprietários de terra e dos meios de produção e o Estado) que atuam de forma a promover a acumulação de capital, o que implica no deslocamento das populações para servirem a esta lógica.

Assim, deve-se entender a migração como determinada por uma força externa: a estrutura econômica. Toda mobilidade no capitalismo, escreve Gaudemar, é uma mobilidade forçada. Em suas palavras

Com a mobilidade do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda estratégia capitalista de mobilidade é, igualmente, estratégia de mobilidade forçada (1977, p.18).

A mobilidade dos trabalhadores no momento atual deve ser pensada em dois momentos: 1) o momento da utilização da força de trabalho; 2) o momento de reprodução da força de trabalho.

O primeiro, analisado em profundidade por Gaudemar (1977), diz respeito ao momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital. O movimento é sempre em direção ao trabalho e, justifica uma série de fluxos migratórios e de outros tipos de mobilidade humana. É esta mobilidade que permite a mobilização da força de trabalho para produzir as mercadorias. O segundo momento, da reprodução das forças de trabalho, é o momento do trabalhador fora do momento do trabalho que deve garantir sua reprodução material. Diz respeito aos movimentos em busca de moradia e recursos para a sobrevivência, condicionados pelo padrão de vida que devem manter.

As necessidades criadas pela lógica do capitalismo no que tange ao mercado de trabalho podem ser satisfeitas a partir da mobilidade do trabalho. Desta maneira, em termos da economia política, todos os fluxos migratórios são, de alguma maneira, lucrativos (mas não no sentido atribuído pelos neoclássicos

de maximização dos benefícios pelos agentes). Os deslocamentos espaciais têm como finalidade última a “valorização do capital” (GAUDEMAR, 1977, p.21).

Além da escala estrutural, deve-se entender também a mobilidade da perspectiva geográfica. A mobilidade acontece devido a produção dos espaços de forma desigual. A produção do espaço no capitalismo pressupõe a desigualdade entre os espaços. Determinada área, por diversos motivos, desenvolve-se mais do que outras. E isso pode ocorrer nas mais variadas escalas; entre países ou entre bairros. Assim sendo, a população que reside ou que trabalha deve ser, de algum modo, coerente com esta forma de desenvolvimento, balizado através da economia de mercado: o acesso se dá a partir do controle da “mão invisível” do mercado. Também, ao mesmo tempo, a mobilidade constitui-se como estratégia para perpetuar a produção desigual dos espaços. Os fluxos criados e mantidos por esta lógica de mercado agravam ainda mais a desigualdade, pois tendem a uma concentração das riquezas socialmente produzidas, não apenas socialmente, mas geograficamente.

A função da renda nas decisões migratórias intrametropolitanas na RMBH

Os dados das migrações realizadas pelos indivíduos dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte registrados no censo de 1991, 2000 e 2010 são apresentados a seguir.

TABELA 1						
Migrantes Intrametropolitanos de Data Fixa – Anos de 1991, 2000 e 2010						
Migrantes Intrametropolitanos	1991		2000		2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Migrantes de Data Fixa	169.826	100	225.282	100	184.030	100
Núcleo-Periferia	120.863	71,2	141.136	62,7	107.136	58,2
Periferia-Núcleo	8.650	5,1	17.228	7,6	15.316	8,3
Periferia-Periferia	40.313	23,7	66.918	29,7	61.578	33,5

Fonte dos dados: IBGE, 1991, 2000 e 2010 – Elaboração: Thiago Canettiéri.

A análise dos dados revela que os fluxos migratórios apresentam um aumento no período entre 1991 e 2000 e um decréscimo entre os anos de 2000 e 2010. Mas, deve ser salientando que, mesmo com a queda nos valores absolutos, os números de migrantes intrametropolitanos do ano de 2010 são superiores ao de 1991. Em termos relativos, observa-se que a participação de cada fluxo migratório é mais ou menos regular, embora se observe uma

queda de 13 pontos percentuais de 1991 a 2010 no sentido Núcleo-Periferia e o consequente aumento de 10,2% no fluxo entre as periferias. De tal maneira, deve ser destacada a importância da migração no sentido periferia-periferia para a composição das migrações intrametropolitanas recentes. Passando a representar um terço dos fluxos intrametropolitanos, esses resultados apontam para o aumento da importância das trocas populacionais no interior da periferia metropolitana nos processos de redistribuição espacial da população.

A direção dos fluxos é uma informação substancial para a análise pretendida. Observa-se que em todos os períodos a migração no sentido núcleo (cidade de Belo Horizonte) para as periferias (outros municípios da RMBH) é dominante sobre os outros sentidos. Assim, pode-se afirmar que o saldo migratório intrametropolitano de Belo Horizonte, nos três Censos em análise, é negativo.

A tabela 2 apresenta a diferença da renda média dos migrantes intrametropolitanos e dos não migrantes.

Renda Média	RMBH		Núcleo		Periferia		
	Migrante	Não Migrante	Migrante para a Periferia	Não Migrante	Migrante para o Núcleo	Migrante para Periferia	Não Migrante
2000	429,24	599,38	349,61	882,86	377,27	227,76	300,82
2010	1.022,23	1.324,02	1.508,08	1.978,88	1.335,82	753,72	846,56

Fonte dos dados: IBGE, 2000 e 2010 – Elaboração: Thiago Canettiari

Observa-se que, de um modo geral, os indivíduos migrantes da RMBH possuem uma renda inferior ao indivíduo não migrante, com exceção dos migrantes que realizaram o movimento no sentido periferia – núcleo, tanto no ano de 2000 como no ano de 2010. Embora a renda média tenha aumentado de forma considerável, a diferença da renda entre os migrantes e não migrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte quase duplicou no período.

Quando se considera os migrantes que realizaram o movimento da cidade núcleo para a periferia metropolitana observa-se que a diferença de renda com o não migrante é ainda maior nos dois anos analisados. Embora a diferença diminua no período, deve ser destacado que ainda é a maior diferença. Isso significa que as pessoas que saem de Belo Horizonte possuem renda muito inferior daquelas que continuam a residir.

Passando a analisar o movimento migratório da periferia para o núcleo a situação é inversa às duas anteriores. A renda média dos migrantes é mais elevada do que a dos não migrantes para o ano de 2000 e de 2010. Pode-se considerar que, para realizar este tipo de migração é necessário um maior investimento financeiro, por diversos motivos, como o elevado custo de moradia e de vida em

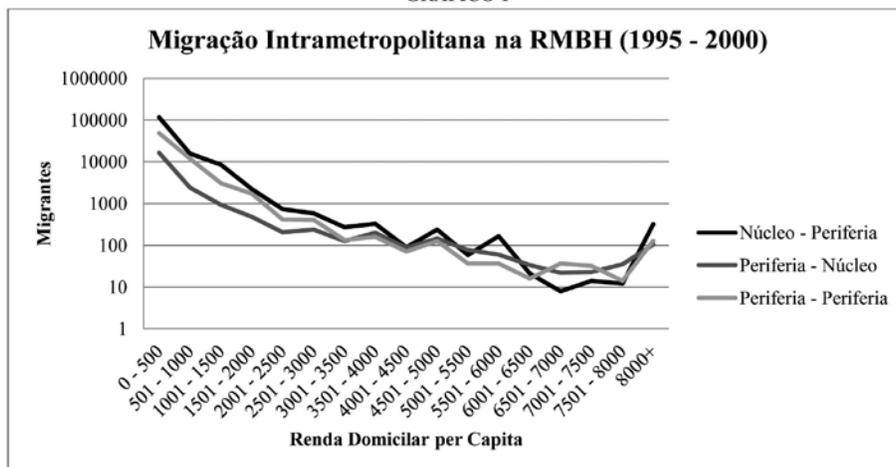
Belo Horizonte como demonstrado por Tonnuci, Magalhães e Silva (2012). Deve-se salientar ainda que a diferença de renda entre os migrantes e não migrantes neste deslocamento aumentou mais de seis vezes no período de dez anos.

A análise dos dados referente ao fluxo migratório na direção núcleo-periferia e na direção periferia-núcleo revela importante dinâmica metropolitana da RMBH. O município núcleo, Belo Horizonte, vivencia um processo de elitização em duplo sentido. A população que sai do município é de uma renda média inferior à renda média dos não migrantes e, os imigrantes provenientes dos outros municípios metropolitanos possuem renda média acima dos não migrantes residentes na periferia.

Outro aspecto importante a ser considerado nas análises migratórias intrametropolitanas contemporâneas diz respeito aos deslocamentos periferia-periferia. Os dados demonstram que a renda média do migrante, para ambos os anos em análise, é inferior à do não migrante. Ainda, entre 2000 e 2010, esta diferença aumentou, o que revela que a maior parte desses movimentos são realizados por populações de rendimentos reduzidos.

Este processo é ainda explorado na análise dos gráficos a seguir, os quais demonstram o número dos migrantes no sentido núcleo-periferia e periferia-núcleo por faixas de renda domiciliar per capita. Nos gráficos é possível verificar as diferenças de direção do processo migratório variando de acordo com a renda.

GRÁFICO 1



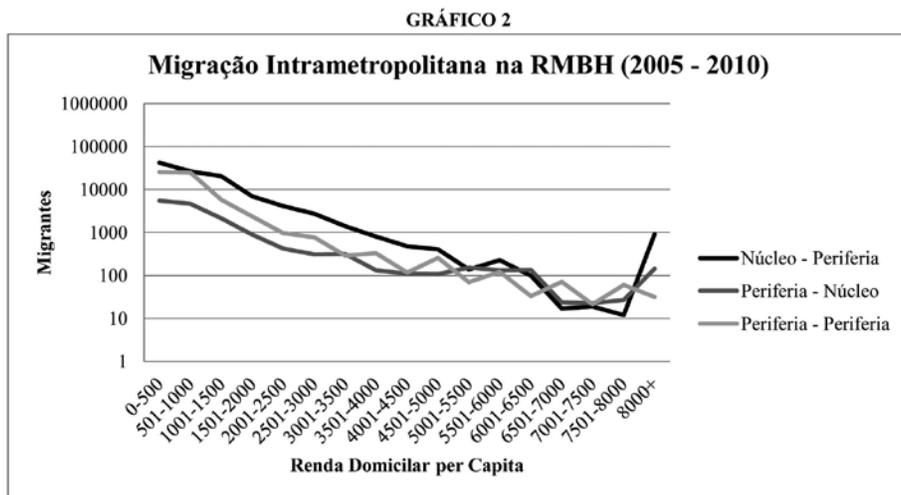
Fonte dos dados: IBGE, 2000 – Elaboração: Thiago Canettiéri

O gráfico referente ao Censo de 2000 demonstra que existiu um maior volume de pessoas de renda entre zero e quinhentos reais realizando movimentos migratórios intrametropolitanos. Desses movimentos, o predominante acontece no sentido núcleo-periferia, embora existam valores ainda relativamente altos nos outros tipos de movimento em análise.

Para seguir na análise do gráfico, vamos observá-lo a partir de três recortes. O primeiro, partindo do início até a faixa de renda domiciliar per capita de R\$ 3.501 a R\$ 4.000, demonstra um saldo migratório negativo da cidade núcleo. Observa-se um hiato considerável entre a curva que representa o fluxo migratório do núcleo para a periferia e a curva referente ao movimento contrário, da periferia para o núcleo. No segundo recorte, compreendido entre as faixas de renda de R\$ 4.001 e R\$ 6.000, o saldo migratório aproxima-se de zero, revelando que existe uma aproximação entre o número dos que saem e dos que entram na cidade principal. No recorte seguinte, a partir da faixa de renda de R\$ 6.001 a R\$ 6,500, observamos um novo hiato – embora o espaço entre as curvas seja menor que no primeiro. Este indica que existe um maior número de pessoas entrando na capital do que saindo.

O movimento entre os municípios da periferia também é concentrado em populações de renda mais baixa, diminuindo a frequência do movimento de acordo com o incremento da renda, sem, no entanto, deixar de existir.

O gráfico referente ao ano de 2010 apresenta, em linhas gerais, o padrão das linhas muito semelhante ao encontrado no gráfico para o ano do Censo anterior, no entanto, existem diferenças substanciais no padrão, além da alteração do volume dos movimentos migratórios.



Fonte dos dados: IBGE, 2000 – Elaboração: Thiago Canettiéri

O gráfico revela que o número de movimentos é, novamente, concentrado na população com as faixas de renda domiciliar mais baixas. Para o ano de 2010 é perceptível que o hiato entre os indivíduos que são provenientes do núcleo para a periferia aumenta em relação aos que fazem o movimento dos

municípios da periferia para o núcleo. Além deste aumento da distância entre as linhas, observa-se também um prolongamento dessa característica das curvas, chegando a predominar até a faixa de renda de R\$ 4.501 a R\$ 5.000. A seção do gráfico seguinte, que representa a aproximação de um saldo migratório próximo de zero, compreende as faixas de renda entre R\$ 5.001 até R\$ 7.500. Por fim, a última seção que representou no gráfico anterior um saldo migratório positivo para o núcleo, com um maior número absoluto de imigrantes do que de emigrantes, é para o ano de 2010 muito tímido, abrangendo apenas a faixa de renda entre R\$ 7.501 e R\$ 8.000. Destaca-se, por fim, que a faixa de renda superior a R\$ 8.000 volta a apresentar um aumento no número de pessoas que realizaram o movimento no sentido núcleo-periferia. Isso se deve a uma maior extensão e consolidação dos chamados condomínios fechados, fora do município central da região metropolitana, mas relativamente próximos.

O movimento que acontece entre os municípios da periferia tem padrão semelhante ao visualizado em 2000, movimento esse concentrado entre a população de renda mais baixa e que tende a reduzir, ao passo que a renda domiciliar por pessoa aumenta.

Considerações finais

As migrações intrametropolitanas são elementos primordiais para a compreensão do processo de metropolização e expansão urbana, agindo de forma a aprofundar a interação entre os municípios. No caso da RMBH, os fluxos migratórios intrametropolitanos apresentam crescimento entre 1991 e 2000 e decrescem entre o censo de 2000 e 2010, mas, mesmo com o declínio o valor absoluto de 2010 permaneceu superior ao do Censo de 1991.

A análise por estratos de renda oferece importantes subsídios para ampliar tal compreensão do processo de metropolização. Os dados descritos no presente trabalho demonstram a existência de uma clara segregação nos movimentos migratórios.

A maior parte das migrações intrametropolitanas na RMBH é realizada por população de renda mais baixa, e com um claro padrão espacial. Um maior volume de pessoas de renda inferior realiza o movimento com destino à periferia, partindo tanto do município núcleo, Belo Horizonte, como também de outros municípios da periferia. O crescimento populacional da periferia metropolitana se deve, em grande medida, ao fluxo migratório intenso direcionado a este espaço. Esta reorganização espacial da população é produzida por uma série de processos, próprios da cidade capitalista. Observa-se, nessas cidades, a tendência à privatização da cidade, acompanhada do processo de especulação imobiliária que, por sua vez, diminui as possibilidades de fazer valer a função social da propriedade urbana, processo que, em paralelo ao padrão de localização espacial dos programas de habitação popular, atua na redistribuição espacial da

população de baixa renda, deslocando-a para as periferias na medida em que as áreas centrais são destinadas à especulação, ao capital e à classe abastada.

A tendência à centralidade da classe abastada pode ser visualizada também nos gráficos discutidos. A curva referente aos movimentos da periferia para o núcleo, referente a ambos os anos, apenas ultrapassa a de emigração do núcleo quando a renda está na faixa de R\$ 6.500,00.

Como foi salientado, o padrão de redistribuição espacial da população encontrado não deve ser entendido como resultado da estrutura financeira do indivíduo, mas sim como da organização socioeconômica da região metropolitana e de sua produção enquanto tal. É assim que diversos autores abordam a questão, entre eles, Milton Santos (1980), Carlos Vainer (2000) e Ermínia Maricato (2000), o que não elimina, porém, a necessidade de trabalhos empíricos que comprovem e demonstrem tal processo, como no caso deste estudo referente à RMBH. É mister, todavia, que as pesquisas se estendam a outras metrópoles brasileiras e latino-americanas a fim de verificar a existência de padrões migratórios semelhantes.

Referências

- BRITO, F. O Deslocamento da População Brasileira para as Metrôpoles. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 57, p. 221-236, maio/ago. 2006.
- BRITO, F. Urbanização, Metropolização e Mobilidade Espacial da População: Um breve ensaio além dos números. In: *Taller Nacional Sobre Migración Interna y Desarrollo en Brasil: Diagnóstico, perspectivas y políticas*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2007.
- BRITO, F.; SOUZA, J. A Metropolização da Pobreza. In: *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, 1998.
- CADWALLADER, M. *Migration and Residential Mobility: Macro and Micro Approaches*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.
- CANETTIERI, T; LIBERATO, R. de C.; PEREIRA, T. Exclusão e Expulsão na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: *Anais do XII Seminário Internacional Iberoamericano da Rede de Investigadores sobre Globalização e Território*. Belo Horizonte: RII, 2012.
- CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v.15, n.2, jun./dez. 1998.
- CUNHA, J. M., DEDECCA, C. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v.17, n.1/2, jun./dez. 2001.
- CUNHA, J. M. A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças no padrão migratório nacional: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. In: *X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, 1996.
- CUNHA, J. M. Mobilidade intrametropolitana: Questões Metodológicas para o seu estudo. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, v.10, n.1/2, jun./dez. 1993.

- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GOLGHER, A. B. Fundamentos da migração. In: *Texto para Discussão nº 231*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2004. Disponível em: <<http://face.ufmg.br/cedeplar/td/TD2023/>>. Acesso em: 2 fev. 2014.
- GRAVES, P. Income and Migration Revisited. In: *Munich Personal RePEc Archive Paper*. 2010. Disponível em: <<http://mpra.ub.uni-muenchen.de/19910/>>. Acesso em: 4 fev. 2014.
- KENNAN, J.; WALKER, J. The Effect of Expected Income on Individual Migration Decisions. *Journal of the Econometric Society*, Cambridge - MA, n.77, v.5, sept. 2009.
- KENNAN, J.; WALKER, J. The Effect of Expected Income on Individual Migration Decisions. In: *National Bureau of Economic Research. Working Paper Series*, nº 9585, 2008. Disponível em: <<http://nber.org/papers/w9585/>> Acesso em: 4 fev. 2014.
- LEE, E. A Theory of Migration. *Demography*, vol.3, n.1, p. 47-57, sept./dec. 1966.
- LUCAS, R. Internal Migration in Developing Countries. In: ROSENWEIG, Mark; STARK, Oded. *Handbook of Population and Family Economics*. London: Elsevier Science, 1997.
- LUCAS, R. Migration from Botswana. *Economic Journal*, Londres, n. 95, mar. 1988.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. A. (Org.) *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB, 1980.
- MICHAELIDES, M. The effect of local ties, wages and housing costs on migration decisions. In: *Munich Personal RePEc Archive Paper*. 2009. Disponível em: <<http://mpra.ub.uni-muenchen.de/20379/>> Acesso em: 4 fev. 2014.
- PEETERS, L. Selective in-migration and income convergence and divergence across Belgian municipalities. *Journal of Regional Studies*, Seaford, v. 42, nov. 2009.
- PLANE, D. Geographical Pattern Analysis of Income Migration in the U.S. *International Journal of Population Geography*, St. Andrews, v. 5, july/aug. 1999.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. (Org.) *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB, 1980.
- SANTOS, M. *A Urbanização Desigual*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SJAASTAD, Larry. The Costs and Returns of Human Migration. *Journal of Political Economy*, Chicago, v.70, oct. 1962.
- TODARO, M. A model of labour migration and urban unemployment in less developed countries. *American Economic Review*, New Haven, n.59, v.1, apr. 1969.
- TODARO, M. *Internal Migration in Development Countries: A Review of Theory, Evidence, Methodology and Research Priority*. Genebra: BIT, 1976.
- TONUCCI, J. B.; MAGALHÃES, F. N.; SILVA, H.. Valorização Imobiliária e Produção do Espaço: Novas frentes na RMBH. In: MENDONÇA, J.; COSTA, H. *Estado e Capital Imobiliário: Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

- VAINER, C. Pátria, Empresa e Mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único*: Desmanchando Consensos. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- VANDERKAMP, J. Migration Flows, their determinants and the effect of return migration. *Journal of Political Economy*, Chicago, v.79, n.5, mar. 1971.
- ZHU, N. The Impacts of Income Gaps on Migration decisions in China. *China Economic Review*, Pequim, n. 13, mar./june 2002.

RESUMO

As migrações intrametropolitanas representam importante elemento de análise para compreensão da expansão urbana das metrópoles brasileiras. Este artigo tem por objetivo apresentar a análise da função que a renda desempenha na decisão da migração intrametropolitana no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Com base nas informações censitárias disponibilizadas pelo IBGE para os Censos de 2000 e 2010 foram consideradas as migrações no contexto interno da região metropolitana, sendo considerado o fluxo migratório da cidade principal (Belo Horizonte) para os outros municípios e o fluxo dos outros municípios para a cidade principal, organizando as informações de acordo com a renda. Os resultados encontrados tanto para 2000, quanto para 2010, mostram que Belo Horizonte experimenta saldos migratórios diferentes, que variam de acordo com a renda.

Palavras-chave: migração intrametropolitana; faixas de renda; Região Metropolitana de Belo Horizonte.

ABSTRACT

The intrametropolitan migration represents an important element of analysis for understanding urban expansion of Brazilian metropolises. This article aims to present the analysis of the role played by the income in the intrametropolitan migration decision in the context of Belo Horizonte Metropolitan Region. Based in IBGE census information in 2000 and 2010, internal migration flows were considered from the metropolitan main town (Belo Horizonte) to the other municipalities, as well as in the opposite sense, organizing information according to income. The results both for 2000 and 2010 shows that Belo Horizonte has different migratory balances that vary with income.

Keywords: intrametropolitan migration; income class; Belo Horizonte Metropolitan Region.

DE CRICIÚMA PARA O MUNDO: REARRANJOS FAMILIARES DOS NOVOS MIGRANTES BRASILEIROS

Gláucia de Oliveira Assis

Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011, 348 p.

O livro *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros* é fruto da tese de doutorado de Gláucia de Oliveira Assis, defendida em 2004, no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. A obra articula as categorias de gênero, as redes sociais – situadas em uma perspectiva transnacional – e as relações familiares, revelando com grande sensibilidade as diversas nuances cotidianas e complexas das trajetórias dos migrantes internacionais, a partir do estudo aprofundado de uma das regiões que ganharam destaque como importante ponto de partida nos fluxos emigratórios brasileiros – a cidade de Criciúma, em Santa Catarina.

O livro enfoca o impacto do processo migratório nas relações familiares e de gênero procurando analisar como as relações entre homens e mulheres são reconstruídas no processo migratório de Criciúma para a região de Boston nos Estados Unidos. Com este olhar, a autora nos permite visualizar como se dá a reprodução, negociação e redefinição das posições de gênero na unidade familiar a partir do processo migratório. Os conflitos e ambiguidades que se fazem presentes nas relações familiares tornam a análise dos papéis de homens e mulheres migrantes mais complexa e instigadora, uma vez que a autora problematiza tais categorias e aponta para seu caráter dinâmico.

O gênero é adotado como um *princípio classificatório* que atravessa o movimento migratório e que, juntamente com outras categorias, configura as oportunidades para homens e mulheres no decorrer desse

processo. Segundo a autora, desde o momento da partida, a escolha de quem vai migrar, os motivos da migração, a permanência ou o retorno ocorrem articulados numa rede de relações que envolvem gênero, parentesco e geração.

A análise das redes sociais nos estudos sobre migração enfatiza as relações tecidas entre parentes, amigos e conterrâneos e como estas agem no sentido de facilitar a migração. Isso implica o entendimento da migração em termos de um projeto econômico, familiar e afetivo – o qual envolve no processo aqueles que partiram e aqueles que ficaram – apontando evidências e características transnacionais.

Ao incluir a perspectiva de gênero na análise do processo migratório, a migração deixaria de ser vista apenas como um projeto individual, em que o migrante calcula os riscos do processo e parte deixando sua família, seus amigos e seus laços sociais. Tal aspecto também é corroborado pela unidade de análise escolhida pela pesquisadora: *a família*, uma vez que as relações em rede permitem que as relações familiares se reconfigurem, ao invés de se dissiparem.

Esta perspectiva é incorporada pela autora, de forma original, a partir da premissa de que as relações de parentesco, amizade e de origem comum sugerem relações diferenciadas para homens e mulheres, não sendo neutras em relação ao gênero, o que implica em uma inserção diferenciada de homens e mulheres na migração internacional. Ao assumir esta linha de argumentação, a autora traz elementos teóricos e empíricos que complexificam a análise das redes sociais e fornece subsídios importantes para os estudos atuais sobre migração e gênero.

Na introdução, a autora apresenta elementos da pesquisa de campo, a qual envolveu o acompanhamento da realidade na sociedade de origem, Criciúma/SC, a partir de um levantamento sociodemográfico, e na de destino, a região de Boston nos Estados Unidos, a partir da realização de observação e entrevistas. Com o objetivo de localizar os emigrantes e seus familiares a fim de reconstruir suas redes de relações, foi utilizada a técnica de bola de neve, a qual se utiliza das próprias redes sociais dos migrantes. É importante salientar que a autora agrega a experiência obtida em pesquisas anteriores para o amadurecimento de ideias, coleta de dados e viabilidade da pesquisa, fato que é recorrentemente lembrado por ela.

No primeiro capítulo, a autora traz a questão da invisibilidade das mulheres nos estudos migratórios. Segundo ela, foi a partir de esforços de pesquisadoras feministas, no sentido de chamar a atenção para a parcela feminina neste contexto, e também a partir de uma maior visibilidade numérica da participação das mulheres nos fluxos migratórios na contemporaneidade que o gênero se tornou uma categoria reconhecidamente necessária neste campo de estudo.

O estudo de Gláucia de Oliveira Assis tem impacto nas teorias da migração, não apenas pela ampla pesquisa bibliográfica feita na literatura específica de gênero, mas porque atualiza a visão de que as mulheres migram apenas como acompanhantes de seus maridos e filhos, revelando que, na atualidade, a participação delas ocorre como trabalhadoras migrantes, as quais contribuem ativamente para a composição da renda domiciliar, o que implica em uma redefinição de sua posição nas relações de família e de gênero. Dessa forma, evidencia a visibilidade das mulheres como sujeitos ativos no processo migratório e resgata, de forma afirmativa, o papel desempenhado por elas nas articulações das redes que aí se formam. A autora, mais do que aos números, se atenta ao papel dos processos, dos discursos e das identidades de gênero. Segundo ela, o enfoque nas mulheres é importante não apenas porque elas vivem experiências migratórias de forma própria, mas também porque são influentes agentes no estímulo a outras migrações.

No segundo capítulo, a metodologia quantitativa e qualitativa é complementada por uma densa retomada de elementos históricos da cidade, que se faz fundamental para entender o contexto dos *novos migrantes* e também os elementos subjetivos que afetam, direta ou indiretamente, a formação de um imaginário que relaciona a migração a um ato positivo no contexto de Criciúma. A autora destaca a influência da descendência italiana para os fluxos migratórios de cricumenses para os Estados Unidos, o que gera, segundo ela, impactos diretos e indiretos na tomada de decisão dos migrantes efetivos e em potencial. Nesse sentido, traça o perfil desses migrantes: jovens solteiros, homens e mulheres, que fazem parte da quarta geração de imigrantes italianos.

As ideias suscitadas ao longo do livro tomam corpo no terceiro capítulo, no qual fica clara a posição da autora de que a migração acontece por fatores econômicos associados ao amadurecimento das

redes sociais, o que explicaria o motivo de os migrantes criciumenses partirem para os Estados Unidos e não para a Itália, local onde boa parte deles poderia usufruir de melhores condições de trabalho, devido à dupla cidadania. Isso corrobora para a desconstrução da ideia de que a escolha do país de destino é feita com base na origem étnica dos migrantes.

Ainda neste capítulo, a autora aprofunda a perspectiva do projeto de *fazer a América* e o acesso ao consumo que a migração para os Estados Unidos permite. Melhorar o padrão de vida revela o sonho de consumo dos migrantes brasileiros, um sonho que já não se realiza com a migração para os grandes centros urbanos e que faz com que os criciumenses busquem a migração internacional. A aquisição de bens e equipamentos representa o sucesso do empreendimento migratório, assim como a aquisição da casa, do carro e do comércio. As remessas e investimentos no país de origem também são indicativos do projeto migratório e sua realização, além de contribuírem para a manutenção de laços simbólicos entre quem partiu e quem ficou.

É por meio das redes sociais que os migrantes criam nexos que os ligam em uma complexa rede de obrigações e reciprocidades que são importantes nos primeiros momentos e na permanência do migrante no país de destino. As principais redes evidenciadas na pesquisa são as de parentesco, amizade e origem comum, sendo pouco representativo o papel das agências de turismo e igrejas para este *help* (palavra que a autora utiliza para explicar a ajuda inicial que os migrantes concedem a seus parentes, amigos e conterrâneos) e nem para viabilizar a migração.

Os direitos e responsabilidades desempenhados nas redes são informados pelas normas de gênero e de parentesco, assim, as redes não atuam da mesma forma para todos os seus membros. Homens e mulheres, além de viajarem acompanhados por diferentes integrantes de sua rede de parentesco, no momento de arranjar emprego, têm acessos a diferentes recursos das redes de amigos e parentes, o que traz implicações na forma de inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, as diversas configurações que as relações familiares podem assumir no processo migratório, as mudanças no *status* conjugal, as redefinições nas posições de gênero, as negociações de masculinidades e feminilidades, separações e/ou novos rearranjos afetivos e familiares são retratados com profundidade.

O quarto capítulo é marcado por uma imersão profunda na história de vida dos e das migrantes. A autora faz uma descrição dos sonhos, perspectivas, conflitos, dificuldades e superações envolvidas nas trajetórias dos/as migrantes, casados/as ou solteiros/as e suas redes de relações. Mostra que as famílias se articulam em função do projeto migratório e envolvem outros membros de sua rede de parentesco para a realização do empreendimento. Ademais, a reunião familiar afeta significativamente o projeto migratório redimensionando o tempo de permanência, o planejamento do retorno e as expectativas em relação à legalização. Nesse sentido, a autora destaca que o projeto migratório individual vincula-se a projetos familiares e que quando estes se modificam geram conflitos e rearranjos nessas relações.

Tal afirmação é elucidada a partir do *negócio da faxina*, o qual implica em uma nova configuração dos atributos de gênero, misturando e redefinindo os papéis desempenhados por homens e mulheres. O empoderamento e autonomia financeira que esta atividade propicia, especialmente para as mulheres, muitas vezes gera conflitos nas relações pessoais, contribuindo também para a diversificação das percepções, no contexto migratório, sobre a masculinidade e feminilidade. Tudo isso leva a autora a concluir que o projeto de emigrar não é apenas destruturador das relações familiares, mas também uma realidade que possibilita novos arranjos familiares e de gênero.

Todas as questões e elementos suscitados pela autora em sua análise sobre migração e relações de gênero situam-se no contexto de um mundo em que o capital, a mercadoria e a informação circulam livremente, enquanto os trabalhadores migrantes são os que mais têm dificuldade de trânsito. Nesse sentido, a migração internacional seria uma das facetas mais complexas do mundo globalizado, uma vez que constitui uma expressão contundente da rearticulação entre o global e o local, criando um campo social entre os dois lugares – o transnacional. A partir deste aporte, as redes sociais, acionadas no contexto da migração e as questões de gênero que atravessam as trajetórias dos migrantes marcam a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, o tipo de ajuda recebida/oferecida, suas oportunidades e limitações, revelando a importância da perspectiva trazida pela autora no estudo da migração internacional.

Por fim, o livro *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros* combina elementos teóricos com ricas evidências empíricas e revela a grande habilidade da autora em construir uma narrativa fluida, leve e extremamente agradável aos leitores, inclusive para aqueles não iniciados no tema. A sensibilidade com a qual os relatos das entrevistas são reportados elucida a complexidade e a riqueza dos laços subjetivos envolvidos nas trajetórias dos e das migrantes internacionais, sendo uma grande contribuição para este campo de estudo.

Tuila Botega

Mestranda no Programa de Estudos Comparados sobre as Américas no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC/UnB); bolsista do Observatório das Migrações Internacionais - Obmigra e auxiliar de pesquisa no Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM/Brasília).

DIASPORA MISSIOLOGY: THEORY, METHODOLOGY AND PRACTICE

Enoch Wan

Portland (USA), Institute of Diaspora Studies, 2011, 362 p.

O campo dos estudos em torno da mobilidade humana se alarga cada vez mais, e se redimensiona na mesma medida em que novas realidades surgem no horizonte de experiências que ela proporciona. Como exemplo disso, temos o aparecimento deste livro entre os estudos sociorreligiosos e teológicos, que busca introduzir uma nova disciplina no ramo da missiologia, ou da teoria e prática da missão cristã: a missiologia da diáspora. Seu autor e organizador, Enoch Wan, é remanescente ele próprio da nova realidade social, religiosa e acadêmica, engendrada pela diáspora contemporânea. Oriundo da grande diáspora chinesa, sua família aderiu ao protestantismo ainda em sua região de origem, na China. Com ela migrou aos Estados Unidos, onde se tornou professor de estudos interculturais e liderança da *Evangelical Missiological Society*. Em sua atuação religiosa e acadêmica foi articulando grupos de estudos missiológicos entre América do Norte e Ásia. Foi no âmbito desses grupos, com membros de diferentes confissões protestantes e o mesmo perfil social e religioso, na primeira década deste século, que teve uma participação ativa na gestação de uma nova forma de pensar a missiologia cristã, a *Diapora Missiology*. O itinerário

desta proposta de reflexão, sua articulação e principais eventos, pode ser acompanhado numa busca pela internet (cf. <<http://www.globaldiaspora.org/>>). Como um dos resultados desse processo, este livro organizado por Enoch Wan reúne autores de diferentes origens nacionais e étnicas, e que se integram nesse processo de reflexão. Eles expressam a preocupação comum de como evangelizar em meio a povos desenraizados em diáspora, compartilhando práticas missionárias que se desenvolvem nesse sentido.

Assim, esta publicação visa, sobretudo, expor a proposta de maneira didática, ao mesmo tempo defendendo-a, explicitando-a no que seria um currículo de curso, mas também avançando conteúdos teóricos e práticos. Nas páginas iniciais, os objetivos estão delineados de forma bem sucinta: de um lado, trazer elementos para mostrar como a missiologia da diáspora difere da missiologia tradicional e, de outro, preparar o caminho para futuras práticas missionárias (e de reflexão missiológica) num mundo de fronteiras porosas e em constante mobilidade. Neste sentido, se propõe a uma tarefa de estudo interdisciplinar, interagindo com as ciências sociais, os estudos culturais, os estudos bíblicos e teológicos. O pano de fundo é a realidade atual da mobilidade humana em grande escala, com suas surpreendentes consequências, entre elas o deslocamento do centro de gravidade do mundo cristão, ensejando a formação de um novo perfil de missionário cristão. Nesta perspectiva, procura dar mais precisão ao seu foco de análise: retificar deficiências devidas aos estereótipos de um modelo ultrapassado de missiologia, articulando o ministério cristão a partir da realidade da diáspora atual. Para tanto, ao examinar como vêm se propondo as missões cristãs no mundo diaspórico, avança três eixos de reflexão e prática missionária: missão para a diáspora (grupos de migrantes); missão por meio da diáspora (redes dos migrantes); missão para além da diáspora (contexto e enlances intergrupais e interculturais).

A partir deste pressuposto, o livro se organiza em três grandes partes: teoria, metodologia e prática. Quanto à teoria da *Diapora Missiology*, esta parte se organiza em cinco capítulos. Os capítulos 2 e 3 se detêm propriamente numa breve descrição do fenômeno da mobilidade

humana e as particularidades do que se costuma chamar de “diáspora”. Destacam-se aqui as tarefas que o novo contexto da mobilidade humana impõe às Igrejas: a partilha da incumbência da missão com os crentes na diáspora; equipá-los e mobilizá-los; o cuidado pastoral dos que “ficam”; a partilha da responsabilidade com outras organizações que se interessam pelas pessoas e grupos em mobilidade; nutrir o sentido da fé da diáspora para sensibilizar os países que recebem os migrantes e suas igrejas. A abordagem desta nova realidade, inusitada na história da humanidade, é aprofundada pela recuperação de intuições que apareceram em estudos recentes que tratam da redefinição das identidades sociais e religiosas no contexto da diáspora, sua fluidez e sua perspectiva transnacional. Na verdade, a categoria “diáspora” tem se tornado uma categoria chave em ciências sociais, para o entendimento e análise crítica do momento atual da humanidade.

Nos capítulos subsequentes (4 a 6), os autores estudam a questão da diáspora na Bíblia. O capítulo 4 faz um estudo exploratório sobre a terminologia a respeito da diáspora no texto bíblico, e as diferentes realidades que os termos originais designam. Tal estudo ajuda a situar não só a experiência da diáspora do povo hebreu e das primeiras comunidades cristãs, mas também como a consciência de sua realidade foi evoluindo ao longo dos séculos. Percebe-se como existe toda uma história de migrações forçadas que subjaz à fé de Israel, como experiência comum de humilhação e dor, ensejando o que seria uma primeira consciência de missão, como testemunho do Deus de Israel em meio às nações, e que viria adquirir um caráter de preparação ao advento do messias e expansão do cristianismo. O capítulo 5 trata dos aspectos distintivos da diáspora judia no Antigo Testamento. Da análise de duas experiências seminais (a dispersão dos hebreus na época dos Patriarcas e o cativeiro no Egito; a dispersão na Babilônia e na Pérsia), emergem traços diaspóricos fundamentais, seja da constituição do Povo de Israel, seja de sua formação judaica ao se espalhar por todo mundo antigo. O capítulo 6 volta-se para a diáspora e deslocamento que estiveram nas origens do cristianismo primitivo,

como impulso movido pelo testemunho de fé dos primeiros cristãos. Aqui se destacam principalmente os elementos apresentados pelos Atos dos Apóstolos e pelas Epístolas de Paulo. Ressaltam-se quatro aspectos: os cristãos dispersos tornam-se os principais portadores do evangelho; a realocação junto aos não-cristãos torna a estes mais próximos do evangelho; as comunidades da diáspora tornam-se a principal porta de acesso ao evangelho; o impacto da experiência da diáspora na preparação dos primeiros missionários cristãos.

A parte seguinte do livro, que traz alguns apontamentos sobre a metodologia a ser desenvolvida por uma missiologia da diáspora, é a menor das três. O que caracterizaria a sua metodologia seria a abordagem interdisciplinar, que daria os aportes e as perspectivas que contribuiriam para a missiologia alcançar o entendimento do complexo fenômeno da diáspora atual e seus impactos na missão cristã. O capítulo 7 tenta delinear um paradigma diferente para o entendimento da tarefa missiológica, a partir da tradição da missiologia protestante. Neste sentido, procura fazer uma comparação entre os paradigmas da missiologia tradicional e o de uma possível missiologia da diáspora, servindo-se de vários quadros que procuram distinguir o “foco”, a “conceituação”, as “perspectivas” e os “paradigmas” de ambas as propostas. No capítulo 8, que trata da “metodologia interdisciplinar em missiologia da diáspora”, procura-se definir o “quê” e o “como” de seu desenvolvimento teórico e prático. Neste sentido, aponta para três vantagens desta metodologia interdisciplinar: a sinergia disciplinar, numa integração a partir de um macroparadigma de pesquisa; o enriquecimento mútuo entre as diversas disciplinas, aguçando o foco da pesquisa; e o avanço num conhecimento mais completo, diante de uma realidade marcada pela complexidade, dispersão e a fragmentação de seus elementos. Uma aproximação “sinfônica” de diferentes perspectivas de análise permitiria adquirir uma validação mais completa e abordar temas relevantes para a missão junto aos migrantes, como a globalização, a urbanização, os conflitos étnicos e de raça, o multiculturalismo, o diálogo religioso. Os resultados destes estudos poderiam contribuir no diálogo

e entendimento missiológico adquirido na prática missionária, dando as bases para um planejamento do ministério pastoral e das melhores estratégias missionárias.

A última parte, e mais longa, é dedicada à prática missionária junto aos grupos que se constituíram na experiência diaspórica atual. Nesta parte do livro, os quatro primeiros capítulos (9 a 12) procuram apresentar os parâmetros da abordagem a ser realizada sobre os casos de missão da diáspora expostos na sequência. O capítulo 9 procura traçar um painel, numa visão diacrônica, das missões cristãs entre os grupos diaspóricos. Partindo de considerações sobre a história bíblica, passa a descrever como esta perspectiva se dá ao longo da história do cristianismo, sob o ponto de vista das igrejas protestantes. No capítulo 10, existe uma contextualização atual da missão, contrapondo a realidade demográfica atual para sinalizar os impactos da mobilidade humana sobre a estratégia das missões da diáspora. Para tanto, vários quadros procuram visualizar as relações entre seus diversos elementos. O capítulo 11 se detém na proposta do “paradigma relacional”, que seria o mais adequado para as missões da diáspora no século XXI. Diante da crise do ministério cristão no Ocidente (dispersão e mobilidade nos centros urbanos, crise da família, prevalência do relacionamento virtual, pragmatismo gerencial, cultos mediáticos, teologia da prosperidade), aponta para oito razões que justificam este paradigma alternativo, e que se fundamentam, sobretudo, na carência de padrões de relacionamento mais livres, afetivos, sólidos, num mundo multicultural. A proposição de um quadro ilustrativo procura esclarecer comparativamente e de forma crítica essas propostas de paradigma: o realismo crítico frente o realismo relacional. No capítulo 12, por fim, são apresentadas as linhas gerais do que seria um gerenciamento e parceria estratégica da missão, ou uma orientação sobre como conduzir a missão no contexto do mundo pós-colonial.

Na sequência desta parte do livro, temos oito capítulos com oito casos ilustrativos sobre como concretamente se apresenta a missão na diáspora: diáspora atual dos judeus (c. 13); cristãos chineses na diáspora (c. 14);

missão entre muçulmanos urbanos no Ocidente (c. 15); diáspora ganense (c. 16); perfil da diáspora vietnamita (c. 17); a diáspora hispânica nos Estados Unidos (c. 18); uma reflexão a partir da inserção de refugiados asiáticos em Chicago (c. 19); missão com diferentes grupos de migrantes em Minnesota (c. 20). A base dessas missões se reporta à sua presença nos Estados Unidos, mas se referem também ao percurso histórico desses casos de diáspora, o que inclui seus países de origem e outras regiões do mundo que serviram de lugares de passagem. Estes casos trazem percursos originais de como vem sendo desenvolvida esta prática missionária entre migrantes e refugiados, no âmbito do evangelismo atual. De um lado, existe uma grande diversidade de situações ligada ao contexto de formação de cada comunidade étnica, para além dos problemas de adaptação próprios dos migrantes no Ocidente, mas, por outro lado, percebe-se uma variação de olhares para as práticas, estratégias e finalidades da missão em todos esses casos concretos. Na maioria deles, com mais ou menos intensidade, predomina uma prática predominantemente proselitista, de exposição de estratégias de convencimento da verdade cristã, considerando a realidade da globalização e da diáspora atual como um fato da Providência Divina, a fim de conduzir os povos de todo mundo à fé cristã. Se, nesta perspectiva, existe uma consciência aberta no sentido de relativizar as identidades estritas de cada confissão cristã, num evangelismo sem referenciais institucionais fixos e rígidos, e por isso se propõe uma estratégia missionária cristã mais acolhedora aos migrantes, por outro lado, não existe qualquer referência às práticas missionárias da Igreja Católica junto aos migrantes e suas comunidades (e elas existem), como também aos estudos referentes a uma teologia das migrações católica (referimo-nos a teólogos como Peter Phan, ou àqueles que formam toda uma escola de pensamento teológico a partir da realidade dos hispano-americanos nos Estados Unidos, caso de Orlando Espín, Virgílio Elizondo, Daniel Groody, entre outros), ensejando um diálogo missionário e ecumênico nesse sentido. Aliás, a referência ao ecumenismo é quase inexistente na publicação.

No entanto, é preciso ressaltar a imensa riqueza de informações e experiências que a apresentação dos casos traz à reflexão. Particularmente dois casos (c. 19 e 20), mais longamente desenvolvidos, mostram uma profundidade de análise que fica longe de qualquer ingenuidade proselitista. Particularmente o c. 19 traz pistas preciosas para o desenvolvimento de uma espiritualidade e teologia da missão junto aos refugiados e povos da diáspora atual, na convicção de que o trabalho missionário e a reflexão missiológica devem compreender a “missão redentora de Deus” entre os povos vivendo fora de seu lugar de origem, pela conformação à encarnação e crucifixão de Cristo, como antídoto ao que chama de “complexo de Babel”, ou a tendência centrípeta da sociedade (e igrejas atuais) para o etnocentrismo e a acomodação. Também é muito rica a exposição do modo como as igrejas, na pequena localidade de Willmar, em Minnesota (EUA), vêm desenvolvendo seu relacionamento com comunidades étnicas aí instaladas desde o final dos anos 1980: hispano-americanos; refugiados de Burna e, principalmente, a comunidade muçulmana oriunda da Somália.

Num balanço geral, este livro traz uma primeira, e extremamente rica, formalização do que poderia ser um quadro de estudos missiológicos (e teológicos cristãos) sobre grupos humanos envolvidos na mobilidade humana atual. Mais do que isso, aponta para uma questão de fundo que merece mais aprofundamento e discernimento: a tarefa de refletir sobre a missão e o diálogo ecumênico e inter-religioso na mobilidade humana atual. Trata-se de um mundo que não só produz uma mobilidade e circularidade crescentes, mas que também, e decorrente de sua própria dinâmica, dispersa, fragmenta e cruza uma multiplicidade de referências identitárias, culturais e religiosas. No mundo da mobilidade humana atual os referenciais de origem e destino são insuficientes para entender a condição existencial dos grupos em mobilidade. Por isso, o uso crescente da terminologia “diáspora” busca justamente proporcionar uma compreensão mais completa e menos rígida de sua realidade existencial (e religiosa) e, desta forma, ensejar novas práticas

missionárias no quadro de um “hibridismo cultural e religioso”. O grande salto seria poder entender isso numa reflexão rigorosa e multidisciplinar, sob uma ótica confessional, teológica e missiológica. Enfim, como se demonstra na reflexão seminal do capítulo 19 do livro, o desafio é repensar a experiência missionária cristã a partir da *kenosis* de Jesus, como despojamento institucional e doutrinal, sabendo identificá-la na condição social dos povos atuais em diáspora.

Sidnei Marco Dornelas

Comissão Episcopal para a Missão Continental
e Setor Pastoral da Mobilidade Humana – CNBB.

O MEDO AO PEQUENO NÚMERO: ENSAIO SOBRE A GEOGRAFIA DA RAIVA

Arjun Appadurai

São Paulo, Iluminuras/Itaú Cultural, 2009, 112 p.

O texto abordará aspectos da obra de Arjun Appadurai (2009) ressaltando pontos relevantes de nosso contexto social atual, com ênfase no capitalismo tardio e na globalização. Relacionaremos o ensaio com conceitos de Foucault (2005[1977]), bem como apresentaremos breve interface do presente momento do Brasil quanto à sua posição econômica, geradora de maior circulação de pessoas.

Em seu ensaio, Appadurai promove reflexões sobre a violência em larga escala de nossa época relacionando esta, sobretudo, a aspectos culturais. Os capítulos foram escritos entre 1998 e 2004 contemplando conflitos marcantes: O primeiro, dado na Europa Oriental; em Ruanda e também na Índia, ocorridos de modo a colocar aspectos da globalização em pauta como grande reveladora de patologias sociais graves – desde as ideologias sagradas até nacionalismos e xenofobias. Outro momento marcante contemplado em seu texto é a chamada “guerra ao terror” marcada pelos ataques ao World Trade Center, nos Estados Unidos, em setembro de 2001.

No espectro supracitado o autor realiza a análise crítica das formas extremas de violência coletiva como algo que não é exclusivo aos estados totalitários, como até então se podia intuir. O questionamento disparador do texto contempla a tentativa de se compreender como, em um período conhecido por “alta globalização” no capitalismo tardio se estabelece um período de violência em grande escala em um amplo leque de sociedades e regimes políticos; globalização esta que propõe a circulação de pessoas, mercados, bens e também culturas, e que traz consigo, muito aquém do “aumento de liberdade” aparente, um tipo de devastação tanto quanto mascarado. De fato, na era da globalização a desigualdade mantém-se, e nas palavras do autor “(...) só os partidários mais fundamentalistas da globalização econômica ilimitada pensam que o efeito dominó do livre comércio e o alto grau de integração de mercados e do fluxo de capitais entre nações é sempre positivo” (p.14).

Em suma, e também nas palavras do autor, a obra propõe-se responder: “por que uma década dominada pelo apoio global a mercados abertos, livre fluxo de capital financeiro e ideias liberais de ordem constitucional, boas práticas de governo e a expansão dos direitos humanos, veio a produzir uma plethora de exemplos de limpeza étnica, de um lado e, de outro, formas extremas de violência política contra populações civis (...)?” (p. 14).

Para iniciar-se a busca pela compreensão destes aspectos o autor propõe o reconhecimento da ideia fundamental de *Ethnos nacional*. Ideia que reflete a soberania nacional baseada no *genius étnico*, ou seja, características comuns que irão designar a raça, nacionalidade, pertencimento grupal, sendo estes garantidos pela uniformização educacional e linguística – contemplando assim a ideia de um povo nacional que, segundo Hannah Arendt (1968) citada por Appadurai, é o tendão de Aquiles das modernas sociedades liberais. Logo, um lugar de incerteza social na vida social é o que pode impulsionar projetos de limpeza étnica (saber quem faz parte de um “nós” e quem não faz parte passa a ser pano de fundo deste processo) algo que com a velocidade de mudanças promovidas pela globalização passa a ser uma constante.

Uma vez que a globalização pode exacerbar este tipo de incerteza (justamente pelo caráter fluido estabelecido pela forma como se dão todas as relações envolvidas no processo globalizador – que vão desde as trocas econômicas, chegando até as relações pessoais), serão justamente os mais vulneráveis – considerados pelo autor como o *pequeno número* – os sujeitos vítimas do processo de expiação de medos e outras projeções em caráter conhecido popularmente como “bode expiatório”. A busca da identidade nacional que se perde em meio à fluidez promovida pela globalização, exacerba este processo e “encontrar um culpado” pode, por vezes, promover um tipo de “certeza identitária” resultando na unificação e propagação do que já tratamos ser o *Etnhos nacional*. Este processo é nomeado pelo autor como “ansiedade da incompletude”. Tal ansiedade¹ é em sua gênese indecifrável.

Logo, maiorias numéricas precisam de minorias que abarquem sua angústia e ansiedade, necessitam de um objeto que eleve a sua sensação de completude, justificando-se então genocídios, atitudes xenofóbicas, etc. Fato percebido em inúmeros casos ao redor do mundo, como o tratamento para com judeus, por exemplo. No texto, contudo, Appadurai foca maior atenção às reações aos muçulmanos (estes então tratados como o pequeno número) a partir dos ataques em 11 de setembro, nos Estados Unidos.

Cabe incitar um questionamento, uma vez que a globalização fomenta a angústia de completude por seu caráter fluido e fugaz, como isto proporcionou que os Estados Unidos estabelecessem uma “guerra mundial contra o terror” devido a um ataque específico, ocorrido em seu território? Ainda que a globalização promova uma grande circulação de pessoas, mercados e capitais, é mister suspeitar que tenha como centro os Estados Unidos, concentrando o poder mundial, este país estabeleceu todas as regras do jogo para as demais nações. Assim, os muçulmanos passam a assumir o título de inimigos mundiais e terroristas em potencial, espalhados pelo mundo. Dissemina-se o medo geral e formas de preconceito um tanto quanto arcaicas, que recaem em velhos estigmas de “bom ou mau” permeando o imaginário das pessoas. O ser “bem ou mal vindo” passa a

ser ensinado, controlado e perpetuado já nos portões dos aeroportos. Ainda assim, a reflexão que cabe recai no futuro. Como as pessoas constituirão suas subjetividades e relações genuínas em face da “geografia do medo”?

(...) a geografia da raiva não é um simples mapa de ação e reação, transformação em minoria e resistência, hierarquias firmadas de espaço e local (...) são o resultado espacial de complexas interações entre eventos distantes e temores próximos, entre antigas histórias e novas provocações, entre fronteiras reescritas e ordens não escritas. O combustível para essas geografias encontra-se na mídia (APPADURAI, 2009, p. 77).

Globalização-medo-incompletude se tornam a tríade dominante, pessoas são formadas para desconfiar primeiramente de todo e qualquer comportamento de indivíduos que possuam determinadas características (até mesmo características físicas, que se enquadram em categorias estigmatizantes, no formato já muito estudado por Erwin Goffman, 1988) algo também determinado pelo local de origem dos sujeitos.

Ainda que este *paper* detenha características estilísticas de rigor acadêmico, faz-se relevante comentar um exemplo pessoal, vivido pela autora. Moramos, no período de 2007 até 2011, na Europa (Alemanha). Passados os primeiros anos do terror e pânico iniciais disseminados pelos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, em 2007 o controle fazia-se tal qual o episódio tivera acabado de ocorrer, seja no aeroporto de Guarulhos (São Paulo), até Amsterdam (Holanda) onde fizemos escala, Frankfurt (Alemanha) e ainda mais exacerbado em Londres (onde fomos a passeio). Percebemos a grande diferença existente em todos estes espaços, no tratamento que nos foi dispensado, ora devido nossa aparência física (nos enquadrámos no tipo conhecido por “branco caucasiano”), ora pelo local de nosso nascimento atestado em nosso passaporte. Devido a nossa dupla cidadania, temos o passaporte brasileiro e também o alemão. Pudemos observar claramente o tratamento distinto que recebíamos, de acordo com o passaporte apresentado. Em Londres, contudo, a apresentação do passaporte europeu não foi garantia de entrada “pacífica” (muito menos

de “boas-vindas”) – precisamos, além de mostrar todo o conteúdo de nossa bagagem, explicitar porque iríamos visitar uma amiga, por quanto tempo a conhecíamos, de onde ela vinha (no caso era uma brasileira, o que aumentou consideravelmente o número de perguntas em relação ao motivo de nossa visita), partindo para o que esta fazia profissionalmente, por que morava em Londres, há quanto tempo, até ao que fazíamos na Alemanha, se estudávamos, o que estudávamos, se trabalhávamos, onde e com quem morávamos, etc. Sem a pretensão de nos estendermos em demasia neste parêntese, vale comentar o questionamento que tivemos (naquele e também em outros momentos semelhantes, quando nos desfizemos de presentes recebidos por pessoas muito caras em algumas das viagens, justamente por agentes aeroportuários entenderem aqueles objetos como ameaça à segurança de seu país – um perfume e um tubo de creme para as mãos...). Seriam estas medidas realmente seguras? Não promoveriam deste modo sentimentos de raiva e desconfiança quanto à comunidade que adentraríamos? A segregação é uma via de mão dupla.

Outro exemplo que ilumina nossas reflexões foi revelado em nossa vivência como educadora na Alemanha. Nossa tarefa era acompanhar jovens universitários da Jordânia (muçulmanos, portanto) em viagem à Alemanha, como parte de um curso de línguas e cultura. Ficou clara a forma distinta como esses jovens foram tratados (a partir de critérios estigmatizantes – aparência física, acessórios que usavam no corpo, entre outros – partindo para conclusões de onde vinham e, portanto, da ameaça que representavam); fomos, desta forma, a todo momento lembrados do “perigo” que os mesmos representavam: desde o aeroporto onde fomos receber o grupo, no trem que nos levou a Berlim, nas acomodações, nos passeios realizados e, até mesmo, na universidade (tida como “aberta” à diversidade e anfitriã do grupo). Contudo, esses mesmos jovens foram muito bem recepcionados em lojas de departamentos, onde, afoitos por marcas e adereços aos quais não tinham acesso em seu país, gastavam valores consideráveis, diferentemente de outros estudantes universitários de sua idade algo muito bem-vindo no comércio local. Fecho aqui o parêntese.

Retornando às considerações de Appadurai, extinguir diferenças existentes no mundo é impossível e vai contra o projeto original de globalização, que se constituiu seguindo tendência às pluralidades. O medo das incertezas que acontece na prática, “expulsando” o indesejável, demonstra que o projeto de globalização já nasce falível (e contraditório) e tem nas minorias o sintoma disto. Segundo o autor “(...) ideologias produzidas pelas várias formas de desespero diante da assimetria produzem vítimas e mártires como instrumentos de libertação” (p. 20).

A forma de apresentação que os chamados “terroristas” têm na mídia mundial (exemplificamos a morte de Osama Bin Laden, Sadam Hussein e outros) é um dado interessante. Tal exposição transforma-se em ferramenta de expressão política e nos remete a tempos longínquos (que acreditávamos superados) do Estado detentor do poder soberano, em meados dos séculos XVIII, quando formas de desobediência eram punidas com o sofrimento de corpos expostos em praça pública, em verdadeiro suplício.

Seguindo considerações de Foucault sobre a relação do poder e a sociedade disciplinar, percebemos que a globalização, na tentativa de despertar o novo, o múltiplo, o diverso e o dinâmico, nos lançou de volta a um passado de sofrimento que se acreditava há muito superado. Sujeitos “desviantes” deviam (e devem) ser corrigidos e punidos e, além disto, estabeleciam-se (se estabelecem) relações de vigilância externa e também interna, uma vez que o indivíduo mesmo dentro deste estado de vigilância permanente passava (passa) a se autovigiar. “O sujeito passa a ser o princípio de sua própria sujeição” (FOUCAULT, 2005[1977], p. 168). Ainda relevante, nas palavras do autor: “Contra a peste que é a mistura, a disciplina faz valer seu poder que é de análise” (p. 164).

(...) exercer poder sobre os homens, controlar suas relações, desmanchar suas perigosas misturas. A cidade pestilenta, atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa, sobre todos os corpos individuais – uma utopia da cidade perfeitamente governada (...) (FOUCAULT, 2005[1977], p. 164).

O medo do global é direcionado aos imigrantes (pequenos números), que por sua vez, corporificam o grande medo ao abstrato. São, neste contexto de exorcização do novo, transformados em “identidades anômalas” (APPADURAI, 2009, p. 40). Logo, são necessários e ao mesmo tempo, mal recebidos, rechaçados, considerados parte principal do fracasso das estruturas econômicas. Os pequenos números (minorias) levam ao fantasma da conspiração (idem, p. 52) “pequenos números carregam interesses especiais” (idem, p. 53).

Nesta civilização de choques (assim nomeada por Appadurai) não há espaço para o autodesenvolvimento e chances de emancipação do sujeito. Appadurai retrata o terrorismo como o desígnio da fronteira entre guerras da nação e as guerras na nação.

A globalização consegue a grande proeza de tornar o ataque aos EUA um ataque ao globo e quando define um tipo de inimigo, proporciona o caráter de vigilância constante e permanente para todos, sem exceção. A globalização corroe os contornos do sistema de Estados-Nação e suas crises assumiram novos pânicos em relação a mercadorias ou línguas estrangeiras e o alvo passa a ser o migrante – *o estrangeiro* (APPADURAI, 2009, p. 27, grifo nosso). A globalização é perturbadora e em sendo incógnita constante, transforma-se em fonte de violência no que obriga a deslocamentos e reinvenções pessoais e estruturais constantes.

(...) existem formas mais insidiosas de violência, experimentadas por grande número dos pobres do mundo quando sofrem deslocamentos por causa de projetos de grandes empresas ou de erradicação de favelas. Aqui, sentem os efeitos da política global de segurança na condição de vítimas de embargos econômicos, violência policial, mobilização étnica e perda de emprego. (...) esta é parte dos motivos pelos quais os pobres algumas vezes se sujeitam à violência íntima de vender partes do corpo em mercados globais de órgãos, vender seus corpos inteiros para trabalhos domésticos em países inseguros e oferecer suas filhas e filhos para serviços sexuais e outras ocupações que deixam cicatrizes permanentes (APPADURAI, 2009, p. 37).

Fica claro quem são as vítimas da globalização (o que já nos dá a ideia de quem são os vencedores). Vítimas da desenfreada circulação de

capitais. Isto equivale ao que Appadurai nomeia “econocídio” (p.38); só pode haver vencedores da globalização porque há perdedores – minorias são, portanto, produzidas por estes contextos específicos – são marcas do fracasso e da coação e, ao mesmo tempo, revelam o constrangimento patrocinado pelo Estado. O autor utiliza-se ainda da ideia de “identidades predatórias” para explicar como ocorre o processo de extensão das categorias sociais próximas, definidas como ameaças à própria existência de algum grupo. A maioria torna-se “maioria ameaçada” o que justificaria o “ataque”, a aniquilação da minoria que é a fonte de todo o mal, de todo e qualquer problema. “É a transformação de um *ethnos* numa nação moderna que com frequência fornece a base para o surgimento de identidades predatórias (...)” (APPADURAI, 2009, p. 46).

Contudo, a ideia de ser maioria representa também frustração, pois implica em algum tipo de difusão étnica no povo nacional, em algum grau há identificação, que passa a desencadear a ânsia de purificar (idem p. 47). Aqui há um elemento básico em resposta ao motivo pelo qual os pequenos números incitam a fúria.

Identificamos como pertinente um momento do texto em que o autor faz alusão aos conflitos Índia X Paquistão. Neste, o autor coloca o desencadeamento de “grandes questões” por pequenos números: “onde os direitos das minorias estão diretamente ligados a argumentos maiores sobre o papel do Estado” (p. 59) propõe desta forma, limites da religião e direitos civis como assuntos de autêntica diferença cultural. Aqui fica claro que o medo central de que a minoria se torne maioria valida a necessidade de eliminá-la/diminuí-la, devido à ansiedade predatória que provoca.

À guisa de conclusão, entendemos as discussões que envolvem minorias como mascaradas de certa forma, envoltas por um valor político compartilhado. “As minorias num mundo globalizado são uma lembrança constante da incompletude da pureza nacional” (APPADURAI, p. 67). Logo, a existência do outro, do diferente, daquele que nos leva a questionar os próprios costumes, crenças ou valores

representa uma ameaça: Ameaça à própria existência, “mobilização peculiar da incerteza social” (idem p.71).

Este ensaio é de leitura esclarecedora, ajuda-nos a compreender por diferentes ângulos as ideologias envolvidas na globalização e até mesmo, a realidade brasileira atual. Appadurai, além de nos proporcionar um olhar “para fora” nos faz olhar “para dentro” em paralaxes que se tornam reveladoras de um Brasil muito distante do acolhimento e simpatia outrora atribuídos. Temos um país que não agrega seus “pequenos números” e que, pelo contrário, mantém índios marginalizados, negros em constante conflito, inventa cotas para entrada em universidades, tem problemas para assegurar direitos às empregadas domésticas, faltam leitos em hospitais públicos, há um número alto de analfabetos, mulheres e homossexuais são discriminadas, a inclusão dá-se pelo consumo e a grande discussão do momento não envolve cidadania, mas sim a redução penal da maioria... Retrato de um Brasil que se metamorfoseia em grande potência econômica e passa a lidar com circulações cada vez maiores (de todos os tipos) seguindo a tendência de nações do *primeiro mundo*.

Seremos diferentes na igualdade globalizada? Estão os braços do Cristo Redentor, realmente abertos? Para quem? Onde circula o capital, circulam também pessoas e onde há maiorias, constituem-se minorias... Maiorias que se sentem ameaçadas por minorias. Fecha-se assim o ciclo de sucesso de mais uma potência mundial.

Diane Portugueis

Doutoranda em Psicologia Social pela PUC São Paulo, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade- Metamorfose NEPIM.

Nota

1 - A ansiedade tem como característica essencial não conhecer o objeto que a provoca, desta forma, atitudes equivocadas podem ser tomadas para sua liquidação.

Referências

- APPADURAI, A. *O medo ao Pequeno número*. Ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras/ Itaú Cultural, 2009.
- GOFFMAN, E. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 1988[1963].
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 17ª ed., Petrópolis: Vozes, 2009 [1975].
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 30ª ed., Petrópolis: Vozes, 2005 [1977].

Dom Tomás Balduino

Uma travessia de sonhos, fé, lutas e esperanças

Às vésperas do fechamento deste número de *Travessia*, tivemos a triste notícia do falecimento de Dom Tomás Balduino. Este valoroso companheiro de fé, sonhos, lutas, caminhadas e esperanças dedicou-se à experiência de vida concreta das pessoas injustiçadas, humilhadas, perseguidas, excluídas, expropriadas de sua dignidade humana. Atuante na questão fundiária e na luta pela reforma agrária, Dom Tomás tinha uma percepção sólida sobre as questões sociais e culturais no Brasil, quase sempre apresentadas ao sabor dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes. Ele também conhecia e acreditava na capacidade de criatividade, organização e potencial transformador dos povos indígenas e camponeses, tanto que participou ativamente da fundação do CIMI - Conselho Indigenista Missionário em 1972, do qual foi presidente no período de 1980 a 1984. Também muito contribuiu para a fundação da CPT - Comissão Pastoral da Terra em 1975 e que presidiu de 1999 a 2005. Em 1967 foi nomeado bispo da cidade de Goiás, onde permaneceu até 1999. Durante a ditadura militar ajudou a proteger muitas lideranças indígenas e camponesas perseguidas pelos militares. Teólogo e Antropólogo, estudou e aprendeu línguas indígenas dos povos Xicrin, Bacajá e Kayapó para melhor entender sua cultura, sua percepção de mundo e sentido de vida. Lutou contra grandes empresas agropecuárias que invadem áreas indígenas

e camponesas, submetendo suas populações à migração compulsória e muitas vezes à condição análoga a de escravos no eito das fazendas.

Dom Tomás Balduino nasceu em 31/12/1922, em Posse-GO. Como superior da missão dos dominicanos da Prelazia de Conceição do Araguaia, abraçou e viveu de perto os dramas das realidades dos povos indígenas e dos camponeses. Veio a falecer devido a uma tromboembolia pulmonar, às 23h30 do dia 2 de Maio de 2014.

Foi-se o corpo, mas ficam suas ideias e contribuições junto aos sonhos, às lutas, ao sofrimento, à fé e à alegria do povo sofredor. Ficam sua motivação e criatividade históricas para o Brasil justo que sonhamos e lutamos. Nas palavras de Pe. Alfredo J. Gonçalves: *Dom Tomás foi um pastor, profeta, guerreiro. Foi mesmo um 'moleque travesso', destemido diante dos militares, do latifúndio e seus capangas. Foi pássaro aviador no céu cor de anil, sentindo no corpo e na alma os ventos da mudança, os sinais do tempo de uma história que não se fecha, mas que permanece aberta ao protagonismo dos pobres. Foi sensível à flor e à espiga que se levantam do chão, como o grito e a luta dos desterrados e abandonados, para proclamar que a primavera já começou. E que é possível aos 90 anos sentir seu perfume!*

José Carlos Pereira

TRAVESSIA agora também ON LINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 70 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(2 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.missaonspaz.org

Ano XXI N° 41 – jul./dez. – 2013

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

Retorno e
circularidade



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Sumário

(REMHU, nº 41, jul-dez./2013)

RETORNO E CIRCULARIDADE

El retorno desde una perspectiva transnacional

Leonardo Cavalcanti e Sònia Parella

Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisada sobre migrantes de retorno

Jean-Pierre Cassarino

Migración de retorno y experiencias de reinserción en la zona metropolitana de la Ciudad de México

Liliana Rivera Sánchez

Mobility, return for development and sense of Europe: narratives of Moldavian immigrants returning from the European Union

Silvia Marcu

Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal

Duval Fernandes e Maria da Consolação G. de Castro

Migração, retorno e circularidade: evidência da Europa e Estados Unidos

Sônia Pereira e Sueli Siqueira

Ítalo-Brasileiros na Itália no século XXI: “retorno” à terra dos antepassados, impasses e expectativas

Maria Catarina Zanini, Gláucia de O. Assis e Luis Fernando Beneduzi

From policies to lived experience and back: the struggle for reintegrating returnees of human trafficking in Goiás (central west Brazil)

Runa Lazzarino

ARTIGOS

Tráfico de pessoas na Sagrada Escritura

Élio Gasda

Mexican experience on migration and development 1990-2013

Rodolfo García Zamora

Médicos latinoamericanos en Cataluña: procesos de integración y desarrollo profesional

Andrés Freire e Erika Masanet

Los santos patronos de los migrantes mexicanos a Estados Unidos

Rafael Alarcón e Macrina Cárdenas Montaño

O compromisso de associações de migrantes, organizações e academia pelos direitos humanos das pessoas em mobilidade

Carmem Lussi

Migración indígena, procesos de territorialización y análisis de redes sociales

Carolina Andrea Maidana

Normas para apresentação de textos

Travessia – Revista do Migrante deixou de ser monotemática e os artigos podem ser enviados a qualquer momento.

Tamanho: 400 linhas, fonte *times new roman*, tamanho 12, com breve resumo e três palavras-chave (em inglês e português ou espanhol). A *Travessia* publica textos em espanhol.

No título, não colocar nota, e para a identificação do autor, utilizar asterisco; quando houver mais de um autor, a revista respeitará a ordem constante no texto recebido.

Não transformar em nota o que é fonte bibliográfica, inserir no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação).

Nas referências bibliográficas, relacionar apenas as fontes citadas no artigo, em ordem alfabética e se houver repetição de um mesmo autor, obedecer a ordem cronológica.

Seguir as normas da ABNT, destacando os títulos em itálico; no caso de artigos em revistas, fazer constar: local, volume, número, páginas, mês, ano (nesta ordem). Na citação de fonte eletrônica, colocar o endereço entre <....> e a data de acesso.

Os textos devem ser inéditos e seu envio implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista *Travessia*; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações.

Podem ser organizados dossiês e enviados à *Travessia*.

Além de artigos, a revista recebe resenhas, relatos, crônicas, contos...

Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição.



Histórias da (I)migração, de *Odair da Cruz Paiva*, propõe o exercício do olhar para as questões migratórias do presente – aquelas refletidas em nossa paisagem urbana e em nosso cotidiano – como um processo histórico que vem se desenrolando há séculos, especialmente na cidade de São Paulo. Para tanto, conduz os leitores a uma viagem que parte das migrações contemporâneas e perpassa por questões sobre a imigração desde o século XIX em São Paulo e suas relações com a cidade. Seus apontamentos propiciam a reflexão dos conceitos que cercam o fenômeno dos deslocamentos populacionais ao longo dos tempos, bem como a percepção das rupturas e permanências históricas.

O livro traz ainda diversas sugestões de atividades pedagógicas, construídas a partir de diferentes fontes documentais do acervo sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, entre outras, as quais, aliadas aos textos, constituem rico material para suscitar a reflexão em sala de aula.



Este livro, organizado por *Priscila Siqueira e Maria Quinteiro*, se propõe a fazer uma reflexão sobre o tráfico de pessoas que se alastra em nosso país, apesar da maioria da população brasileira ignorá-lo. Apresenta um sistemático debate sobre o tema, produto de uma reflexão acurada de um grupo de pesquisadores/as que se dedicam à reflexão teórica e à intervenção prática num campo dos direitos humanos em que poucos se aventuram, através de uma série de contribuições que exploram e discutem estudos de caso e reflexões teóricas.

**LES MIGRATIONS ITALIENNES
AU DÉBUT DU XX^e SIÈCLE**

**LE VOYAGE TRANSOCÉANIQUE
ENTRE ÉVÉNEMENT ET RÉCIT**

AUGUSTA MOLINARI

L'EDIZIONE **ARMATTAN** Italia

collection "EuroLatinoAmericana"



Entre os séculos XIX e XX, a travessia transoceânica constituiu a primeira e fundamental etapa de um percurso que conduziu milhões de italianos para as Américas. No entanto, apesar do desenvolvimento notável dos estudos sobre a história das migrações na Itália, a viagem transoceânica continua sendo um dos aspectos menos estudados.

Com o objetivo de preencher esta lacuna, a presente obra, de autoria de *Augusta Molinari*, procura compreender a complexidade dos elementos que participaram na definição do périplo atlântico enquanto acontecimento histórico e como experiência de vida. Para tanto, recorrendo a múltiplas fontes, a autora analisou documentos reunidos em diversos arquivos públicos e privados italianos.

ANDRÉ MOTA
MARIA GABRIELA S. M. C. MARINHO
(ORGANIZADORES)

CÁSSIO SILVEIRA
(ORGANIZADOR CONVIDADO)

SAÚDE E HISTÓRIA DE MIGRANTES E IMIGRANTES.

DIREITOS, INSTITUIÇÕES E CIRCULARIDADES



Coleção Medicina, Saúde e História

Trata-se do volume 5 da Coleção Medicina Saúde e História, organizado por *André Mota* e *Maria Gabriela S. M. C. Marinho*. Dividido em duas partes, a primeira é dedicada a estudos que relacionam a temática da saúde numa perspectiva histórica envolvendo migrantes e imigrantes. A segunda traz novas abordagens no campo da saúde, dando atenção aos aspectos atuais em que os (i)migrantes se encontram envolvidos, tais como o espaço urbano, o caso de imigrantes bolivianos e de refugiados. O volume mostra como na história das sociedades este debate evoluiu da consideração de aspectos específicos, ligados aos planos físico-biológico e psicológico, para incluir as dimensões éticas e políticas.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: Os **migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação **militante**.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Sumário

Apresentação

Dirceu Cutti

Cativos do Protocolo de Palermo

José Carlos Sebe Bom Meihy

Imigrantes africanos solicitantes de refúgio na indústria
avícola *halal* brasileira

Allan Rodrigo de Campos Silva

Novas rotas na migração Sul-Sul:

O caso dos peruanos no Brasil

Camila Daniel

Entre a subalternidade e a indignação:

Mídias produzidas por brasileiros nos Estados Unidos

Marina Pereira de Almeida Mello

Duas histórias de migrantes sobre educação, trabalho e
moradia na periferia paulistana (1960 e 1980)

Adriana Santiago Rosa Dantas

Renda e migração na Região Metropolitana
de Belo Horizonte

Thiago Canettieri

Resenhas

travessia@missaonspaz.org
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576